



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS – UFNT
CENTRO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS – CCI CIMBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E
DINÂMICAS REGIONAIS – PPGDIRE**

MIDIAN FERREIRA DOS SANTOS SILVA

**UM ESTUDO DISCURSIVO SOBRE OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS
ALTERADOS EM BABAÇULÂNDIA/TOCANTINS**

ARAGUAÍNA - TO

2025

MIDIAN FERREIRA DOS SANTOS SILVA

**UM ESTUDO DISCURSIVO SOBRE OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS
ALTERADOS EM BABAÇULÂNDIA/TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. Foi avaliada para a obtenção do título de Mestra em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Dr. João de Deus Leite (UFNT)

Coorientadora: Prof. Dra. Rosa Martha Arébalo Bustamante (UMSS)

Linha de Pesquisa: Vulnerabilidade e Dinâmicas Regionais

Araguaína - TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT

Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F383u FERREIRA DOS SANTOS SILVA, MIDIAN .
UM ESTUDO DISCURSIVO SOBRE OS ARRANJOS
PRODUTIVOS LOCAIS ALTERADOS EM
BABAÇULÂNDIA/TOCANTINS / MIDIAN FERREIRA DOS
SANTOS SILVA. - Centro de Ciências Integradas - CCI, TO,
2025.

154 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) (Pós-Graduação -
Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e
Dinâmicas Regionais - PPGDire) -- Universidade Federal do
Norte do Tocantins, 2025.

Orientador: João de Deus Leite.

Coorientador: Rosa Martha Arébaló Bustamante .

CDD 300

1. Arranjos Produtivos. 2. Babaçulândia. 3. Discurso.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

FOLHA DE APROVAÇÃO

MIDIAN FERREIRA DOS SANTOS SILVA

UM ESTUDO DISCURSIVO SOBRE OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS ALTERADOS EM BABAÇULÂNDIA/TOCANTINS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. Foi avaliada para a obtenção do título de Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 09/9/2025

Banca Examinadora



Documento assinado digitalmente

JOAO DE DEUS LEITE

Data: 13/10/2025 08:09:43-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. João de Deus Leite – Orientador – UFNT

Prof. Dra. Rosa Martha Arébaldo Bustamante – Coorientadora – UMSS



Documento assinado digitalmente

MIGUEL PACIFICO FILHO

Data: 13/10/2025 11:34:22-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho – Examinador interno – UFNT



Documento assinado digitalmente

DANIEL COELHO DE OLIVEIRA

Data: 13/10/2025 10:47:39-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Daniel Coelho de Oliveira – Examinador externo – UNIMONTES

Araguaína/TO

2025

*Dedico este trabalho ao meu irmão, **João Victor Ferreira dos Santos Silva**, meu maior incentivador nesta jornada. Sua confiança em mim e seu apoio incondicional foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui. Obrigada por acreditar em mim, mesmo nos momentos em que eu duvidei. Com todo o meu amor e gratidão!*

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer que não caminhamos sozinhos. Esta dissertação é o resultado de muitos encontros, apoios, incentivos e afetos que se somaram à minha vontade de continuar estudando, mesmo diante das adversidades.

Primeiramente, agradeço a Deus, por me sustentar nos dias difíceis e me dar forças para seguir, mesmo quando os caminhos pareciam incertos, e por me permitir recomeçar quantas vezes fosse necessário, guiando-me em minha jornada de aprendizado e de autoconhecimento. No início dessa caminhada, enfrentei grandes desafios relacionados à minha saúde, incluindo um AVC que desencadeou uma luta contra a depressão e a ansiedade. Esses obstáculos, que ainda fazem parte da minha vida, fizeram-me pensar em desistir, mas, graças ao amor e ao apoio da minha família e amigos, consegui seguir em frente. Hoje, com muito esforço, esses problemas estão mais controlados, e sou grata por cada dia de superação

À minha família, especialmente à minha mãe Mardinesia Ferreira, que sempre me incentivou em tudo e me deu a base para acreditar em mim mesma; ao meu pai João Martins, que, ao longo dos anos, sempre demonstrou amor e orgulho pelo que me tornei. Aos meus irmãos Joanes, Mirian, Pedro Neto, Benício e Alice, minha eterna gratidão por acreditarem em mim em todos os momentos. E, em especial, ao meu irmão João Victor, a quem dedico este trabalho e que sempre esteve ao meu lado, ajudando-me a me tornar uma pessoa melhor. Ele é meu maior agradecimento.

Ao meu orientador, Prof. Dr. João de Deus Leite, um agradecimento especial. Sua orientação foi fundamental para que eu chegasse até aqui. Em todos os momentos, o senhor foi mais do que um orientador: foi um verdadeiro apoio. Nos momentos de crise e de insegurança, quando pensei em desistir, o senhor me incentivou, ajudou-me a superar os desafios e sempre acreditou no meu potencial. Sou imensamente grata pela confiança, pela paciência e pelo carinho com que conduziu este trabalho. Seu apoio foi imprescindível, e não teria sido possível concluir esta dissertação sem sua orientação atenta e generosa.

À minha coorientadora, Prof^a Dr^a Martha Arébaló, agradeço pela disponibilidade em contribuir com o desenvolvimento deste trabalho e pela recepção calorosa e acolhedora que me foi dada durante minha estadia na Universidad Mayor de San Simón, na Bolívia, no ano de 2024, quando realizei intercâmbio acadêmico no âmbito das ações de internacionalização do PPGDire

Aos professores doutores Daniel Coelho de Oliveira (UNIMONTES) e Miguel Pacífico Filho (UFNT), pelas relevantes contribuições na banca de qualificação e, agora, na defesa desta dissertação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire), da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), pela partilha de saberes e pelas experiências acadêmicas, que, também, são de vida. Cada disciplina, cada aula e cada diálogo foram essenciais para a construção deste trabalho.

Aos pescadores e ao apicultor que me acolheram em suas casas, por confiarem em mim e por compartilharem seus saberes, suas dores, suas resistências e suas esperanças. Este trabalho só existe porque vocês me permitiram escutá-los nos e pelos meandros dos discursos.

Agradeço imensamente às minhas amigas Paula Regis Dias Borges, Islana Barbosa da Silva, Érika L. Poscidônio de Souza e Rosiane Martins da Silva, por estarem ao meu lado durante toda essa jornada acadêmica. A amizade de vocês foi um alicerce fundamental, tornando essa caminhada mais leve, mais bonita e mais enriquecedora. Obrigada por cada conversa, cada riso, cada incentivo e por sempre acreditarem em mim, nos momentos bons e nos difíceis. Cada um de vocês fez toda a diferença no meu percurso e sou profundamente grata pelo apoio incondicional que me deram.

A todos os colegas da 7^a turma do PPGDire, pelos aprendizados compartilhados, pelas trocas acadêmicas e pelo companheirismo ao longo desta caminhada. Aos amigos e amigas que, mesmo de longe, torceram por mim, obrigada por acreditarem em meus passos.

Um agradecimento muito especial ao meu amigo, Welfany Neves, que sempre esteve ao meu lado. Foi ele um dos maiores incentivadores desta caminhada, aquele que acreditou em mim quando minhas forças vacilavam. Nunca mediu esforços para me apoiar: deixou sua própria vida em pausa para me ajudar, chegando até a me levar às provas. Sua amizade, generosidade e presença constante foram fundamentais para que eu conseguisse seguir em frente. Levo comigo a certeza de que essa conquista também é sua.

Finalizo com o coração cheio de gratidão. Que este trabalho, mais do que um produto acadêmico, seja uma forma de retribuir a confiança de todos que me ajudaram a chegar até aqui. E que ele possa, de alguma maneira, fortalecer a luta e a permanência dos trabalhadores de Babaçulândia em seus territórios.

RESUMO

Neste trabalho, temos como objetivo analisar, discursivamente, a configuração dos arranjos produtivos locais dos pescadores e do apicultor no município de Babaçulândia, estado do Tocantins, antes e depois da formação do lago da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE). Trata-se de pensar, portanto, nos modos de vida e de fazer desses trabalhadores quando havia o rio e, depois, com a transformação deste em lago, considerando a constituição dessa Usina. A pesquisa está inserida no campo da Análise de Discurso (AD) de base materialista, articulando conceitos como formação discursiva, sujeito, território e prática socioespacial da resistência. Parte-se do pressuposto de que a construção da hidrelétrica gerou impactos significativos nas práticas produtivas, exigindo dos trabalhadores novas formas de adaptação e de permanência em seus arranjos produtivos locais. A metodologia envolveu entrevistas com roteiro semiestruturado, realizadas com 08 pescadores e um apicultor local, além de análise documental. O método de análise é o materialismo histórico-dialético, pois buscamos perseguir as condições de produção dos modos de vida e de fazer dos trabalhadores entrevistados. As análises partiram de sequências discursivas (SD) recortadas das transcrições feitas dos áudios das entrevistas realizadas por nós. Os resultados evidenciaram que, mesmo diante dos efeitos provocados pela transformação do rio em lago, o quê implicou mudanças nos modos de vida e de fazer desses trabalhadores, eles construíram processos de ressignificação de suas atividades, preservando práticas produtivas que se constituem também como forma de resistência e (re)construção de identidade territorial. Concluímos que as práticas produtivas, em Babaçulândia/TO, não apenas persistem, como também revelam uma dinâmica de luta simbólica por reconhecimento e por pertencimento ao território historicamente vivido.

Palavras-chave: Apicultura. Arranjos produtivos. Babaçulândia. Discurso. Pescadores. Território.

ABSTRACT

In this work, we aim to discursively analyze the configuration of the local productive arrangements of fishermen and a beekeeper in the municipality of Babaçulândia, state of Tocantins, before and after the formation of the reservoir of the Estreito Hydroelectric Plant (UHE). The focus is therefore on the ways of life and productive practices of these workers when the river still existed and, subsequently, with its transformation into a reservoir due to the construction of the dam. The research is grounded in Discourse Analysis (DA) with a materialist basis, articulating concepts such as discursive formation, subject, territory, and socio-spatial practices of resistance. It is based on the assumption that the construction of the hydroelectric plant generated significant impacts on productive practices, demanding new forms of adaptation and permanence within local productive arrangements. The methodology involved semi-structured interviews conducted with eight fishermen and one local beekeeper, in addition to documentary analysis. The analytical method adopted was historical-dialectical materialism, as we sought to investigate the conditions of production of the ways of living and working of the interviewed workers. The analyses were conducted from discursive sequences (DS) excerpted from the transcriptions of the recorded interviews. The results showed that, even in the face of the transformations caused by the conversion of the river into a reservoir—which implied changes in their ways of life and productive practices—these workers created processes of re-signification of their activities, preserving practices that also represent forms of resistance and (re)construction of territorial identity. We conclude that productive practices in Babaçulândia/TO not only persist, but also reveal a dynamic of symbolic struggle for recognition and for belonging to the historically lived territory.

Keywords: Beekeeping. Productive arrangements. Babaçulândia. Discourse. Fishermen. Territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Registros da construção e finalização da UHE.....	20
Figura 2 – Pescador costurando rede artesanal em casa.	76
Figura 3 – Preparação e adaptação das embarcações e instrumentos de pesca artesanal em Babaçulândia/TO, evidenciando as práticas produtivas desenvolvidas após a formação do lago.....	77
Figura 4 - Pescadores em atividade no lago, durante o amanhecer e o fim da tarde, com redes posicionadas para a captura.....	78
Figura 5 – Retirada das redes do lago e armazenamento dos peixes em caixa térmica.	79
Figura 6 – Apiário instalado com colmeias.....	81
Figura 7 – Frascos de mel prontos para venda local.....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Variação demográfica de Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.....	45
Tabela 2 - Taxa de mortalidade infantil, por 1.000 nascidos vivos em Babaçulândia em contraste com o Brasil e o Tocantins	46
Tabela 3 – Números de nascidos vivos em Babaçulândia em contraste com o Brasil e o Tocantins, por residência da mãe	47
Tabela 4 – Índice de Desenvolvimento Humano de Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.....	47
Tabela 5 - Índice de Gini de Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.....	48
Tabela 6 – Rendimento nominal mensal domiciliar per capita Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.....	49
Tabela 7 – PIB de Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.....	49
Tabela 8 – PIB per capita de Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.....	50
Tabela 9 – IDEB dos anos iniciais nas escolas públicas de Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.....	50
Tabela 10 – IDEB dos anos finais nas escolas públicas de Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.....	51
Tabela 11 – IDEB do ensino médio nas escolas públicas de Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.....	51
Tabela 12 – Quantidade de matrículas dos anos iniciais nas escolas públicas de Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.....	52
Tabela 13 – Quantidade de matrículas dos anos finais nas escolas públicas de Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.....	53
Tabela 14 – Quantidade de matrículas do ensino médio nas escolas públicas de Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.....	53
Tabela 15 – Taxas de rendimento/aprovação dos anos iniciais nas escolas públicas de Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.....	54
Tabela 16 – Pessoal ocupado de acordo com o Cadastro Central de Empresas de Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.....	55

Tabela 17 – Número de empresas e de outras organizações atuantes de Babaçulândia em contraste com as do Brasil e as do Tocantins.	55
Tabela 18 –Total de empresas abertas em Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.	56
Tabela 19 – Empregados por setor econômico e divisões econômicas de Babaçulândia	57
Tabela 20 – Coeficiente das áreas inundadas pelo reservatório da UHE em cada município.	64
Tabela 22 – Produção de mel em quilogramas de Babaçulândia em contraste com o Brasil e com o Tocantins.....	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – linha do tempo de instalação no CESTE na região.....	59
Quadro 2 – Discursividades sobre a renda	83
Quadro 3 – Discursividades sobre composição do núcleo familiar	88
Quadro 4 – Discursividades sobre quantidade e diversidade do produto	90
Quadro 5 – Discursividades sobre a vida social.....	97
Quadro 6 – Discursividades sobre a quantidade e qualidade da água	102
Quadro 7 – Discursividades sobre o acesso e qualidade da energia.....	106
Quadro 8 – Discursividades sobre o acesso e qualidade da energia.....	108
Quadro 9 – Discursividades sobre o acesso e qualidade da saúde.....	111
Quadro 10 – Discursividades sobre as técnicas e instrumentos de pesca.....	114
Quadro 11 – Discursividades sobre outras produções.....	118
Quadro 12 – Discursividades sobre outras produções.....	121
Quadro 13 – Discursividades sobre a qualidade do produto.....	125
Quadro 14 – Discursividades sobre a mortandade de peixe.....	127

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização de Babaçulândia em termos de Brasil, Tocantins e Amazonia Legal.....	44
Mapa 2 – Área de abrangência do lago formado pela UHE.....	64
Mapa 3 - Contraste de imagens de satélite do perímetro urbano de Babaçulândia antes e depois da formação do lago da UHE	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Discurso
AIE	Aparelhos Ideológicos do Estado
CESTE	Consórcio Estreito Energia
FD	Formação Discursiva
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
QEdu	Plataforma de Dados Educacionais
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UHE	Usina Hidrelétrica de Estreito
UMSS	Universidad Mayor de San Simón

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
2.1 Balizas teóricas: discurso, prática socioespacial e forças desiguais	34
2.2 Caminhos metodológicos: entre método e técnicas de pesquisa	40
2.3 Babaçulândia/TO: nos meandros das discursividades oficiais e da força desigual do capital	43
2.4 Os atores produtivos: pescadores e apicultores.....	68
2.4.1 Dos pescadores	70
2.4.2 Do apicultor	71
2.5 Visualidades e saberes da resistência: cotidiano da pesca e da apicultura local.....	75
2.5.1 O Cotidiano da Pesca Artesanal.....	76
2.5.2 Os saberes da apicultura local	81
3. DAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DA RESISTÊNCIA DOS PESCADORES E DO APICULTOR EM BABAÇULÂNDIA/TO NO E PELO DISCURSO	83
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS	137
ANEXOS.....	144
Anexo A.....	144
Anexo B.....	146
APÊNDICE	148
Apêndice A.....	149
Apêndice B.....	152

1. INTRODUÇÃO

É preciso iniciar esta dissertação, destacando que ela trata, do ponto de vista discursivo, das contradições do Estado e de suas instituições, tendo por base o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil. Interessou-nos, mais de perto, o modo como os arranjos produtivos locais dos pescadores e do apicultor são mantidos, mesmo que alterados, em Babaçulândia/TO, nessa perspectiva da contradição. Se, por um lado, há a discursividade de que é necessário assegurar práticas governamentais que representem o avanço do país em diferentes frentes, por outro, mostra-se igualmente importante pensar e problematizar os efeitos que essas ações podem ter, sobretudo, para a população que frontalmente é afetada por elas.

É que os trabalhadores pertencentes a esses arranjos produtivos locais foram impactados pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE) a partir de 2010. Essa construção trouxe impactos socioambientais, pois o espaço foi alterado: da condição natural do Rio Tocantins para a condição artificial do lago. Antes, o rio era caracterizado por suas águas correntes e por sua vazante, no período de junho a novembro, que oportunizava a formação de bancos de areia, servindo de praias e de local de plantio de alimentos para subsistência da população ribeirinha. Além disso, era possível a retirada de barro para a produção de peças de olaria. Logo, a relação produtiva e social desses trabalhadores foi alterada. Cumpre ressaltar que houve arranjos produtivos locais que foram interrompidos, tais como: barqueiros, barraqueiros, vazanteiros, oleiros e quebradeiras de coco¹.

Não concebemos essa contradição como algo ruim e a ser superado, fazendo-se pensar que atingiríamos, em algum momento da historicidade, a plenitude das relações sociais, como um Estado e com suas instituições plenas e bem-sucedidas. Não tratamos a contradição como algo a ser extirpado das relações sociais. Ao contrário, ela é constitutiva e precisa ser concebida em sua dinâmica complexa e desigual. Portanto, tomamos partido pela perspectiva de

¹ No âmbito do Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire), esses arranjos produtivos foram tema da dissertação “Arranjos Produtivos interrompidos em Babaçulândia/TO: modos de individuação do sujeito pelo Estado”, defendida por Islana Barbosa da Silva, sob a orientação do Prof. Dr. João de Deus Leite.

que, no funcionamento da contradição, efeitos de ruptura são possíveis, apontando para processos discursivos de reprodução/transformação.

Com esses efeitos de ruptura, estamos concebendo que as ações do Estado, no seio de suas instituições, abrem para diferentes efeitos. Assim, não é possível lê-lo tão somente pela via de uma sobredeterminação fechada. É preciso tomar partido pela relação que os indivíduos são levados a ter na injunção com e pelo Estado. Dito de outro modo, e já fazendo relação com as teorizações que aportam esta dissertação, o Estado só existe pelos sentidos que as práticas discursivas põem em circulação sobre ele.

Nessa medida, do ponto de vista discursivo, é necessário dimensionar o modo como o Estado e suas instituições, na lógica do capitalismo, fazem significar os modelos de desenvolvimento. Significar, sobretudo, a relação do desenvolvimento com os recursos naturais, não perdendo de vista outras discursividades em jogo no uso e na ocupação dos territórios. Estamos interessados, acima de tudo, no modo como as bases da sociedade capitalista instauram uma forma sujeito histórica, que significa as relações pela dimensão do jurídico, isto é, pela projeção de direitos e de deveres, bem como pela livre circulação na sociedade. Trata-se, portanto, do sujeito jurídico na lógica do Estado jurídico. Se, por um lado, há essa forma sujeito histórica, habilitando na e pela historicidade os sentidos da forma sujeito, por outro, temos de pensar na posição sujeito, a qual é tributária do jogo entre social e singularidade.

Para dizermos da especificidade desta dissertação, o Estado e suas instituições abrigam diferentes práticas discursivas sobre os modelos de desenvolvimento. E, a depender das relações de força e de dominância, um modelo pode se sobrepor a outro, considerando as autorizações que vão sendo produzidas no e pelo capitalismo. Nesse jogo contraditório e desigual, podemos destacar que existem “formações discursivas” diferentes, significando o desenvolvimento e seus agentes de modo dispare. Na incursão teórica, o conceito de formação discursiva será explorado. Por ora, é necessário antecipar que ela regula o quê pode e deve ser dito nas práticas discursivas. Há a produção de sentido no e pelo Estado e por suas instituições, sendo controlada e autorizada na sociedade.

Buscando pensar no objeto de pesquisa desta dissertação, é salientar que, no mínimo, temos duas formações discursivas (uma governamental,

portando as insígnias da formação discursiva capitalista, e a outra do cotidiano dos trabalhadores), significando o rio, a terra, as relações produtivas, entre outros. Essas formações discursivas comportam diferentes posições sujeito, não perdendo de vista as contradições das quais falávamos anteriormente. Tratamos, portanto, nas páginas seguintes dessas posições sujeito afetadas pela construção da UHE. Mais especificamente, nos efeitos de ruptura com a configuração até então de seus arranjos produtivos locais, produzindo movimentos de sobrevivência e de adaptação, comportado pela prática socioespacial da resistência (Ribeiro, 2018).

O modelo de matriz energética, no Brasil, por meio do sistema de hidrelétricas, acabou por transformar o espaço natural do Rio Tocantins ao longo de seu curso hídrico. No total, esse rio conta com as seguintes usinas hidrelétricas: Serra da Mesa, Cana Brava, São Salvador, Peixe Angical, Lajeado, Estreito e Tucuruí (Ana, 2025). Todas essas usinas hidrelétricas são de montante a jusante, gerando, conforme consta do *site* da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), aproximadamente 11.500 MW. Esse potencial de geração de energia faz com que essas usinas ocupem o *rank* de terceiro lugar no país. Consideremos, a seguir, o “Diagrama esquemático de hidrelétricas da bacia hidrográfica do rio Tocantins” retirado do *site* da ANA:

Figura 1 – Esquema das usinas hidrelétricas do Rio Tocantins



Fonte: *Site* da ANA, 2025.

A partir desse esquema, notamos que a UHE, para dizermos da que é foco nesta dissertação, é classificada como “usina a fio d’água”, não sendo necessário a formação de grandes reservatórios de água. A UHE usufrui da força natural da correnteza do rio para gerar energia. Contudo, cabe ressaltar que o represamento de água para a construção da UHE implicou a formação do lago, atingindo um conjunto de municípios do Tocantins e do Maranhão, conforme mostraremos no capítulo metodológico deste trabalho. A ANA gera boletins diários para divulgar o acompanhamento do sistema hídrico do Rio Tocantins. Uma vista d’olhos nesses boletins permitiu-nos perceber, por exemplo, que, na temporada de praias (entre julho e setembro), na região interestadual do Rio Tocantins, há um controle na vazão da água. Na UHE, a defluência mínima foi de 744 m³/s.

No ano de 2002, iniciou-se a adoção de medidas para a implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito; a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANELL) realizou a licitação pública nº 01/2002, tendo como vencedores as empresas Suez Energy South América Participações Ltda., BHP Billiton Metais, Vale, Alcoa Alumínio S.A. e Camargo Corrêa Energia (CESTE, 2023).

A autorização para o início da Construção da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE) emitida pelo IBAMA se deu no fim do ano de 2006. Somente no ano de 2010 que se deu início a construção da barragem e no final deste mesmo ano fora iniciado o enchimento do reservatório, que foi concluído em 2011(CESTE, 2023). A inauguração da UHE Estreito foi realizada em outubro de 2012, com a presença da então Presidente da República, Dilma Rousseff. A seguir, vejamos um compilado de registros fotográficos no formato de Figura 1 retirado do próprio *site* do Ceste:

Figura 1 – Registros da construção e finalização da UHE



Fonte: Ceste, 2023.

O registro fotográfico representado em A refere-se a uma vista panorâmica das fases da implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito. No ponto A e B, é possível visualizar a configuração antes do início dos trabalhos. Na Ponto C, verificamos a construção em andamento e, no ponto D e E, a obra já finalizada.

Apesar de ser considerada um tipo de energia limpa e sustentável, dado o discurso oficial (re)produzido pelo Ceste, a construção de barragens implica a inundação de extensas áreas, causando desmatamento, perda de biodiversidade e alteração da dinâmica hidrológica dos rios, interferindo na reprodução de espécies e na oferta de recursos pesqueiros, essenciais para as comunidades ribeirinhas.

De acordo com Teixeira da Cruz *et al.* (2020), as barragens não apenas removem as pessoas de seus territórios, mas também desestruturam suas redes sociais e seus modos de vida e de fazer. Comunidades atingidas por barragens frequentemente enfrentam dificuldades na adaptação às novas localidades, resultando na perda de laços sociais e na precarização das condições de vida. Babaçulândia é um dos doze municípios que se encontra na área do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Estreito.

A comunidade babaçulense, em sua grande maioria, vivia da agricultura familiar, do turismo, da pecuária, da pesca, do extrativismo e de demais produções que eram possíveis de se alcançar com o rio Tocantins. Consideremos, na sequência, as palavras de Medeiros e Cormineiro (2014):

Os rios Araguaia e Tocantins foram, por mais de dois séculos, os portões de acesso à Amazônia, tornando-se importante para região não apenas como via de comunicação e interesse econômico, mas também como espaços de construção sociocultural (MEDEIROS E CORMINEIRO, 2014, p. 152)

Deste modo, com a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, as mudanças na vida dessas pessoas, em seus costumes e no modo de viver, foram consideráveis, produzindo efeitos na maneira de eles se significarem e significarem a própria relação com a terra e com a água, bem como com a própria profissão, para dizermos mais de perto do foco deste trabalho. Ou seja, houve

arranjos produtivos locais que passaram a ser interrompidos (como é o caso dos oleiros, dos barraqueiros, dos barqueiros, das quebradeiras de coco e dos vazanteiros) ou mantidos, com alteração (como é o caso dos pescadores e do apicultor), tendo por base os impactos da mudança de rio (isto é, água corrente) para lago (ou seja, água parada). Neste ponto, estamos pensando que há aí processos de individuação dos trabalhadores frente ao funcionamento do Estado e de suas instituições.

Se, por um lado, há o Estado brasileiro legitimando a construção da UHE, por meio do Ceste, e, sobretudo, referendando discursividades que buscam construir uma representação de que o país precisa da geração de energia, por outro, há as comunidades ribeirinhas, que sofrem os efeitos drásticos dessas construções, a ponto de terem de se ressignificarem em termos de modos de vida e de fazer em termos dos arranjos produtivos locais. Nesse jogo entre discursividades, os processos de individuação se mostram importantes para pensarmos nos efeitos sociais e subjetivos da atuação ou não do Estado e de suas instituições.

Desse modo, além da comunidade ribeirinha, todas os arranjos produtivos locais do município foram atingidos, a saber: as quebradeiras de coco, os barqueiros, os barraqueiros, os oleiros, os vazanteiros, o apicultor e os pescadores, conforme já mencionamos anteriormente. Podemos notar, assim, que existe uma Babaçulândia antes e depois do lago, haja vista que foi uma das áreas mais atingidas pela barragem.

A literatura existente sobre Babaçulândia/TO abrange diferentes perspectivas, incluindo estudos sobre os impactos socioambientais da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE) e as transformações econômicas e territoriais ocorridas na região. Pesquisas como as de Medeiros e Cormineiro (2014) e de Sieben (2012) abordam a importância do Rio Tocantins para a configuração sociocultural e econômica do município antes da instalação da UHE. No entanto, há uma lacuna na análise detalhada sobre como os arranjos produtivos locais específicos, como aqueles ligado à pesca e à apicultura, passaram a ser reconfigurado frente às transformações ambientais e sociais causadas pela hidrelétrica.

Esses trabalhadores, mesmo diante dos impactos da construção da UHE como a perda de áreas de pesca, a alteração do ecossistema e a dificuldade de

acesso aos antigos espaços produtivos, desenvolveram formas próprias de se manter ativos economicamente e socialmente. A pesca, por exemplo, teve de ser reconfigurada em função da mudança do rio para lago, afetando os tipos de peixe disponíveis, os métodos de captura, os locais de pesca e até a forma de comercialização. Da mesma forma, a apicultura precisou se adaptar ao novo ambiente, enfrentando alterações na vegetação, na disponibilidade de flores e na dinâmica de produção do mel.

Essas mudanças, longe de significarem o fim das atividades, resultaram em transformações que revelam a capacidade de resiliência e de (re)invenção dos sujeitos ali concernidos pelos arranjos produtivos locais enfocados nesta dissertação. A permanência dessas práticas, mesmo sob novas formas, é um indicador potente da resistência cultural e econômica que se manifesta nas práticas cotidianas e nos discursos desses trabalhadores, conforme mostraremos no capítulo de análise deste trabalho.

Buscamos contribuir para a literatura ao aprofundar a compreensão dos processos de transformação e de resistência dos trabalhadores dos arranjos produtivos locais de Babaçulândia. Enquanto a maioria dos estudos enfoca os impactos gerais da UHE na população ribeirinha, esta pesquisa se concentra nos modos de reorganização produtiva dos pescadores e do apicultor, destacando as estratégias locais que permitiram a continuidade dessas atividades em um cenário de mudança drástica.

Além disso, ao adotar uma abordagem fundamentada na Análise de Discurso (AD) materialista, propomos uma outra leitura sobre a relação entre os trabalhadores, o Estado e o capital. Diferentemente de estudos anteriores, que frequentemente analisam os impactos socioeconômicos a partir de uma perspectiva macroestrutural, aqui buscamos compreender como os sujeitos atingidos constroem sentidos sobre suas próprias experiências, ressignificando suas práticas produtivas e suas identidades territoriais.

Outro diferencial desta pesquisa é a ênfase na prática socioespacial da resistência, conceito trabalhado por Ribeiro (2018), que permite analisar como os trabalhadores reelaboram suas atividades diante das forças desiguais do capital e das decisões estatais. Assim, o estudo não apenas registra as mudanças ocorridas, mas também evidencia os mecanismos discursivos e

práticos que sustentam a permanência e a adaptação desses trabalhadores em Babaçulândia/TO.

Assim, esta pesquisa não busca apenas registrar dados sobre a transformação econômica de Babaçulândia/TO, mas interpretar os sentidos construídos por esses sujeitos às suas experiências, seus desafios e suas conquistas. A análise discursiva, nesse caso, permite uma leitura mais sensível dos efeitos do desenvolvimento imposto, revelando as formas de resistência que escapam aos indicadores macroeconômicos, mas que permanecem vivas na linguagem, na memória e nas práticas cotidianas de uma comunidade que se recusa a desaparecer.

Dessa forma, ao se inserir no campo de estudos sobre os impactos das grandes obras de infraestrutura na Amazônia Legal, esta dissertação amplia o debate sobre os efeitos da UHE, propondo uma abordagem que valoriza as experiências, as práticas e as discursivizações dos trabalhadores locais. Com essa perspectiva, buscamos contribuir com uma compreensão mais abrangente das dinâmicas regionais e das estratégias de sobrevivência e de resistência em contextos de intensa transformação territorial.

Apesar do impacto em todas os arranjos produtivos locais do município de Babaçulândia/TO, a presente pesquisa enfoca os arranjos produtivos dos pescadores e do apicultor, como já fora destacado. A particularização desses trabalhadores, como participantes da presente pesquisa, deu-se pelo fato de serem um grupo social que, apesar dos transformações e com a formação do lago da UHE, conseguiu resistir em termos de existência de suas atividades profissionais.

Nascida e criada em Carolina, no Maranhão, sempre tive uma ligação indireta com a pesca por meio do meu avô, que viveu essa realidade e sentiu os impactos da construção da UHE. Apesar de não ter crescido diretamente nesse meio, acompanhei de perto as histórias e os desafios enfrentados pelos pescadores da região, o que me fez refletir sobre as transformações que esses grandes empreendimentos trazem para as comunidades ribeirinhas.

Mais do que um trabalho acadêmico, esta dissertação ajuda a visibilizar as transformações e os desafios enfrentados por quem vive nessas regiões, considerando os microprocessos de quem passou e passa pelos impactos, tendo necessariamente de se reinventar. A ideia é registrar essas mudanças e

contribuir para um debate em que a voz dos trabalhadores entrevistados sejam levadas a bom termo nas discussões.

Desta maneira, nesta dissertação, trabalhamos com a seguinte indagação: Como se configuravam e se configuram os arranjos produtivos locais dos pescadores e do apicultor antes e depois da formação do lago em Babaçulândia/Tocantins, não perdendo de vista os modos de vida e de fazer adaptados?

Em termos de objetivo geral, nós o formulamos nestes termos: analisar a (re)configuração dos arranjos produtivos locais dos pescadores e do apicultor, em Babaçulândia/Tocantins, de modo a compreender as estratégias de sobrevivência e de adaptação que permitiram a manutenção desses arranjos, mesmo diante das transformações socioeconômicas e ambientais resultantes da formação do lago da UHE nesse município.

No que se refere aos objetivos específicos, eles foram estruturados textualmente deste modo: i) identificar e analisar os modos de vida dos pescadores e do apicultor em Babaçulândia/Tocantins antes e depois da formação do lago da Hidrelétrica de Estreito, explorando as operações de produção e de comercialização, bem como as estratégias adotadas para a continuidade dessas atividades no novo contexto ambiental e econômico; ii) examinar, a partir do funcionamento discursivo, como a organização socioespacial e as relações de poder influenciam a manutenção e a resignificação dos arranjos produtivos locais, considerando os discursos que sustentam a permanência dessas práticas produtivas na região.

Para a realização deste trabalho, ancoramo-nos na teoria da Análise de Discurso (AD) materialista, formulada por Michel Pêcheux, na França, por Orlandi, no Brasil. A AD será nosso arcabouço teórico e metodológico que irá contribuir para lançar luz às discursivizações que serão registradas a partir de entrevistas aos trabalhadores desses arranjos produtivos.

Em termos de ancoragem teórica, mobilizaremos algumas noções que irão sustentar nossas análises, a saber: discurso, sujeito, condições de produção, formação discursiva, memória discursiva, posição-sujeito e outros.

Considerando a perspectiva de que o Estado e suas instituições, por meio dos Aparelhos Ideológico do Estado (AIE), produzem efeitos para os modos de subjetivação dos indivíduos com o lugar onde moram, vamos nos ocupar dos

discursos formulados por trabalhadores dos arranjos produtivos locais dos pescadores e do apicultor, de modo a pensar nos motivos que levam esses arranjos existirem mesmo que alterados, frente aos impactos decorrentes da construção do lago no território de Babaçulândia/TO.

Entendemos que a noção de território é de suma importância na relação entre as populações tradicionais e a natureza. Vejamos, na sequência, uma citação de Santos (1999):

O território não é apenas os sistemas de coisas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. Território é o fundamento do trabalho, o lugar da resistência, das trocas materiais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise de disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise (SANTOS, 1999, p.8).

Deste modo, é certo que o espaço em que se vive vai sendo transformado em lar, em segurança, em desejos e em sentidos capazes de enraizar pessoas, criar laços de afetividade e, deste modo, formar a sua identidade e quando o lugar se transforma, por mais que se chega a um outro lugar, as memórias ficam na vida deste sujeito.

Não podemos esquecer que além das transformações sociais e econômicas, estas pessoas sofreram com as transformações ambientais, visto que existia uma grande relação entre a população e o rio, principalmente a praia do coco, atração regional que deixou de existir. Portanto, a criação da UHE afetou, e ainda afeta, os sujeitos que estavam inseridos na área do reservatório. As comunidades que foram atingidas pela UHE, e que neste trabalho destacamos a cidade de Babaçulândia, tiveram que se (re)organizarem para resistir às mudanças impostas pelo Estado.

De acordo com Orlandi (2002), há dois movimentos de constituição da subjetividade do sujeito, sendo um movimento marcado pela interpelação e outro pela individualização. No primeiro movimento, ocorre o processo de interpelação do indivíduo em sujeito por meio da ideologia, da história e do simbólico. Já no segundo movimento, ocorre o processo de individuação do sujeito pelo Estado, este representado pela Lei e suas instituições reguladoras.

Na esteira de Magalhães e Mariani (2010), podemos salientar que a interpelação produz o assujeitamento, provocando uma ilusão de que o próprio sujeito é a origem do seu dizer e que é um ser autônomo. Ainda de acordo com as autoras (2010, p. 392-393), “ocorre uma individua(liza)ção histórica da forma-sujeito em função da inserção do sujeito nas relações sociais regidas pelas instituições que são reguladoras pelo Estado”.

Pensando em nossa pesquisa, o processo de individuação ocorre a partir das ações do Estado em legitimar a criação de uma usina hidrelétrica que afetaria as relações sociais das comunidades atingidas. O funcionamento do capitalismo ficou acima das comunidades, uma vez que a população foi “atingida” pela falha do Estado. Segundo Orlandi (2017),

O Estado, em uma sociedade de mercado predominantemente, falha em sua função de articulador simbólico e político. E funciona pela falha. Isto é, a *falha do Estado* [...] é, a meu ver, *estruturante do sistema capitalista contemporâneo*. Não é uma falta de interesse, um descaso, nem, a meu ver, ele é substituído pelo Mercado. Essa falha é uma falha necessária para o funcionamento do sistema. (ORLANDI, 2017, p. 229; grifo da autora)

Tendo como considerações as teorizações de Orlandi (2017), podemos compreender que o Estado falha com a população de Babaçulândia, quando permite, por meio de suas instituições, que a UHE fosse instituída. A anuência do Estado permitiu o alagamento de parte da cidade de Babaçulândia, afetando diretamente a identificação da população, em detrimento do capital².

Apresentaremos, a seguir, um fragmento do poema produzido por Antonio Brito de Sousa, morador de Babaçulândia, escrito no dia 23 de junho de 2009. Veremos que o poema mostra os impactos que afetaria/afetou a população. Segue a transcrição do poema:

² O Governo recebe grande quantia pelo funcionamento da UHE, vejamos as informações presente no *site*: “A Usina Hidrelétrica Estreito atinge marca expressiva de R\$ 250.132.876,88 milhões, repassados aos entes públicos beneficiários de sua área de abrangência por meio da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), também chamado de royalties, que é o pagamento pela exploração dos recursos hídricos na geração de energia elétrica” Disponível em: <https://www.uhe-estreiro.com.br/noticias/787-uhe-estreiro-atinge-marca-de-250-milh%C3%B5es-em-repasses-de-royalties.html>

A GRANDE MUDANÇA³

A mudança tá chegando,
 O desassossego também
 Todo mundo tá mudando,
 Carregando o pouco que há,
 Só resta à lembrança
 Quando a represa chegar
 [...]

Os vizinhos que de antes,
 Hoje não se sabe mais,
 Cada um para seu canto,
 Cuidando de seus animais,
 Acaba esta amizade,
 Quando a represa chegar.
 O que mais lhe pertencia,
 Hoje não lhe pertence mais,
 Só nos resta o sentimento,
 Saudade e nada mais,
 Tudo começa de novo
 Quando a represa chegar.
 [...]

Hoje modificaram tudo,
 O lugar de nós morar,
 Some baixada e grotas,
 E não seio onde ficar,
 Tudo isso tá previsto,
 Quando a represa chegar.
 [...]

Partindo do texto, produzido por Antônio Brito de Sousa, podemos compreender a apreensão que a população de Babaçulândia estava sentindo. As condições de produção deste texto certamente é a que estava sendo retratada, sentimento de “desassossego”. O autor comenta sobre a mudança que a população enfrentaria e os impactos nas relações sociais.

O Estado, por meio de suas ações, produziu individuação da população; podemos dizer que o Estado legitimou várias violências simbólicas⁴ contra esses sujeitos. Violência refletida em várias ações ilustrada no poema citado, a saber: desassossego da população em relação à mudança que a sociedade estava

³ Poema retirado da dissertação de Susie Fernandes Santos Silva (2017, p. 7), cujo o tema é “A reterritorialização dos barqueiros de Babaculândia (TO) atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA)”.

⁴ Pierre Bourdieu (1989) define violência simbólica como a imposição de significados e valores culturais por grupos dominantes sobre grupos dominados, de maneira que esses significados são percebidos como legítimos e naturais, mesmo quando servem para perpetuar relações de dominação. Essa forma de violência é sutil e frequentemente invisível, operando por meio de práticas cotidianas e de estruturas sociais que moldam as percepções e os comportamentos dos indivíduos, levando-os a aceitar e reproduzir sua própria subordinação.

passando; separação dos vizinhos, em que cada um foi para seu canto, que, por sua vez, “acaba esta amizade”; o que lhe pertencia (casa, território etc) já não lhe pertencia mais; o sentimento de não pertencimento, pois a população ribeirinha não sabia onde ficar.

Essa violência simbólica refletiu-se nas mais variadas ações, desestruturando a vida cotidiana e o modo como os moradores se relacionavam com seu território e suas identidades. A casa, o território e até mesmo as relações de vizinhança e de solidariedade foram profundamente afetados, gerando um sentimento de não pertencimento. As populações ribeirinhas, por exemplo, viram-se desorientadas, sem saber onde poderiam se estabelecer ou como reconstituir seus laços com o espaço que antes lhes garantia sustento e estabilidade.

Considerando a perspectiva de que o Estado e suas instituições produzem efeitos para os modos de subjetivação dos indivíduos com o lugar onde moram, vamos nos ocupar dos discursos formulados por trabalhadores dos arranjos produtivos locais dos pescadores e do apicultor, de modo a pensar nos motivos que levam esses arranjos a permanecerem, mesmo que alterados, frente aos impactos decorrentes da construção do lago em Babaçulândia/TO.

Nesse contexto, é fundamental compreender como as práticas socioespaciais de resistência se articulam com as formas de organização produtiva e de subjetivação dos indivíduos. A cidade, historicamente moldada pelas atividades de pesca e de agricultura, viu seu território e modos de vida impactados por este empreendimento. A resistência aqui não se constitui de maneira automática, mas como uma resposta organizada das populações locais, que buscam preservar suas tradições e garantir o direito ao espaço que habitam.

A comunidade babaçulandense⁵, afetada pela construção da UHE, teve que desenvolver estratégias de resistência para a preservação de seus modos de vida e para a adaptação às novas condições impostas. Esse processo de resistência, ao mesmo tempo em que busca assegurar a permanência no território, também é moldado pelas tensões econômicas e sociais geradas pelas mudanças locais, como aquelas enfrentadas pelos trabalhadores da pesca e da apicultura.

⁵ Nesta dissertação, vamos usar o gentílico “babaçulandense”, com o qual a população local se identifica e usa no cotidiano, em vez de recorrermos ao gentílico “babaçulense” usado pelo IBGE.

As práticas socioespaciais de resistência em Babaçulândia envolvem não apenas a luta pela manutenção do território, mas também a recriação das atividades produtivas, como a reorganização das áreas de pesca e a adaptação das técnicas de apicultura. Essas práticas são formas de contestar as pressões impostas pelo Estado e pelo capital, ao mesmo tempo em que preservam os modos de vida locais. Nesse processo, a comunidade babaçulandense ressignifica seu espaço e seu trabalho, o que demonstra a resiliência e a capacidade de adaptação das populações impactadas.

O impacto da hidrelétrica, ao mesmo tempo em que provoca a desarticulação de formas produtivas, como a pesca e a apicultura, também dá margem a novos modos de individuação. Nesse cenário, as populações locais ressignificam suas práticas cotidianas, criando novas formas de resistência que, ao mesmo tempo, defendem o espaço e transformam suas relações sociais em face das forças econômicas que alteram a região.

A pesca e a apicultura, embora impactadas, continuam a existir como atividades centrais para a identidade e o sustento dessas comunidades. Essas práticas evidenciam a luta pelo direito ao território e à permanência, ao mesmo tempo em que promovem uma ressignificação dos modos de vida tradicionais, adaptando-se às novas condições ambientais e socioeconômicas. Assim, as resistências socioespaciais se tornam uma forma de contestação ao poder instituído, ao mesmo tempo que constroem novas possibilidades de existência e de identidade, desafiando as lógicas dominantes e reafirmando a conexão profunda dessas populações com seu território.

Para tanto esta pesquisa se mostra inscrita no viés do método materialista histórico-dialético. Isso porque os discursos desses trabalhadores nos permitiram abordar as contradições socioespaciais de Babaçulândia/TO, não perdendo de vista as injunções do capitalismo e suas relações com as instituições.

A metodologia da presente pesquisa assegurou a realização de trabalho de campo na cidade de Babaçulândia/Tocantins, por meio do uso de entrevista com roteiro semiestruturado. Essa entrevista deu no próprio município, considerando o agendamento com os trabalhadores. Por meio de gravador, foi coletado o áudio da entrevista e, posteriormente, procedemos à transcrição dos áudios, tendo em vista a notação de transcrição do Projeto NURC (Cf. Anexo A).

De posse das transcrições, procedemos ao recorte de trecho das transcrições, gerando o quê, no âmbito da AD, é denominado de sequência discursiva (SD). Essas SD foram geradas, tendo como critério analisar as discursivizações dos trabalhadores entrevistados, buscando dimensionar como os arranjos produtivos locais foco desta dissertação se configuravam e passaram a se configurar, tendo em vista os impactos da mudança de rio (água corrente) para lago (água parada).

Para tanto, conforme já ressaltamos, estamos interessados nos modos de individuação ali materializados, considerando o que temos perspectivado como prática socioespacial da resistência, pressupondo movimentos discursivos de sobrevivência e de adaptação. Neste ponto, insistimos na consideração de que o Estado e suas instituições são marcados pelo funcionamento da contradição: o mesmo Estado e as instituições que aportam práticas discursivas que asseguram os indivíduos em seus direitos e deveres são aqueles que, de igual modo, (re)produzem desigualdades na lógica de funcionamento do capitalismo.

Na lógica da ausência-presença do Estado e de suas instituições, é necessário visibilizar as práticas discursivas em que aqueles parecem falhar e faltar, imprimindo, ao mesmo tempo, saídas possíveis para a sobrevivência e a adaptação.

Do ponto de vista da estruturação formal, esta dissertação está organizada em três capítulos, além desta introdução, das considerações finais, dos anexos e dos apêndices. No primeiro capítulo, mobilizamos os fundamentos teóricos que sustentaram o trabalho, dada a relação entre a Análise de Discurso (AD) e a Geografia. Isso porque tínhamos a necessidade de ler as discursivizações dos trabalhadores entrevistados pelo viés de que havia ali uma (re)configuração dos arranjos produtivos locais. Na base dessa (re)organização, evidenciou-se uma prática socioespacial da resistência, que pressupõe movimentos de sobrevivência e de adaptação diante dos impactos provocados pela UHE.

O segundo capítulo, intitulado Balizas teórico-metodológicas e contextuais da pesquisa: discurso, prática socioespacial e resistência em Babaçulândia/TO, reúne de forma integrada as bases teóricas, metodológicas e contextuais que sustentam esta dissertação. Nesse capítulo, abordamos as balizas teóricas sobre discurso, prática socioespacial e forças desiguais, bem

como os caminhos metodológicos construídos ao longo da pesquisa. Também apresentamos as condições socio-históricas e ideológicas do município de Babaçulândia/TO, descrevemos os atores produtivos — pescadores e apicultores — e analisamos as visualidades e saberes da resistência expressos no cotidiano da pesca e da apicultura local. O capítulo busca articular teoria, método e contexto empírico, situando o campo de pesquisa e apresentando, de forma descritiva e analítica, os sujeitos e as práticas que compõem os arranjos produtivos locais estudados.

Por fim, o terceiro capítulo é dedicado ao trabalho de análise das sequências discursivas recortadas das transcrições, tendo como chave de leitura a prática socioespacial da resistência em Babaçulândia/TO. Nele, focalizamos as saídas possíveis que os modos de individuação deixam entrever nas e pelas discursivizações dos entrevistados, evidenciando as formas de adaptação e de permanência dos trabalhadores frente às transformações impostas pelo Estado e pelo capital.

2. BALIZAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS E CONTEXTUAIS DA PESQUISA: DISCURSO, PRÁTICA SOCIOESPACIAL E RESISTÊNCIA EM BABAÇULÂNDIA/TO

Neste capítulo, a nossa atenção está voltada para o campo da Análise de Discurso (AD) de base materialista, em diálogo com alguns fundamentos da Geografia, sobretudo, pela necessidade de pensarmos no construto “prática socioespacial”. Esse diálogo entre campos mostra-se produtivo, nesta dissertação, pois estamos pensando na transformação do espaço em Babaçulândia/TO (de rio para lago) e nos efeitos dessa transformação para os arranjos produtivos territoriais locais, como é o caso da situação vivida pelos pescadores e pelo apicultor. Como temos abordado, essa transformação é legitimada pelo Estado e por suas instituições, dado o jogo de força desigual do capital que ali intervém.

Além do aporte teórico, apresentamos também uma circunscrição em torno do método e das técnicas de pesquisa particularizadas no âmbito desta dissertação, tendo por base o nosso objeto de estudo, os arranjos produtivos territoriais dos pescadores e do apicultor em Babaçulândia/TO. Não podemos perder de vista o fato de que o nosso interesse recaiu no contraponto da configuração desses arranjos produtivos antes e depois da construção da UHE, considerando o modo como cada integrante discursivizou as transformações vivenciadas.

Na condição de analista de discurso, a nossa posição científica foi de construir um arquivo de pesquisa, isto é, um conjunto de material aderente à presente temática, que nos permitisse trabalhar com discursividades que apontassem para as contradições sociais na produção do espaço em Babaçulândia/TO, tendo a construção da UHE como desencadeador da fragmentação do espaço para a comunidade local e para seus respectivos arranjos produtivos territoriais. Além disso, essa construção, como já ressaltamos neste trabalho, figura como mecanismo de acumulação, fazendo trabalhar os interesses do grande capital.

Complementarmente, apresentamos neste capítulo alguns registros fotográficos que evidenciam aspectos das práticas produtivas dos pescadores e do apicultor de Babaçulândia/TO. A proposta desses registros é documentar, de

forma descritiva e imagética, o modo como essas atividades se desenvolvem na materialidade do cotidiano. Por meio de um esforço de aproximação com os trabalhadores, construímos, conjuntamente, um roteiro que segue as etapas práticas desde a preparação dos materiais até a comercialização do produto final, a fim de valorizar os saberes locais e tornar visível aquilo que, muitas vezes, é silenciado nos discursos institucionais.

Essa catalogação se propõe, portanto, a apresentar os modos de fazer que sustentam a permanência dos arranjos produtivos mesmo após os impactos provocados pela instalação da UHE Estreito. Com base na observação direta, nas entrevistas e nos registros compartilhados pelos próprios trabalhadores, descreveremos o passo a passo de cada processo produtivo, com a indicação de imagens que serviram como complemento visual e documental desta pesquisa.

Neste ponto, cabe fundamentar que nos valem dos registros fotográficos como objeto científico capaz de nos permitir uma visada qualitativa. Na esteira de Rios, Costa e Mendes (2016), podemos considerar que esses registros põem em relação outros sistemas de significação dos modos de vida e de fazer dos trabalhadores e3.1ntrevistados. Essa técnica possibilita captar as visualidades da resistência, tendo por base os movimentos de sobrevivência e de adaptação, os quais não se descolam do que temos chamado de “prática socioespacial da resistência” (Ribeiro, 2018).

2.1 Balizas teóricas: discurso, prática socioespacial e forças desiguais

No âmbito da AD, o sujeito é concebido a partir de condições sócio-históricas e ideológicas determinadas, considerando o ritual de interpelação ideológica, isto é, a sua passagem da condição de *indivíduo* para *sujeito*, que se marca no e pelo discurso. Interessa à AD a distinção entre a pessoa de carne e osso, no mundo, e a posição que se marca discursivamente, pois sujeito ali tem a ver com tomada de posição. Das várias possibilidades de sentidos, o indivíduo é provocado e, necessariamente, ele é levado a tomar posição diante dos sentidos. Nesse caso, há processos discursivos que sustentam uma tomada de posição e não outra. Os sentidos têm direção e materialidade. Desse modo, a

mesma pessoa no mundo pode assumir diferentes posições discursivas, constituídas sócio-históricas e ideologicamente.

A inscrição do discurso no campo da ideologia significa, na AD, que os sentidos não nascem e não se constituem do nada; ao contrário, há uma anterioridade dos sentidos, e eles fatalmente precisam estar vinculados ao registro da história. Contudo, trata-se de pensar em uma história que se marca na contradição e menos em uma história determinista dos fatos. Por assim dizermos, na esteira de Pêcheux (1975), a dimensão da história ganhou operacionalização a partir do construto teórico de “interdiscurso”. Consideramos, a seguir, as palavras de Amaral e Fontana (2015):

É precisamente esta concepção de história, definida pelo “primado da contradição” e pela complexidade das múltiplas relações que organizam uma formação social, que está na base da construção teórica da Análise de discurso e, principalmente, do conceito de *interdiscurso*, pelo qual Pêcheux define a materialidade histórica dos processos de significação (Amaral e Fontana, 2015, p. 49; grifos dos autores).

O interdiscurso tem a ver com fato de os sentidos terem um lastro na e pela história, encerrando uma regionalização que os identificam na formação social. Daí o fato de os sentidos se estabilizarem nas práticas discursivas. É o caso das práticas discursivas midiáticas, escolares, religiosas, jurídicas, universitárias, entre outros. Assim, os sentidos assumem uma feição nas formações discursivas (FD), as quais são sempre heterogêneas, a ponto de a formação social se organizar e se estruturar por essas regionalizações de sentido. De acordo com Foucault (1995, p.136), formação discursiva está relacionado a:

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa.

Dessa forma, com base nas considerações de Foucault (1995), é possível compreender que a formação discursiva está alinhada ao que é dito pelo sujeito, sendo este diretamente atravessado por sua posição social, geográfica e outros fatores. As formações discursivas estão em constante

relação com outras discursividades, havendo uma heterogeneidade. Segundo Pêcheux (1983):

[...] a noção de *formação discursiva*, tomada por empréstimo a Michel Foucault, começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu “exterior”: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de “pré-construídos” e de “discurso transversos) (PÉCHEUX, 1983, p.310, grifo do autor).

Portanto, a formação discursiva é constituída por um conjunto de paráfrases, caracterizando-se por um movimento contínuo de retomada, (re)formulação e (re)atualização das discursividades. Partindo dessa interpretação, é possível evidenciar que o discurso está em constante movimento, uma vez que não se apresenta de forma estanque, mas está em constante movimento conforme as condições históricas, sociais e ideológicas que o atravessam. Assim, as formações discursivas funcionam em um campo de ressignificações, no qual as discursividades são retomadas e alinhadas a outras, seja para reforçar sentidos já estabelecidos, seja para produzir novos. Não podemos nos esquecer de que a base materialista, ao apostar na perspectiva da contradição dos processos discursivos, abre vias para pensarmos que os sentidos assumem relações de dominação, de subordinação e de transformação, por exemplo.

Buscando já propor uma articulação com o nosso objeto de pesquisa, o interdiscurso se mostra produtivo, quando pensamos nos sentidos que significam os as dinâmicas sociais da população de Babaçulândia/TO antes e depois da formação do lago, notadamente dos trabalhadores enfocados neste trabalho, já que os sentidos em disputa passam a se acentuar em suas forças desiguais. Na base da formação social capitalista, a disputa pelos sentidos pressupõe o Estado e suas instituições em funcionamento, estabelecendo relações de dominação de sentidos. Nessa lógica, a escala da vida cotidiana e a própria dimensão do espaço passam a ser ressignificados de outro modo.

Do ponto de vista discursivo, neste ponto, poderíamos nos perguntar: a quem interessou a transformação do espaço e da vida cotidiana da população de Babaçulândia/TO, dada a construção da UHE? Se nos orientarmos pela

perspectiva da dominância de sentidos, vamos perceber que entrou em jogo ali a própria perspectiva da (re)produção do capital, fomentando a fragmentação do espaço e a transformação da vida cotidiana, como meio de assegurar os sistemas de acumulação. Contudo, o funcionamento dos sentidos dominantes acaba por criar, discursivamente, o viés da aparente coerência (Lefebvre, 2006). Trata-se de pensar, antes de tudo, no discurso da condescendência do Estado, por meio de suas instituições, ao legitimar sentidos de que o Ceste estava autorizado a integrar o processo de expansão da oferta de energia elétrica para o país.

No capítulo metodológico desta dissertação, mais precisamente na seção “Da caracterização da UHE: nos meandros da força desigual do capital”, abordamos o processo de institucionalização de sentidos sobre a UHE, considerando o jogo de dominação de sentidos. E, na esteira de Lefebvre (2006), podemos conceber que esses sentidos dominantes concebem o espaço pelo viés de uma homogeneização, até como forma de produzir a aparente coerência. Dessa maneira, o espaço é ali tomado como abstrato, fazendo-se pensar que ele seria ahistórico, atemporal, sem dinâmicas sociais constituídas, como se ele não fosse vivido.

Lefebvre (2006) aponta que o espaço abstrato carrega consigo um paradoxo de grandes proporções. Ele não apenas serve como o ambiente no qual as contradições emergem e se desenvolvem, mas também se apresenta como o cenário onde essas tensões se intensificam e, eventualmente, explodem em conflitos evidentes. Eis, neste ponto, uma possível articulação da AD com as teorizações de Lefebvre (2006), pois a categoria da contradição nos é cara neste trabalho. E essas contradições materializam por meio de práticas e de discursos.

A partir da reflexão de Lefebvre (2006), podemos compreender que o espaço abstrato não deve ser visto apenas como um local onde se originam os conflitos ou como um resultado material das relações sociais, mas sim como um meio dinâmico e ativo onde ocorrem diversas mediações. Ele funciona simultaneamente como palco das contradições e como ferramenta que pode tanto amplificá-las quanto ocultá-las, conferindo-lhes uma aparência de coerência. Essa abordagem permite pensar o espaço como algo intencionalmente moldado pelas lógicas do capital, sendo manipulado de acordo com os interesses dos sistemas de acumulação.

Nesse sentido, a escala do cotidiano se revela um campo essencial para observar como essa produção e reprodução do espaço ocorrem de maneira situada e historicamente determinada. Dessa forma, enquanto as contradições se manifestam de maneira evidente no espaço, há também um processo contínuo de apagamento dessas tensões, o que reforça a noção de um espaço socialmente estruturado para sustentar determinadas relações de poder.

Neste ponto, podemos ressaltar as forças do capital (re)produzindo o espaço em Babaçulândia/TO e, sob a discursividade da necessidade da expansão da oferta de energia elétrica no país, assegura a transformação desse espaço de modo racional e objetivo. Há a circulação de sentidos, institucionalizados pela intervenção do Estado e de suas instituições, que passam a legitimar essa prática sob o espaço no referido município. Não podemos perder de vista que o funcionamento do interdiscurso entra aí em perspectiva, já que há sentidos autorizados e outros silenciados no jogo desigual de forças na sociedade. De acordo com Orlandi (2012),

Os processos de produção do discurso implicam em três momentos igualmente relevantes:

1. Sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológica mais amplo;
2. Sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas e
3. Sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições.

No processo de intercruzamento entre a constituição (interdiscurso) e a formulação (intradiscurso) dos discursos, ocorre a circulação. A circulação de discursividades está no movimento entre o já-dito e a atualidade. Portanto, observar como as discursividades se movem, provocando efeitos de retomada, de ressignificação e de (re)atualização de sentido, é fundamental.

Na esteira de Ribeiro (2018), em meio a essa lógica do espaço “intencionalmente manipulado”, é preciso pensar na prática socioespacial da resistência, com o devido cuidado para não banalizarmos a discussão sobre resistência na contemporaneidade. Não se pode banalizar a questão da resistência, partindo do princípio de que ela já está dada em todas as situações e por todos. Seria, nesse caso, positivar a resistência, fazendo-se pensar que todos e em quaisquer situações construiriam práticas de resistência. Sob a

perspectiva da referida autora, a prática socioespacial da resistência figura como uma saída pontual e para além dos limites da sobrevivência, tendo em vista a luta pelo espaço.

Desse modo, a resistência de que tratamos, nesta dissertação, refere-se a esses espaços extremos de (não) superação necessariamente do conflito, da contradição, dado o jogo de forças desigual dos sentidos. Contudo, trata-se de pensar no fato de que as formas de existência são transformadas, e, nessa lógica da transformação, diferentes modos de individuação se estabelecem, encerrando diferentes processos de identificação, podendo resultar em diferentes formas de ressignificação da vida cotidiana. Eis, a seguir, as palavras de Orlandi (2011) sobre modos de individuação:

[...] usamos a palavra “individuação” que remete necessariamente ao fato de que se trata de um sujeito individuado, ou seja, a forma-sujeito histórica, no nosso caso capitalista, passando pelo processo de articulação simbólicopolítica do Estado, pelas instituições e discursos, resultando em um indivíduo que, pelo processo de identificação face às formações discursivas, identifica-se em uma (ou mais) posição-sujeito na sociedade (Orlandi, 2011, p. 22).

No âmbito da AD, o Estado e suas instituições assumem uma perspectiva de articulador simbólico e político importante, na sociedade, pois esse aparato institucional põe em formulação e em circulação discursividades, organizando e legitimando práticas discursivas. Anteriormente, mencionamos diferentes tipos de práticas discursivas possíveis, como a prática discursiva religiosa, a prática discursiva escolar, a prática discursiva universitária, a prática discursiva jurídica, entre outros. No interior dessas práticas, os sentidos ganham forma e direção, a ponto de produzir posições sujeitos, conforme já ressaltamos neste capítulo.

A partir desse construto teórico “modos de individuação”, um questionamento se (im)põe, dada a transformação do espaço em Babaçulândia/TO: os trabalhadores dos arranjos produtivos territoriais locais entrevistados por nós se mostram identificados a quais sentidos, ao serem levados a discursivizar a condição deles antes e depois da construção da UHE? A depender desses sentidos, conforme mostraremos no capítulo de análise desta dissertação, podemos pensar em diferentes formações discursivas a que eles se mostram inscritos.

2.2 Caminhos metodológicos: entre método e técnicas de pesquisa

Nesta seção, apresentamos uma circunscrição em torno do método e das técnicas de pesquisa particularizadas no âmbito desta dissertação, tendo por base o nosso objeto de estudo, que são os arranjos produtivos territoriais dos pescadores e do apicultor em Babaçulândia/TO. Não podemos perder de vista o fato de que o nosso interesse recaiu no contraponto da configuração desses arranjos produtivos antes e depois da construção da UHE, considerando o modo como cada integrante discursivizou as transformações vivenciadas.

Na condição de analista de discurso, a nossa posição científica foi de construir um arquivo de pesquisa, isto é, um conjunto de material aderente à presente temática, que nos permitisse trabalhar com discursividades que apontassem para as contradições sociais na produção do espaço em Babaçulândia/TO, tendo a construção da UHE, como desencadeador da fragmentação do espaço para a comunidade local e para seus respectivos arranjos produtivos territoriais. Além disso, essa construção, como já ressaltamos neste trabalho, figura como mecanismo de acumulação, fazendo trabalhar os interesses do grande capital.

A AD nos colocou no lugar árduo de ter de pensar no funcionamento discurso de todo e qualquer objeto simbólico, já que este é fruto de práticas sociais histórico-ideologicamente constituídas. Essas práticas são permeadas pelo jogo de forças em funcionamento na e pela sociedade, significando uma divisão desigual de sentidos, o que significa dizer que, nessa sociedade, somos levados a assumir posições discursivas. Daí o fato de esse funcionamento comportar uma dinâmica, que se marca por uma constante transformação.

Para dizermos de nosso objeto de pesquisa, estamos comprometidos com o fato de que é por meio do funcionamento discursivo dos dizeres dos entrevistados que se torna possível dimensionar o modo como eles significam as transformações do espaço em Babaçulândia/TO e seus efeitos para os arranjos produtivos territoriais a que eles pertencem. A AD, em sua constituição epistemológica, possibilita-nos focar as práticas discursivas na lógica de constituição da sociedade em seus movimentos contraditórios.

Por essa razão, o método que nos interessa, nesta dissertação, é o método materialista histórico-dialético, já que estamos interessados, mais de perto, no modo como a história de Babaçulândia/TO e de seus moradores, com foco nos pescadores e no apicultor, foi e é marcada pelas ações do Estado. Trata-se de um método que nos oportunizou pensar na produção do espaço, em um viés de sua fragmentação, expondo as suas contradições muito impulsionadas pela força do capital. Nessa medida, uma das formas que encontramos para conceber essa produção do espaço é pensar nas diferentes temporalidades e escalaridades na produção material da vida cotidiana dessa população. Daí a importância que a produção discursiva assume, pois ela é observatório das contradições sociais, isto é, focar essa produção mostra-se importante, visto que estamos às voltas com os microprocessos subjetivos.

Segundo Orlandi (2016), o materialismo histórico defende que a forma como a vida material é produzida influencia diretamente os processos sociais e políticos. Nessa abordagem, a matéria é vista como algo que pode receber uma forma, e o foco está na materialidade histórica da existência humana em sociedade. Assim, busca-se compreender, por meio do pensamento, as leis fundamentais que determinam a organização social ao longo da história.

Ancorados no referido método de pesquisa, trabalhamos com a perspectiva de que a produção capitalista do espaço em Babaçulândia/TO, por meio da UHE, tende a homogeneizar a produção da vida material da população ali presente, deixando flagrantemente um espaço abstrato. A lógica do capital acaba encontrando subterfúgios que tendem a apagar as contradições sociais, que se inscrevem também nas contradições espaciais. Se, por um lado, o espaço para a UHE, portando as insígnias do Estado, faz-se pela lógica da mercadoria, isto é, atribui-se preço, indeniza-se, alimentando o viés da substituição do espaço, por outro, o espaço para a população local de Babaçulândia/TO faz-se pela lógica da vida cotidiana, sob outra escalaridade e outra temporalidade.

O método que invocamos, nesta pesquisa, ajudou-nos a pensar nessa complexidade entre lógicas contraditórias e díspares em que o enquadre é dado pela produção social do espaço nessa localidade. Contudo, o nosso olhar teórico-analítico se voltou mais de perto para a (re)produção da vida da população em foco, tendo por matiz a prática socioespacial da resistência

(Ribeiro, 2018). Isso porque, na escalaridade e na temporalidade do cotidiano, chama-nos a atenção a luta pelo espaço e a permanência neste, passando pelos limites da sobrevivência.

Nessa perspectiva, a opção metodológica que orienta esta pesquisa não se limita à escolha de instrumentos ou técnicas, mas constitui-se como um gesto de interpretação que atravessa todo o percurso analítico. O modo como compreendemos as relações entre discurso, espaço e prática social exigiu uma aproximação cuidadosa com as materialidades empíricas produzidas pelos sujeitos pesquisados. Assim, ao articular teoria e método, buscamos um olhar capaz de evidenciar, nas discursivizações coletadas, as marcas das contradições e das resistências que configuram a produção e a reprodução da vida em Babaçulândia/TO.

Após as transcrições feitas por nós, orientados pela notação do Projeto NURC, trabalhamos com recortes mais pontuais do texto da transcrição, que são as sequências discursivas (SD). Vamos apresentá-las por meio de quadros, tendo por base o roteiro da entrevista semiestruturada. Para analisarmos a configuração dos arranjos produtivos locais da pescaria e da apicultura, tendo em vista o parâmetro temporal antes e depois da formação do lago, enfocamos os modos de vida dos trabalhadores entrevistados. Dada a natureza desses arranjos produtivos, a questão da prática socioespacial se torna uma dimensão relevante para perseguirmos ao longo das análises. Trata-se de modos de vida ligados e constituídos na e pela água, bem como na e pela terra.

Dessa forma, o procedimento de análise se concentrou nas enunciações/nas formulações, nos dizeres dos entrevistados, apresentados em formato de SD, tematizando a ocorrência de certas palavras para nomear/qualificar o que fora perguntado. Os modos de vida (antes e depois da formação do lago) foram pensados em termos se ocorre ou não a transformação da qualidade das relações espaciais. Enfocar a escala da vida cotidiana dos entrevistados é importante, pois, diante da formação do lago, estamos interessados no jogo contraditório entre o que é dominação e o que é apropriação. Por essa razão, estamos trabalhando com a perspectiva de que, ainda que o jogo de forças seja desigual, a reprodução da vida precária pode assumir práticas socioespaciais de apropriação, isto é, práticas socioespaciais de resistência.

Na próxima seção, o nosso foco está centrado na discursivização de indicadores e de índices sobre Babaçulândia/TO, tendo por tarefa a apresentação de um delineamento sobre a área de estudo desta dissertação. Não podemos perder de vista que a escala e o tempo da vida cotidiana da população nessa cidade são afetados por outras escalaridades e temporalidades, incluindo aí o marco da construção da UHE. A vida material em Babaçulândia/TO acontece pelo atravessamento de outras condições sócio-históricas e ideológicas de seu entorno.

2.3 Babaçulândia/TO: nos meandros das discursividades oficiais e da força desigual do capital

Nesta seção, buscando apresentar algumas discursividades oficiais sobre Babaçulândia/TO, vamos recorrer a diferentes bases de informações, tais como: do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), da Secretária de Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins do ano de 2021 e do Portal de Dados Educacionais, o QEdú Analítico, com o objetivo de sistematizar indicadores e índices sobre o referido município, considerando o recorte temporal de 2000 a 2022.

Às margens do Rio Tocantins, Babaçulândia/TO, fica localizada na região norte do estado do Tocantins, ocupando uma área de 1.790 km², sendo uma cidade circunscrita à área da Amazônia Legal. O seu surgimento é datado de junho de 1926, quando Henrique de Figueiredo Brito se estabeleceu no local com um pequeno comércio e sua casa, começando, assim, a formação de um povoado (Ferreira,1958).

Antes de adotar o nome atual, em 1938, Babaçulândia era conhecida como povoado Nova Aurora do Coco, nome dado por causa da abundância de coqueiros babaçu na região. Na esfera administrativa, era tido como distrito de Boa Vista do Tocantins, hoje Tocantinópolis (Ferreira,1958). De acordo com Ferreira (1958), no ano de 1950, a sede municipal de Babaçulândia era composta por 1285 habitantes, sendo 771 pessoas na zona urbana e 514 na

suburbana. Havia, ainda, três povoados, sendo eles: Palmatuba, Gameleira e Anapolândia.

De acordo com o Manual Biogeográfico do Município de Babaçulândia, apesar de seus registros históricos datarem de 1926, foi somente na década de 1950 que o município passou a apresentar um crescimento significativo e características mais urbanizadas. Esse desenvolvimento foi impulsionado pela intensa atividade da navegação fluvial, que conectava Babaçulândia a Marabá e, posteriormente, a Belém. Durante esse período, embarcações transportavam querosene e diversos produtos industrializados para a região, enquanto as exportações locais incluíam a fibra da malva, além da amêndoa e do óleo extraídos do babaçu.

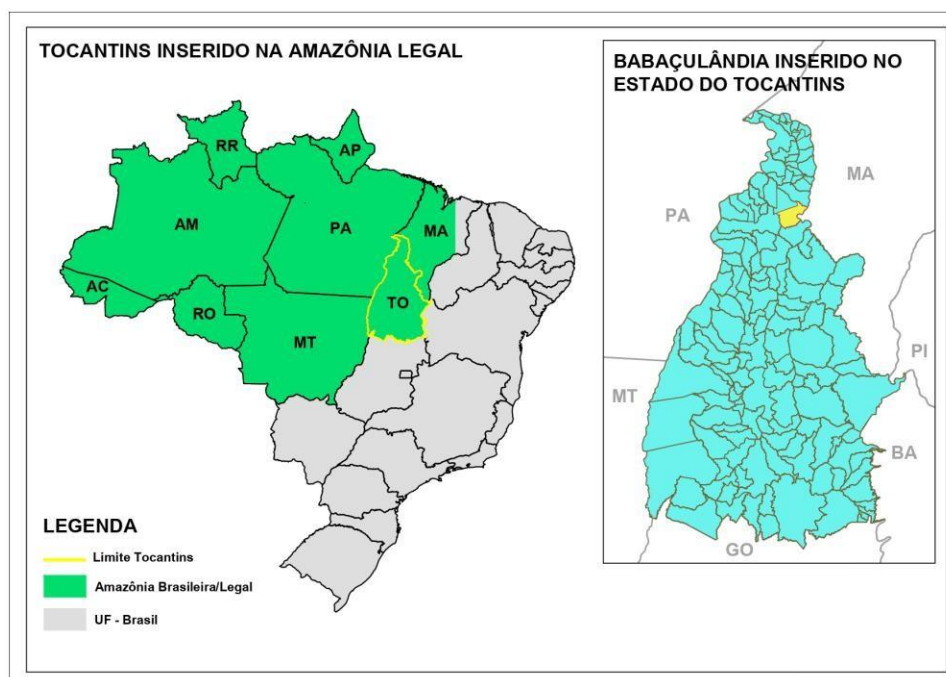
Na atualidade, nenhum dos povoados estão na esfera do município de Babaçulândia. De acordo com Sieben (2012), Palmatuba, localizada a 5km do centro da cidade, que contava com aproximadamente 26 famílias, desfez-se com a construção da UHE. Já os povoados de Gameleira e de Anapolândia, com a divisão político administrativo ocorrida em 1996, deixaram de pertencer ao Município.

No que tange ao desenvolvimento econômico, a criação de gado em Babaçulândia tem raízes históricas profundas e continua sendo uma atividade econômica vital. No processo de formação do Município, uma grande massa de pessoas tinha interesses em implantar fazendas, focadas nesta atividade (LEANDRO, 2008).

Com o passar do tempo, a relação com o Rio Tocantins foi tomando forma, e este além de ser usado para transporte, auxiliou no desenvolvimento econômico, facilitando o escoamento de uma ampla gama de mercadorias, incluindo os produtos derivados da extração do Babaçu, sendo hoje uma das maiores fontes do Município.

Consideremos, a seguir, o Mapa 1, com a localização do referido município, não perdendo de vista a sua localização no Estado do Tocantins e na área de abrangência da Amazônia Legal:

Mapa 1 – Localização de Babaçulândia em termos de Brasil, Tocantins e Amazonia Legal.



Fonte: Elaborado pela autora

Babaçulândia/TO limita-se ao norte com os municípios de Darcinópolis e de Wanderlândia; a oeste, com o município de Araguaína; ao sul, com o município de Filadélfia e, ao leste, com o Rio Tocantins, divisa natural com o Estado do Maranhão (TOCANTINS, 2015).

De acordo com o último censo (IBGE, 2022), a sua população teve uma redução de habitantes em relação ao censo passado (IBGE, 2010), que era de 10.424 habitantes, em 2010, e, em 2022, passou a ter 7.880 habitantes. Conforme demonstramos a partir da Tabela 1 que se segue, essa redução representou -24,4%. Consideremos, na sequência, a referida Tabela, com a apresentação de dados sobre a variação demográfica em termos de Brasil, de Tocantins e de Babaçulândia:

Tabela 1 - Variação demográfica de Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.

	2000*	2010	2022	Crescimento 2000/2010	Crescimento 2010/2022	Crescimento 2000/2022
Brasil	169.590.693	190.755.799	203.080.756	12,4%	6,46%	19,74%

Tocantins	1.155.913	1.383.445	1.511.460	19,6%	9,25%	30,75
Babaçulândia	10.329	10.424	7.880	0,91	- 24,4	-23,71

Fonte: IBGE Cidades. Elaborado pela autora

Se contrastarmos esse percentual de variação do censo de 2010 para o censo de 2022 com a escala estadual e nacional, vamos perceber que, respectivamente, houve um aumento de 9,25% e 6,46%. Uma das explicações possíveis para esse decréscimo populacional pode ter a ver com o fato de que muitas pessoas mudaram de Babaçulândia para outros municípios, tendo em vista o processo de desapropriação pelo Ceste na época de formação do lago entre 2008 a 2011.

Por meio da carta nº 042-2023-GG-CESTE, datada de 26 de janeiro de 2023, tivemos acesso aos seguintes números: 1.456 famílias foram impactadas; 161 famílias foram reassentadas no próprio município de Babaçulândia e 260 famílias receberam carta de crédito; 61 famílias foram reassentadas em outros municípios; 974 famílias foram indenizadas e não reassentadas. Com base nesses números, podemos perceber que muitas famílias foram impactadas, também em termos de deslocamento socioespacial, pela construção da UHE.

Consideremos, a seguir, a Tabela 2 em que mobilizamos os dados referentes à taxa de mortalidade infantil em termos de Brasil, de Tocantins e de Babaçulândia:

Tabela 2 - Taxa de mortalidade infantil, por 1.000 nascidos vivos em Babaçulândia em contraste com o Brasil e o Tocantins

	2006	2010	2022
Brasil	16,41	13,93	12,59
Tocantins	17,79	16,18	12,33
Babaçulândia	22,06	15,04	21,748*

Fonte: Ministério da Saúde. Elaborado pela autora

Por meio da referida Tabela, podemos notar que, em Babaçulândia, houve uma variação negativa de 7,02 entre os anos de 2006 a 2010, conforme

nos foi possível sistematizar os dados disponibilizados no IBGE Cidades. A tendência de diminuição se apresenta, nesse mesmo período, para a realidade do Tocantins e do Brasil, sendo, respectivamente, de -1,61 e -2,48. Já, no período de 2010 a 2022, no caso de Babaçulândia, notamos o aumento de +6,7; no caso do Tocantins, houve uma diminuição de -3,85; no caso do Brasil, percebemos uma diminuição de -1,34.

Vejamos, na sequência, a Tabela 3, com o quantitativo de nascidos nas três escalas com as quais temos trabalhado neste capítulo:

Tabela 3 – Números de nascidos vivos em Babaçulândia em contraste com o Brasil e o Tocantins, por residência da mãe

	2000	2010	2022
Brasil	3.206.761	2.861.868	2.561.922
Tocantins	26.205	24.471	22.549
Babaçulândia	141	133	93

Fonte: IBGE Cidades. Elaborado pela autora

Ao olharmos os números apresentados por meio da Tabela 3, conseguimos compreender que, no caso de Babaçulândia, houve uma variação negativa de 8 nascidos vivos no período de 2000 para 2010. Essa variação no referido município atinge a casa de 40 entre anos de 2010 a 2022. O comportamento dos números, no primeiro período, foi de -1.734 em termos de Tocantins e de -344.893 no Brasil. No que se refere ao segundo período, no Tocantins, a variação foi de -1.922 e, no Brasil, foi de -299.946. Observamos que o número de nascidos vivos tem diminuído em todos os contextos ao longo dos anos. Em Babaçulândia, especificamente, essa redução pode ser atribuída à diminuição da população jovem. Muitos adolescentes deixaram a cidade em busca de melhores oportunidades em outros locais, o que resulta em menos nascimentos.

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), conseguimos sistematizar os dados apresentados por meio da Tabela 4 a seguir:

Tabela 4 – Índice de Desenvolvimento Humano de Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.

	2000	2010	2021*	Crescimento 2000/2010	Crescimento 2010/2021	Crescimento 2000/2021
Brasil	0,160	0,699	0,760	33,6	1,0	37,5
Tocantins	0,525	0,699	0,731	33,1	4,5	39,0
Babaçulândia	0,397	0,642	-	61,7	-	61,7

Fonte: IBGE Cidades. Elaborado pela autora

Cabe salientar que, na base de dados do IBGE Cidade, não conseguimos informações sobre o IDH de Babaçulândia/TO em relação ao ano base de 2021. Em relação aos dados em termos de Brasil e de Tocantins, trabalhamos com o ano base de 2021, pois não estão disponibilizadas informações sobre o ano de 2022. O IDH de Babaçulândia apresentou um crescimento, quando olhamos a passagem dos anos 2000 para 2010. Esse índice serve de base para se pensar no desenvolvimento de uma sociedade, levando-se em consideração, no cálculo, o comportamento número da área de saúde, de educação e de renda.

Na próxima Tabela, mobilizamos informações sobre Índice de Gini, considerando as escalas com que temos trabalhado nesta dissertação. Eis, a seguir, a Tabela 5:

Tabela 5 - Índice de Gini de Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.

	2000*	2010*	2022	Variação 2000/2010	Crescimento 2010/2022	Crescimento 2000/2022
Brasil	0,597	0,536	0,518	-10,218	-3,58	9,91
Tocantins	0,6550	0,6099	0,507	-8,4	-16,74	-22,59
Babaçulândia	0,5603	0,4921	-	-12,17	-	12,17

Fonte: Ministério da Saúde. Elaborado pela autora

A realidade da concentração de riqueza em Babaçulândia, considerando os anos de 2000 a 2010, pode ser analisada como tendo uma leve melhora, já que houve a mudança de 0,5603, em 2000, para 0,4921 em 2010. Não nos foi possível apresentar a série com a qual estamos trabalhando, neste capítulo, pois não encontramos esse Índice de Babaçulândia para o ano de 2022. Se fizermos

referência cruzada com o IDH de Babaçulândia, entre os anos de 2000 e 2010, podemos construir uma leitura de que o comportamento parece positivo.

Vejamos, no fluxo de nossas considerações, a Tabela 6, com informações sobre o rendimento mensal domiciliar *per capita* nas escalas sobreditas:

Tabela 6 – Rendimento nominal mensal domiciliar per capita Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.

	2000*	2010*	2022	Crescimento 2000/2010	Crescimento 2010/2022	Crescimento 2000/2022
Brasil	480,45*	R\$ 668	R\$1.715	39%	156%	256*
Tocantins	R\$339,65	R\$571,51	R\$1.581	68%	176%	365%
Babaçulândia	R\$134,33	R\$308,27	-	13%	-	13%

Fonte: IBGE Cidades e Ministério da Saúde. Elaborado pela autora

O comportamento dos números, em Babaçulândia, no período de 2000 a 2010, apresentou uma variação de 13%, pois, nesse período, a mudança foi de R\$134,33 para R\$308,27. Podemos considerar que essa variação positivada acompanhou a variação positiva em termos de Brasil e de Tocantins, conforme podemos perceber a partir da referida Tabela. Não conseguimos sistematizar os dados de Babaçulândia em relação ao ano de 2022, o que nos impede de dimensionar, até o presente momento, o comportamento da série em foco neste capítulo.

No fluxo de nossa circunscrição de indicadores e de índices sobre Babaçulândia, vejamos, neste ponto, a Tabela 7 em que sistematizamos os dados sobre o PIB:

Tabela 7 – PIB de Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.

	2000*	2010	2021	Crescimento 2000/2010	Crescimento 2010/2021	Crescimento 2000/2021
Brasil	1,179 Trilhões	R\$ 3,8 Trilhões	R\$ 8,6 Trilhões	222%	126%	629%
Tocantins	3.6 bilhões	17.2 bilhões	51.781 bilhões	377%	201%	1338%
Babaçulândia	15.245,00 milhões	58.612,00 milhões	158.741,48 milhões	284%	170%	941%

Fonte: IBGE Cidades e IPEA (Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada). Elaborado pela autora

A partir da Tabela 7, podemos notar que o PIB de Babaçulândia segue um comportamento de crescimento, que segue a tendência em termos de crescimento dos números do Tocantins e do Brasil. Cumpre ressaltar que recorreremos aos dados de 2021, já que os números de 2022 ainda não estão disponíveis. Tomemos, na sequência, a Tabela 8, com os números do PIB *per capita* nas esalaridades com as quais temos trabalhado neste capítulo:

Tabela 8 – PIB per capita de Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.

	2000	2010	2021	Cresciment o 2000/2010	Cresciment o 2010/2021	Cresciment o 2000/2021
Brasil	R\$6.946,34	R\$ 19.763,93	R\$ 42.247,52	184%	113%	508%
Tocantins	R\$3.173,22	R\$12.461,74	R\$ 32.214,73	292%	158%	915%
Babaçulândi a	R\$1.477,22	R\$5.615,00	R\$14.880,15	280%	165%	907%

Fonte: IBGE Cidades e Ministério da Saúde. Elaborado pela autora

Ancorados nos números apresentados por meio da Tabela 8, podemos compreender que o PIB *per capita* de Babaçulândia cresceu, o que representa crescimento econômico para o município. Esse comportamento numérico de crescimento é encontrado também nos dados do Tocantins e do Brasil.

Vejamos, no fluxo de nossas argumentações, a Tabela 9 em que mobilizamos os dados referentes à média do IBED nas esalaridades sobreditas. Antes, porém, cumpre ressaltar que trabalhamos com os anos diferentes daqueles apresentados na série com a qual temos trabalhado. Isso porque o IDEB foi criado em 2007, o que nos impede de apresentar dados referentes ao ano de 2000. E, como esse índice é gerado de dois em dois anos, tomamos como parâmetro o último ano, que foi 2021, considerando os seis últimos anos. Eis, a seguir, a Tabela 9:

Tabela 9 – IDEB dos anos iniciais nas escolas públicas de Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.

	2009	2015	2017	2019	2021
Brasil	4,4	5,3	5,5	5,7	5,5
Tocantins	4,4	5	5,4	5,5	5,1
Babaçulândia	3,4	4,3	4,3	3,9	4,2

Fonte: IBGE Cidades e Qedu Analítico. Elaborado pela autora

Com base nos referidos dados, podemos considerar que, em Babaçulândia, o IDEB dos anos iniciais das escolas públicas, nessa sequência apresentada de anos, apresentou um comportamento positivo. Cumpre ressaltar que, em Babaçulândia, há 09 escolas públicas, sendo 07 municipais e 2 estaduais. No ano de 2011, uma escola que ofertava o ensino fundamental (de 1º ao 5º ano escolar) foi fechada por falta de alunos. E, no ano de 2018, outra escola que oferecia o ensino fundamental (de 6º ao 9º escolar) também foi fechada pelo mesmo motivo. Na jurisdição do município, também, tivemos escolas que foram fechadas, quais sejam: na ilha de São José, houve o fechamento da Escola “Valdino Paixão”; a Escola Municipal José Bonifácio, a Escola Municipal Santa Paz e a escola do Poção também foram fechadas.

Tabela 10 – IDEB dos anos finais nas escolas públicas de Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.

	2009	2015	2017	2019	2021
Brasil	3,8	4,2	4,5	4,7	5
Tocantins	3,9	3,8	4,4	4,4	4,7
Babaçulândia	3,5	4	4,2	4,1	4,1

Fonte: QEdu Analítico, elaborado pela autora

Em relação aos dados do IDEB dos anos finais nas escolas públicas do Município de Babaçulândia, se comparado aos dados dos anos iniciais teve em todos os seus anos, com exceção de 2017, um aumento. Apesar do valor do IDEB ter sido maior em 2017 do que em 2021, o fluxo escolar (taxa de aprovação) do último ano foi maior, marcando 0,99 sob 0,93 do ano de 2017.

Tabela 11 – IDEB do ensino médio nas escolas públicas de Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.

	2009	2015	2017	2019	2021
Brasil	3,4	3,4	3,5	3,9	3,9
Tocantins	3,3	3,3	3,7	3,9	4,1
Babaçulândia	-	-	3,1	3,3	3,4

Fonte: QEdU Analítico, elaborado pela autora.

Notamos que há um crescimento no IDEB do ensino médio nas escolas públicas de Babaçulândia. No entanto, se comparado com os anos iniciais e anos finais, apresentados nas tabelas 10 e 11 subsequente, há um decréscimo em todos os anos. Não há dados em relação aos anos de 2007 e 2015.

Consideremos, na sequência, a Tabela 12 em que apresentamos a quantidade de matrícula nos anos iniciais, considerando as informações disponíveis na plataforma QEdU Analítico:

Tabela 12 – Quantidade de matrículas dos anos iniciais nas escolas públicas de Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.

	2000	2010	2022	Variação 2010/2022
Brasil	-	14.511.883	11.801.285	-2.710,598
Tocantins	-	134.185	103.170	-31.015
Babaçulândia	-	923	557	-366

Fonte: QEdU Analítico, elaborado pela autora

De posse da referida tabela, podemos notar que, entre 2010 e 2022, o número de matrículas caiu em Babaçulândia, tendo uma redução de 366 matrículas. Não podemos perder de vista o fato de que a construção da UHE impactou o número de escolas abertas, ofertando vagas em Babaçulândia, conforme mencionamos anteriormente. Não foram encontrados dados referentes aos anos 2000. O comportamento dessa redução nos números se dá também em relação ao Tocantins e ao Brasil. No caso de Babaçulândia, podemos pensar que essa redução pode ter a ver com o remanejamento forçado das famílias em razão da construção da UHE.

Com base na Tabela 12, apresentamos o quantitativo de matrículas dos anos finais nas escolas públicas nas escalas com as quais temos sistematizados os dados:

Tabela 13 – Quantidade de matrículas dos anos finais nas escolas públicas de Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.

	2000	2010	2022
Brasil	-	12.553.716	10.057.300
Tocantins	-	118.225	100.058
Babaçulândia	-	834	514

Fonte: IBGE Cidades. Elaborado pela autora

Na base de dados do IBGE Cidades, não conseguimos acesso aos números referentes ao ano de 2000. Por essa razão, o período de comparação refere-se aos anos de 2010 a 2022. No caso de Babaçulândia, percebemos uma variação negativa de 320, enquanto, no Tocantins, a variação negativa foi de 18.167 e, no Brasil, foi de 2.496,416. Para dizermos da área de estudo desta dissertação, essa diminuição de vagas pode ter a ver com o fato de se ter dispersado a população do município, considerando a realidade e o modo como a realocação populacional foi feita pelo CESTE.

Por meio da Tabela 13, mobilizamos os dados de matrícula referentes ao ensino médio nas escalas enfocadas neste capítulo:

Tabela 14 – Quantidade de matrículas do ensino médio nas escolas públicas de Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.

	2010	2015	2023
Brasil	7.474.573	7.025.847	6.690.396
Tocantins	62.651	64.413	61.844
Babaçulândia	350	367	337

Fonte: IBGE Cidades. Elaborado pela autora

O comportamento dos números, entre o período de 2010 a 2023, permite-nos considerar que, em Babaçulândia, a diminuição de matrículas também se deu na última etapa da educação básica. Nesse período, a redução foi de 30 matrículas. No Tocantins, também percebemos uma diminuição de 2.569 e, no Brasil, uma diminuição de 335.451. Trabalhamos com a perspectiva de que essa diminuição, em Babaçulândia, pode ser tributária da dispersão populacional que a formação do lago da UHE provocou no referido município.

Para além dessa dispersão forçada, pode haver, também, a migração estudantil para municípios que ofereçam a oferta de serviço com mais qualidade. É o caso da migração estudantil para Araguaína/TO.

Neste ponto, consideremos, a seguir, a Tabela 14, com dados sobre o rendimento/aprovação nos anos iniciais em termos de Brasil, de Tocantins e de Babaçulândia:

Tabela 15 – Taxas de rendimento/aprovação dos anos iniciais nas escolas públicas de Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.

	2000	2010	2022	Crescimento 2010/2022
Brasil	-	89,2%	95,7%	+6,5
Tocantins	-	91,4%	96,9%	+5,5%
Babaçulândia	-	89,2%	95,7%	+6,5%

Fonte: Qedu Analítico. Elaborado pela autora

De posse dos dados disponibilizados na plataforma QEdu Analítico, já em termos de percentual, podemos notar que, em Babaçulândia, a taxa de rendimento/aprovação apresentou um comportamento positivo, aumentando em +6,5%. Essa variação positiva se apresentou em termos de Tocantins e de Brasil, representando, respectivamente, o aumento de +5,5% e +6,5%. O comportamento desses números pode ser explicado pelo fato de termos, nesse período, mais investimentos, disponibilização de programas que incentivam o estudo bem como integração de tecnologias educacionais.

No fluxo de nosso circunstancialmente, vejamos, a seguir, a Tabela 15, com dados sobre a população ocupada em termos dos recortes espaciais que nos interessa nesta dissertação. Na nomenclatura do IBGE, “população ocupada” refere-se ao fato de, na semana, a pessoa ter trabalhado uma hora completa em algum tipo de trabalho remunerado ou ter trabalhado sem remuneração direta, considerando a ajuda dada a alguma atividade econômica de alguém de seu domicílio. Trata-se, ainda, da situação em que a pessoa tenha trabalho remunerado, mas que estava afastada temporariamente na semana.

Por uma questão de acesso aos dados no *site* do IBGE, vamos trabalhar com os anos de 2006 a 2021, não sendo possível manter a série com a qual temos apresentado os dados. Tomemos a Tabela 15:

Tabela 16 – Pessoal ocupado de acordo com o Cadastro Central de Empresas de Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.

	2006	2010	2021	Variação 2006/2010	Variação 2010/2021	Variação 2006/2021
Brasil	39.622.751	49.733.384	55.296.012	+39.573.017	+5.562.628	+ 15.673.261
Tocantins	192.589	251.144	325.060	+58.555	+73.916	+ 132.471
Babaçulândia	403	735	469	+332	-266	+66

Fonte: Sebrae. Elaborado pela autora

Por meio dos dados apresentados na referida Tabela, notamos que, em Babaçulândia, houve uma variação entre os anos tomados como referência na sistematização dos dados. De 2006 para 2010, percebemos um aumento de +332; já, no período de 2010 para 2021, houve um déficit de -266. O comportamento desse déficit pode ter a ver com o fato de a população local ter sido dispersa, dada a construção da UHE. Conforme já abordamos, neste capítulo, o alagamento da região urbana e rural de Babaçulândia representou a migração forçada de pessoas para diferentes lugares, afetando negativamente o número de empregos disponíveis. Setores como o comércio, a agricultura e serviços, que dependem da estabilidade populacional, foram prejudicados, ampliando o déficit. Assim, a variação negativa entre 2010 e 2021 não é apenas um reflexo econômico, mas uma consequência das transformações territoriais e sociais provocadas pela UHE, que reconfiguraram a dinâmica de Babaçulândia.

Vejamos, no fluxo de nossa argumentação, a Tabela 16, com dados sobre o número de empresas e outras organizações atuantes nas escalas que temos considerado neste capítulo:

Tabela 17 – Número de empresas e de outras organizações atuantes de Babaçulândia em contraste com as do Brasil e as do Tocantins.

	2006	2010	2021	Varição 2006/2010	Varição 2010/2021	Varição 2006/2021
Brasil	4.636.796	5.551.915	6.321.759	+915.119	+769.844	+ 1.684.963
Tocantins	21.026	26.126	35.240	+5.100	+9.114	+ 14.214
Babaçulândia	59	62	65	+3	+3	+6

Fonte: IBGE. Elaborado pela autora

Na base de dados do IBGE, as informações encontradas sobre esse indicador são a partir do ano de 2006, e as últimas disponibilizadas referem-se ao ano de 2021. Por essa razão, a sistematização se orientou por esses anos, com dados disponíveis para domínio público. No caso de Babaçulândia, o comportamento numérico, de 2006 para 2021, apresentou uma variação positiva de 3. Em termos de escala estadual e nacional, o comportamento seguiu a tendência de aumento na referida série. Diferentemente do estado e do país como um todo, que mantiveram um crescimento em número de organizações, Babaçulândia foi mais vulnerável a esses fatores. Aventamos a hipótese de que a Unidade Hidrelétrica (UHE) de Estreito pode não ter impulsionado de forma significativa o desenvolvimento empresarial em Babaçulândia. O comportamento instável observado nos dados sugere que a migração forçada de moradores e a desarticulação da economia local limitaram o surgimento de novas empresas.

Vejamos, na sequência, a Tabela 17 em que apresentamos o quantitativo de empresas abertas em Babaçulândia, no Tocantins e no Brasil nos anos que se seguem:

Tabela 18 – Total de empresas abertas em Babaçulândia em contraste com o do Brasil e do Tocantins.

	2006	2010	2022	Varição 2000/2006	Varição 2010/2022	Varição 2006/2022
Brasil	4.636.796	5.551.915	10.607.102	+915.119	+5.055.187	5.970.306
Tocantins	21.026	26.126	66.098	5.100	39.972	45.072
Babaçulândia	59	62	159	3	97	100

Fonte: Elaborado pela autora

A partir dos referidos números, percebemos que, no caso de Babaçulândia, houve uma variação positiva entre os anos 2006 a 2010 no que

se refere ao número de Unidades Locais no Cadastro Central de Empresas, sendo uma variação de +97. Essa tendência positiva se deu em relação ao Tocantins e ao Brasil, com a respectiva variação de +39.972 e +5.055.187. Já entre os anos de 2010 a 2022 o município em questão apresentou uma variação positiva de +97. No Tocantins e no Brasil, a variação, nesse mesmo período, também foi positiva, seguindo a tendência da década anterior a essa. Embora o município tenha mostrado um aumento no número de unidades locais, a taxa de crescimento foi substancialmente inferior à observada em níveis estadual e nacional.

No fluxo de nossas considerações, tomemos, neste ponto, a Tabela 18 em que sistematizamos aos dados referentes aos empregados por setor econômico e divisões econômicas:

Tabela 19 – Empregados por setor econômico e divisões econômicas de Babaçulândia

Setores	2016	2019	2022
Agricultura/Pecuária e Serviços Relacionados	424	465	630
Administração Pública/ Defesa e Seguridade Social	293	246	249
Atividades de Atenção à Saúde Humana	-	84	80
Obras de Infraestrutura	-	-	75
Extração de Minerais não metálicos	10	9	12
Comércio Varejista	18	19	33
TOTAL DE EMPREGADOS	931	845	1.124

Fonte: Sebrae. Elaborado pela autora

Com base nos dados sistematizados e apresentados por nós a partir da referida Tabela, notamos que os setores que mais empregam, em Babaçulândia, são a agricultura/pecuária e serviços relacionados a esses dois setores, bem como a administração pública/Defesa e seguridade social. Sendo assim, podemos notar que os dois principais setores do município estão relacionados ao uso e ao manejo da terra e da água.

Voltamo-nos, aqui, para a circunscrição referente à Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE), compreendendo-a a partir da discursividade que a representa como expressão das forças desiguais do capital, com a anuência do Estado brasileiro. A implantação da UHE produziu, em sua área de abrangência, processos de fragmentação e homogeneização do espaço, como se este pudesse ser substituído sob a lógica da coerência e da identificação antecipada imposta à população atingida.

A UHE foi construída pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE), formado especificamente para a construção e a operação da UHE, no ano de 2002, sendo constituído pelas empresas Engie, Vale, Alcoa e InterCement (CESTE, 2024). De acordo com os dados oficiais fornecidos no próprio *site* do Consórcio, a sua principal missão é “Gerar energia contribuindo para o desenvolvimento socioambiental, cuidando da saúde e segurança dos colaboradores e garantindo resultados às consorciadas” (CESTE, 2024, s/p).

Essa formulação busca produzir o efeito de sentido de que o propósito do CESTE é mostrar que há um equilíbrio entre a eficiência operacional na geração de energia e um grande comprometimento com a sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e bem-estar dos auxiliares, não deixando de destacar a garantia de resultados positivos para as empresas integrantes do consórcio.

Em seu *site* oficial, o CESTE apresenta uma série de valores organizacionais, que são pautados na saúde, na segurança, na ética, na transparência, no comprometimento, no espírito em equipe, na excelência nos processos e no respeito à comunidade, estabelecendo, assim, um compromisso com padrões elevados de operação e de responsabilidade social.

Ainda, no que diz respeito à UHE, verificamos, no *site* oficial, que há um destaque a seu objetivo, que é pautado na geração de energia limpa e sustentável com ações voltadas à preservação ambiental, à sustentabilidade e ao incentivo a atividades econômicas que permitam às famílias da área aumentar sua renda e melhorar seu bem-estar. Consideremos, a seguir, um trecho recortado do próprio *site* que ancora as referidas considerações: “O principal objetivo da UHE Estreito é gerar a energia limpa que impulsiona o desenvolvimento do Brasil e o crescimento econômico da região, e prezar pela qualidade estabelecida nas normas ISSO 9001, ISSO 14001 e ISSO 45001.”

Levando em consideração esses apontamentos, notamos que há a ênfase na produção discursiva de que o CESTE preserva o meio ambiente e prima pela melhoria das condições de vida das populações afetadas pelo projeto. Vejamos outro trecho recortado do site que ancora a pertinência dos referidos destaques: “Operamos com Responsabilidade e Segurança | Contribuímos para o Desenvolvimento da Região e País”.

Como destacado no início desta seção, o CESTE é formado por grandes empresas, que, em conjunto, atuam em um ambiente de forças desiguais do capital, considerando que o principal objetivo é a potencialização do retorno econômico em vez da priorização ambiental e social.

A construção de uma Usina Hidrelétrica só é possível com a anuência do Estado, que, por meio de suas instituições, aprovam e regulamentam as concessões e as licenças necessárias e oferece incentivos financeiros, favorecendo os grandes investimentos privados. No *site* do CESTE, por meio da apresentação de uma linha do tempo, é dito que a UHE integra uma das linhas de ação do Plano Decenal de Expansão da oferta de energia elétrica (2000/2009). Sendo assim, a proposição do CESTE busca atender o aumento da demanda nacional em relação à geração de energia elétrica. Consideremos, a seguir, o Quadro 1 em que apresentamos o histórico de implantação e de implementação do CESTE na região:

Quadro 1 – linha do tempo de instalação no CESTE na região

Data	Ações
Final da década de 90	Proposição do Plano Decenal de Expansão da oferta de energia elétrica (2000/2009), coordenado pelo Grupo coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos (GCPS - Eletrobrás), prevendo a construção da UHE.
Janeiro de 2001	Realização de estudos de revisão das características técnicas da UHE Estreito, abrangendo a definição da localização, quedas e arranjos gerais do empreendimento, conduzidos pela Eletronorte e Themag.
Julho de 2002	As empresas Suez Energy South América Participações Ltda., BHP Billiton Metais, Vale S.A., Alcoa Alumínio S.A., e Camargo Corrêa Energia venceram o leilão promovido pela Agência Nacional

	de Energia Elétrica (ANEEL) para a implantação da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito).
Dezembro de 2002	As empresas Suez Energy South América Participações Ltda., BHP Billiton Metais, Vale S.A., Alcoa Alumínio S.A., e Camargo Corrêa Energia assinam o contrato de concessão, com um prazo de 35 anos.
Abril de 2005	O IBAMA emite a Licença Ambiental Prévia, confirmando a viabilidade técnica e ambiental da UHE Estreito.
Dezembro de 2006	O IBAMA emite a Licença de Instalação, autorizando o início da construção da UHE Estreito.
Junho de 2007	Início das obras civis da Fase 1.
Outubro de 2007	Início da mobilização para a Fase 2.
Fevereiro de 2008	Início das Obras Civis para a Fase 2.
Setembro de 2009	O desvio do Rio Tocantins é realizado através da estrutura do vertedouro.
Maio de 2010	Início da construção da barragem.
Novembro de 2010	O IBAMA emite a Licença de Operação, permitindo o início do enchimento do reservatório da UHE Estreito. O então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, aciona o fechamento da primeira comporta do vertedouro, marcando o início simbólico do enchimento do reservatório.
Dezembro de 2010	Início do processo de enchimento do reservatório da UHE Estreito.
Abril de 2011	A UHE Estreito inicia a geração de energia com o funcionamento da primeira unidade geradora.
Maio de 2011	Enchimento do reservatório da UHE Estreito concluído.
Julho de 2011	A segunda unidade geradora da UHE Estreito entra em operação comercial.
Julho de 2012	O Consórcio Estreito Energia (CESTE) submete ao IBAMA o pedido de renovação da Licença de Operação 974/2010 da UHE Estreito.
Outubro de 2012	Inauguração da UHE Estreito com a presença da então presidente da República, Dilma Rousseff que aciona simbolicamente a oitava unidade geradora, permitindo que a usina ofereça ao Brasil, em plena capacidade, 1.087 MW de energia limpa e renovável.
Novembro de 2012	A SEMA - MA concede a renovação da Licença de Operação para a Linha de Transmissão LT 500 kV SE – ESTREITO / SE IMPERATRIZ, que abrange uma extensão de 140,4 km e inclui uma Subestação de Energia de 500 kV na área da Usina Hidrelétrica de Estreito.
Setembro de 2014	O programa de monitoramento de Arara-Azul é reconhecido pela Câmara de Comércio Brasil-França,

	resultando na concessão do XIII Prêmio LIF (Liberdade, Igualdade e Fraternidade) ao CESTE.
Setembro de 2015	O Programa Social Cerrado Doce é reconhecido pela Câmara de Comércio Brasil-França, resultando na concessão do XIV Prêmio LIF (Liberdade, Igualdade e Fraternidade) ao CESTE.
Dezembro de 2015	Após 5 anos, é concluída a implantação do Projeto Investimento Social Estreito (ISE), que visa apoiar o desenvolvimento sustentável dos municípios da região da UHE Estreito, com o apoio do BNDES.
Janeiro de 2016	O Consórcio Estreito Energia (CESTE) implementa seu Sistema de Gestão Integrado.
Março de 2016	O Consórcio Estreito Energia (CESTE) realoca todas as instalações administrativas para o Edifício Controle, localizado na UHE Estreito.
Junho de 2016	Apresentação do Programa de Monitoramento da Arara-Azul-Grande na Sustainable Week da Engie França.
Julho de 2016	Protocolo do pedido de renovação da Licença de Operação 500/2012 para a Linha de Transmissão LT 500 kV SE – ESTREITO / SE IMPERATRIZ e para a Subestação de Energia de 500 kV, localizada na área da Usina Hidrelétrica de Estreito, junto à SEMA-MA e ao IBAMA.
Setembro de 2016	Certificação da UHE Estreito conforme as normas ISO 9001:2008 (Qualidade), ISO 14001:2008 (Gestão Ambiental) e OHSAS 18001:2007 (Saúde e Segurança Ocupacional).
Novembro de 2016	Realizado I Workshop sobre Cheias e Secas do Rio Tocantins, destacando o papel da Usina Hidrelétrica Estreito e da Defesa Civil na gestão desses eventos climáticos.
Fevereiro de 2017	O CESTE recebe o Termo de Quitação referente à compensação ambiental do processo nº 163220/2016, relacionado ao licenciamento ambiental da Linha de Transmissão 500 kV SE Estreito/SE Imperatriz (processo nº 3706/2008 e LI nº 041/2009).
Junho de 2017	Realização do I Workshop de Fornecedores: Oportunidades e Desenvolvimento na região da UHE Estreito. O evento visou estimular a comunidade e gestores públicos para promover iniciativas de desenvolvimento na área.
Abril de 2018	Revisão do Planejamento Estratégico para os próximos 05 anos.
Julho de 2019	I Workshop de apresentação do PAE (Plano de Ação em Emergências) para stakeholders externos.
Agosto de 2019	Realização do Evento Painel de Sustentabilidade da UHE Estreito. O painel teve como objetivo principal promover um debate com stakeholders sobre temas cruciais para o avanço da companhia e da

	comunidade, abordando questões econômicas, sociais e ambientais.
Setembro de 2019	Entrega do Plano de Atendimento à Emergência/Plano de Segurança de Barragens (PAE/PSB) aos municípios localizados a jusante. Implantação do Programa de Compliance e do “Código de Conduta de Negócios”, promovendo o respeito às normas.
Dezembro de 2019	Formalização do pedido de outorga de direito de uso dos recursos hídricos junto à ANA.
Janeiro de 2020	UHE Estreito recebe a visita do Secretário da Casa Civil e do Secretário de Turismo do Maranhão.
Março de 2020	Implantação do Comitê de Ações da UHE Estreito para enfrentamento da COVID-19.
Setembro de 2020	Alcançado o montante de R\$ 200 Milhões em CFURH (Compensação Financeira por Utilização de Recursos Hídricos).
Abril de 2021	A UHE Estreito completa 10 anos de operação comercial. Lançamento da primeira edição do Concurso de Redação da UHE Estreito.
Junho de 2021	A Agência Nacional de Águas emite a outorga de direito de uso dos recursos hídricos da UHE Estreito, aprovando a regra operativa proposta. Certificação da UHE Estreito de acordo com a ISO 45001:2018 (Saúde e Segurança Ocupacional), substituindo a OHSAS 18001:2007.
Agosto de 2021	Assinatura do Termo de Compensação Ambiental entre o CESTE e o NATURATINS.
Setembro de 2021	A UHE Estreito atinge a marca de 5 anos sem acidentes que resultem em afastamento.
Agosto de 2022	Implantação da Política de Gestão de Riscos conforme a norma ISO 31000:2018 (Gestão de Riscos). Lançamento da primeira edição do Programa Amigo do Lago.
Setembro de 2022	Recertificação da UHE Estreito conforme as normas ISO 9001:2015 (Qualidade) e ISO 14001:2008 (Gestão Ambiental).
Janeiro de 2023	A ANEEL autoriza a prorrogação da outorga da UHE Estreito por 2 anos e 122 dias, com a concessão estendida até 27 de abril de 2040.

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações do CESTE.

O discurso governamental esteve fundamentado na ideia de que esta medida foi essencial para suprir a necessidade de energia elétrica do país, que

a cada dia crescia, bem como para estimular o desenvolvimento regional, impulsionando, assim, o crescimento econômico e social do país. Embora haja pressões para que o governo apoie grandes investimentos que prometem estimular o crescimento econômico e criar empregos, é fundamental que o governo assegure que as preocupações ambientais e sociais sejam cuidadosamente abordadas e integradas ao processo de tomada de decisão, garantindo, desse modo, um equilíbrio entre progresso econômico e sustentabilidade.

Se, por um lado, há o Estado brasileiro legitimando a construção da UHE, por meio do CESTE, e, sobretudo, referendando discursividades que buscam construir uma representação de que o país precisa da geração de energia, por outro, há as comunidades ribeirinhas ou comunidades locais que sofrem os efeitos drásticos dessas construções, a ponto de terem de se ressignificar em termos de suas formas de existência.

De início, o referido empreendimento produziu um jogo de dualidade territorial, provocando tanto a fragmentação do espaço com o deslocamento das comunidades, com a desapropriação das terras e mudanças no fluxo biológico, como também uma homogeneização do ambiente com a estruturação padronizada de reassentamento, negligenciando as características culturais e sociais tradicionais dos afetados.

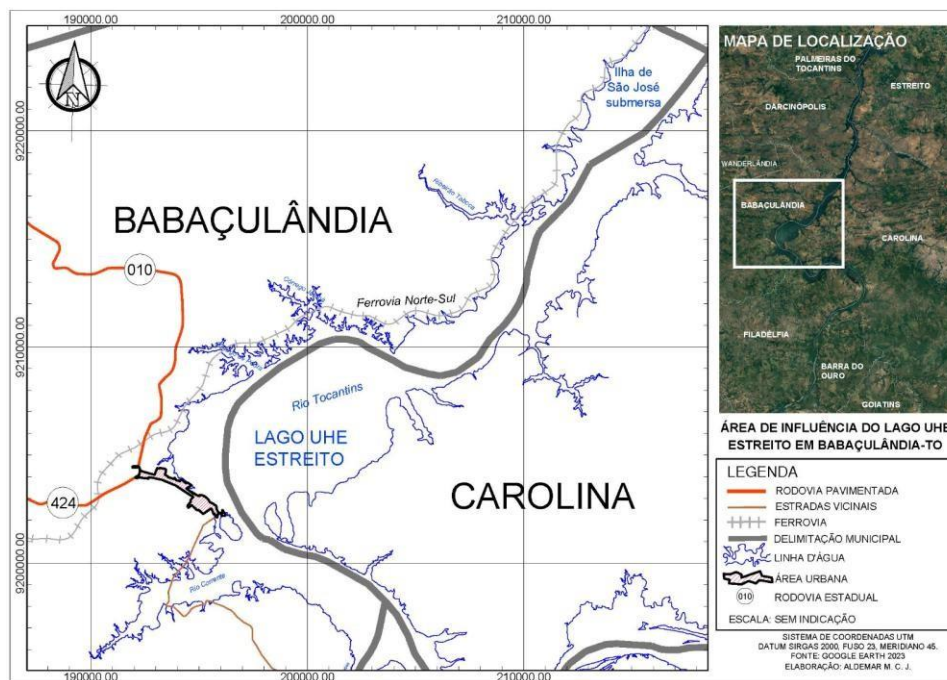
A UHE, operacionalizada pelo CESTE, tratou as condições das comunidades afetadas como passível de substituição, oferecendo subsídios como compensação. Além disso, foi realizada a execução de um projeto que tenta atender os impactados de maneira uniforme, sem considerar as particularidades inerentes a cada um.

Além da mudança espacial ocasionada pela construção da UHE, marcado pelo deslocamento forçado das comunidades, houve também a perda de terras férteis e naturais que eram tidas como subsistência e meio tradicional de vida destas famílias, comprometendo suas fontes de renda e práticas culturais.

Ainda no contexto dos impactos socioeconômicos causados, não podemos desconsiderar a desagregação social da população de Babaçulândia, visto que com a mudança de moradia e de local de trabalho restou ocasionada a interrupção dos laços e rede de apoio social.

Neste ponto, vejamos, a seguir, o Mapa 2, com a área de influência do lago formado pela UHE Estreito, com foco no município de Babaçulândia/TO e no município de Carolina/MA:

Mapa 2 – Área de abrangência do lago formado pela UHE.



Fonte: Elaborado pela autora

De posse deste mapa, podemos salientar que o lago possui 260,23 Km de extensão, com área total de 555 Km². De acordo com a ANEEL (2011), a área total inundada foi de 635,83 km², deste valor, 94,69km² representa a área total de Babaçulândia, incluído zona rural e urbana. Consideremos a tabela 19, que demonstra de maneira individualizada os municípios que tiveram áreas alagadas:

Tabela 20 – Coeficiente das áreas inundadas pelo reservatório da UHE em cada município.

Município/UF	Área (km ²)
Babaçulândia/TO	94,69
Barra do Ouro/TO	47,79
Carolina/MA	206,43
Darcinópolis/TO	39,04
Estreito/MA	48,85

Filadelfia/TO	114,44
Goiatins/TO	15,00
Itapiratins/TO	15,24
Palmeirante/TO	25,45
Palmeiras do	28,02
Tocantins/TO	
Tupiratins/TO	0,89
AREA TOTAL	635,83

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações da ANEEL.

A expansão de grandes empreendimentos altera significativamente paisagens e dinâmicas socioculturais, muitas vezes sem considerar a história e identidade das comunidades envolvidas. A construção da Usina Hidrelétrica de Estreito trouxe uma série de transformações para os territórios afetados, marcadamente em Estreito e Carolina, cidades que experimentaram mudanças estruturais expressivas. A formação do reservatório não apenas alterou o ecossistema local, mas também resultou no deslocamento de populações ribeirinhas e em impactos diretos sobre atividades econômicas tradicionais, como a pesca e a agricultura (PEREIRA, 2013).

Os discursos oficiais legitimam esses empreendimentos sob a perspectiva do progresso e da necessidade de expansão da matriz energética nacional, mas os custos sociais e ambientais são consideráveis. A implementação da UHE Estreito impactou diretamente 12 municípios, afetando milhares de pessoas que dependiam do rio Tocantins para sua subsistência. Embora esta dissertação tenha como foco os impactos em Babaçulândia, faz-se necessário destacar Estreito e Carolina, que sofreram os maiores impactos desse projeto, revelando contradições entre os discursos oficiais e as vivências cotidianas da população local (PEREIRA, 2013).

Com base nos dados dispostos na tabela 19, podemos inferir que a área inundada em Babaçulândia representa 7,68% da área total do reservatório. Embora a área rural de Carolina/MA não tenha sido alagada, o município sofreu a maior inundação em termos absolutos, representando 32,46% de toda a área do reservatório.

Carolina, localizada ao sul do Maranhão e a aproximadamente 100 km da barragem da UHE Estreito, também sofreu impactos significativos. Com uma população de 24.062 habitantes e uma área territorial de 6.267,675 km² (IBGE, 2023), a cidade viu suas dinâmicas econômicas e sociais profundamente alteradas após a instalação do empreendimento hidrelétrico.

Um dos impactos mais evidentes foi a inundação de áreas essenciais para a economia local, incluindo a Praia de Carolina, um dos principais atrativos turísticos da região. Essa mudança afetou diretamente a cadeia produtiva do turismo, reduzindo a movimentação no comércio e nos serviços (COELHO *et al.*, 2020).

A elevação do lençol freático também trouxe prejuízos estruturais, agravando problemas de saneamento e danificando edificações. A alteração do curso do rio e a diminuição da oferta de peixes comprometeram a pesca artesanal, colocando em risco a segurança alimentar de diversas famílias que dependiam dessa atividade. Além disso, a população sofreu com o deslocamento compulsório de moradores e a falta de medidas efetivas para mitigar os danos socioeconômicos (COELHO *et al.*, 2020).

As manifestações contra a usina evidenciaram a insatisfação popular, com demandas por indenizações e por melhores condições de vida. Entretanto, muitos relatos apontam que as compensações oferecidas foram insuficientes para reparar os prejuízos, deixando várias famílias em situação de vulnerabilidade. Dessa maneira, a instalação da UHE não apenas alterou a paisagem natural de Carolina, mas também impôs desafios estruturais e sociais significativos à população local (COELHO *et al.*, 2020).

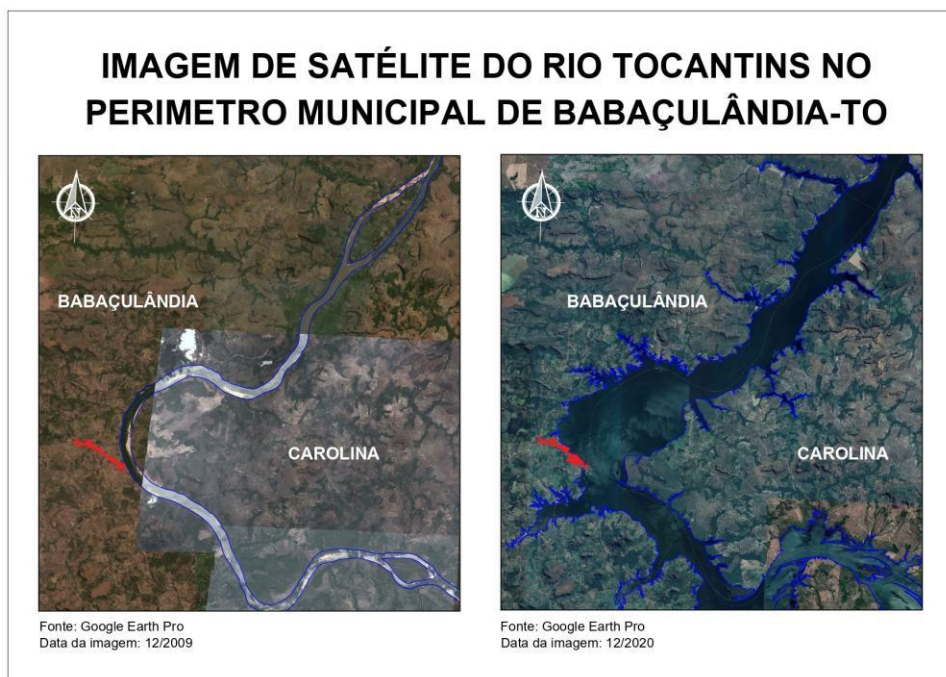
Podemos inferir que Estreito/MA, cidade onde está localizada a Usina, também sofreu drasticamente os efeitos causados pela sua implantação. Localizado no sudoeste do Maranhão, Estreito/MA tem uma área territorial de aproximadamente 2.720 km² e uma população estimada em 33.294 habitantes (IBGE, 2023). Com economia tradicionalmente baseada na agropecuária e no pequeno comércio, a cidade passou por uma rápida e intensa transformação após a construção da hidrelétrica. A formação do reservatório levou à inundação de vastas áreas, obrigando o deslocamento de famílias ribeirinhas, que, além de perderem suas terras, tiveram que reconfigurar suas formas de sustento (PEREIRA, 2013).

A infraestrutura da cidade também foi comprometida pela elevação do lençol freático, o que ocasionou rachaduras em construções e dificuldades no sistema de saneamento. No campo ambiental, a alteração do fluxo do rio Tocantins impactou a fauna aquática, reduzindo significativamente a população de peixes, o que afetou os pescadores locais. Pequenos produtores rurais também foram prejudicados pela perda de terras cultiváveis, comprometendo a economia local (IPABHI, 2021).

Do ponto de vista social, Estreito/MA experimentou um crescimento acelerado durante a fase de construção da usina, atraindo grande quantidade de trabalhadores de outras regiões. Esse crescimento desordenado pressionou a infraestrutura da cidade, gerando deficiências em serviços públicos e aumentando os índices de criminalidade e de prostituição. Com o fim das obras, a cidade enfrentou uma desaceleração econômica, exigindo adaptações e novas estratégias de desenvolvimento (PEREIRA, 2013).

A partir do Mapa 3, apresentamos duas imagens de satélite, mostrando o curso do Rio Tocantins antes e depois da formação do lago da UHE, de modo a dimensionar o perímetro urbano de quando era rio e, depois, de quando era lago. Vejamos, a seguir, o Mapa 3:

Mapa 3 - Contraste de imagens de satélite do perímetro urbano de Babaçulândia antes e depois da formação do lago da UHE



Fonte: Elaborado pela autora

Conforme a visualização satélite apresentada no Mapa 3, observamos que o Rio Tocantins seguia seu curso natural, com forma e largura ajustadas ao perfil geográfico local. Com a construção da UHE, o rio foi represado, formando um grande lago que, em termos de configuração geográfica, resultou na expansão da largura da água e na submersão do perímetro que margeava o rio.

2.4 Os atores produtivos: pescadores e apicultores

A comunidade babaçulandense, em sua grande maioria, vivia da agricultura familiar, do turismo, da pecuária, da pesca, do extrativismo e demais produções que eram possíveis de se alcançar com o rio Tocantins.

Apesar do impacto em todos os arranjos produtivos territoriais do município de Babaçulândia, a presente pesquisa enfocou os arranjos dos pescadores e do apicultor, como já destacamos desde a introdução desta dissertação. A seleção desses trabalhadores como participantes da presente pesquisa se deu pelo fato de serem um grupo social que, apesar dos desastres socioambientais oriundos da formação do lago da UHE, conseguiu resistir em termos de (re)existência de suas atividades profissionais. Neste ponto, não estamos perdendo de vista os movimentos de sobrevivência e de adaptação necessários, a ponto de marcar a dimensão da prática socioespacial da resistência.

São existentes diversas formas de desenvolvimento econômico, social e regional que contribuem consideravelmente o modo de pensar, de agir e de viver de uma região. Ribeiro e Milani (2009, p.154) afirmam que “o desenvolvimento enquanto processo multifacetado de intensa transformação estrutural resulta de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade”.

Assim, faz-se necessário, desde logo, esclarecer o porquê do uso do termo “Arranjo Produtivo Territorial” em vez de “Cadeia Produtiva”, uma vez que a falta de distinção de termos e de conceitos podem levar à equívoco teóricos e metodológicos. Cabe ressaltar que esta dissertação está vinculada ao Projeto nacional “Cadeias Produtivas dos povos das águas e da floresta: fomento e

catalogação co-participativa”. Neste projeto, o uso da expressão “cadeia produtiva” seguiu as linhas temáticas expostas no 003/2022 – Programa de apoio a projetos de pesquisa iniciativa Amazônia +10. O projeto em execução conta com pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Regional de Blumenau (FURB) e do Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPDire).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (2007):

cadeia produtiva é o conjunto de atividades econômicas que se articulam progressivamente desde o início da elaboração de um produto (inclui as matérias-primas, máquinas e equipamentos, produtos intermediários...) até o produto final, a distribuição e comercialização (Brasil, 2007, p. 27).

Desta forma, de um lado, a cadeia produtiva envolve diversas etapas e atores, cada um contribuindo com uma parte específica do processo. Esse encadeamento permite que insumos básicos sejam transformados em produtos acabados e, posteriormente, distribuídos para os consumidores finais.

Por outro lado, os Arranjos Produtivos Territoriais, segundo Cassiolato e Lastres (2003), são:

aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência. Geralmente, envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem, também, diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: a formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. (CASSIOLATO; LASTRES, 2003, p.27.)

Um Arranjo Produtivo Territorial é tido como concentração de atividades produtivas em um território específico, onde os atores estão interconectados e colaboram para fortalecer a competitividade e inovação regional.

Assim, considerando que as atividades dos pescadores e do apicultor estão e sempre estiveram profundamente enraizadas nas características

econômicas, sociais e culturais do território onde vivem e trabalham, eles são considerados parte de um Arranjo Produtivo Territorial.

2.4.1 Dos pescadores

Os indivíduos guardam em si uma relação íntima com os rios e suas margens, pois aqueles, no decurso da história da humanidade, passaram a explorar os rios. Viver perto de cursos d'água oferecia inúmeras vantagens que facilitavam a subsistência e o desenvolvimento da comunidade como a garantia de segurança alimentar, de abastecimento de água, de comércio, de transporte e de pesca. Essa realidade se deu com o Rio Tocantins.

Esse rio possui uma bacia hidrográfica de 803.250 km² e 2.400km km de extensão, sendo o segundo maior curso d'água brasileiro. Sua nascente se encontra entre os municípios de Ouro Verde de Goiás e de Petrolina de Goiás no estado do Goiás. Ainda, é considerada a maior bacia hidrográfica inteiramente brasileira (Ana, 2023).

Ao longo do extenso rio, a pesca artesanal é considerada uma das principais atividades e é um pilar essencial para o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas. Ela garante o sustento econômico, fortalece os laços comunitários e reafirma a identidade cultural dos povos que vivem às margens do rio.

Segundo a EMBRAPA (2014), no Estado do Tocantins, a piscicultura representa uma das atividades agrícolas de maior potencial, tendo um grande crescimento de 833% entre os anos de 2001 e 2011. Consideremos, a seguir, uma passagem do relatório da EMBRAPA:

A piscicultura representa um setor estratégico tanto para a economia como para a segurança alimentar do estado de Tocantins. Esta cadeia produtiva tem se estruturado desde o início dos anos 2000, com a implantação de grandes unidades de produção e processamento. O estado conta com três entrepostos de peixe certificados pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) do Ministério da Agricultura. O setor de pesquisa e desenvolvimento (P&D) tem se fortalecido com a criação, em 2009, da Embrapa Pesca e Aquicultura localizada na capital, Palmas (EMBRAPA, 2014, p.9)

De acordo com a Associação Brasileira da Piscicultura (2022), o Tocantins é o 18º maior produtor de pescados no Brasil. A principal espécie produzida é o

tambaqui, representando aproximadamente 48% do volume total do estado. Em seguida, estão os híbridos tambacu e tabatinga, que juntos correspondem a 34% da produção (RURALTINS, 2020).

O represamento do Rio Tocantins resultou em transformações que afetaram diretamente a atividade pesqueira, refletindo também nas estatísticas dos benefícios sociais. O Benefício do Auxílio Emergencial foi instituído em 2020 para ajudar trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados durante a crise causada pela pandemia de COVID-19, tendo o seu término datado de 2021.

Com o fim do Auxílio Emergencial, em 2021, e com a necessidade de se promover uma renda mínima para famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, surgiu o Auxílio Brasil, perdurando até 2023. Já, no ano de 2024, o programa social para ajudar as pessoas necessitadas foi o retorno do antigo Bolsa Família.

Em Babaçulândia, no ano de 2020, 2.865 pessoas receberam o auxílio emergencial; no ano de 2022, 1630 pessoas foram beneficiadas com o auxílio Brasil e, no ano de 2024, foram beneficiadas, com o novo Bolsa Família, 1.323 pessoas.

Podemos verificar que, no período pandêmico, foi a época em que mais pessoas receberam auxílio governamental, sendo uma quantidade quase que dobrada em relação ao ano do fim da pandemia e ao cenário atual.

Em relação à quantidade de beneficiários do Auxílio Defeso, em Babaçulândia, nos anos de 2020, de 2022 e de 2024 foram, respectivamente, 151, 124 e 123.

A transformação do rio em lago produziu algumas consequências para a atividade produtiva dos pescadores, especialmente no que diz respeito aos instrumentos utilizados. As principais mudanças incluem a necessidade de adaptação das redes e dos modos de pescar para lidar com as condições de água parada e os diferentes tipos de peixes que habitam o lago.

2.4.2 Do apicultor

A apicultura é a prática de se criar e manejar abelhas com o objetivo de produzir mel, cera, própolis, geleia real e outros produtos apícolas. Esta atividade

milênar é fundamental tanto para a produção de alimentos quanto para a polinização de culturas agrícolas, desempenhando um papel crucial na manutenção da biodiversidade e na segurança alimentar global.

De acordo com informações do Sebrae (2015), a apicultura teve início no Brasil no ano de 1939, quando o padre Antônio Carneiro trouxe para o Rio de Janeiro algumas colônias de abelhas da espécie *Apis mellifera* da região do Porto, em Portugal. Em 1956, houve um fato marcador na história da apicultura, quando acidentalmente as abelhas fugiram do apiário experimental e passaram a se cruzar com as abelhas de raça europeia, resultando em um híbrido natural chamado abelha africanizada.

Informações da Secretária do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Tocantins (TOCANTINS, 2024) descrevem que a prática de Apicultura no Tocantins teve seu início nos anos 80, sendo datado o ano de 1990 como o da constituição da Associação de Apicultores do Bico do Papagaio e, em 1997, a criação da Federação Tocantinense de Apicultura, contribuindo para economia local e o desenvolvimento sustentável da região.

No município de Babaçulândia, a criação de abelhas ainda é pouco desenvolvida, sendo realizada apenas por um produtor local. Durante visita técnica realizada na região, foi possível verificar, em conversa com o apicultor, que já foram oferecidos cursos e treinamentos para incentivar outros produtores, mas a procura foi baixa. Segundo ele, a falta de interesse, a pouca experiência com a atividade e as dificuldades para começar contribuíram para que a apicultura não avançasse no município. Mesmo com essas dificuldades, a produção de mel feita atualmente mostra que a atividade tem potencial para crescer e trazer benefícios econômicos e ambientais para a região.

Essa evolução também pode ser observada nos dados de produção de mel apresentados na Tabela 22, elaborada com informações do IBGE (2024). Embora a produção em Babaçulândia ainda seja pequena quando comparada ao estado e ao país, houve um crescimento importante entre 2004 e 2010, saindo de 350 kg para 800 kg. Apesar de uma queda registrada em 2022, com produção de 620 kg, os números se mantiveram relativamente estáveis. Esse comportamento pode estar relacionado a fatores externos que afetaram a atividade, como a construção da UHE.

Tabela 21 – Produção de mel em quilogramas de Babaçulândia em contraste com o Brasil e com o Tocantins.

	2004	2010	2022
Brasil	32.336.462	38.072.673	60.966.305
Tocantins	89.330	156.171	115.025
Babaçulândia	350	800	620

Fonte: IBGE Cidades. Elaborado pela autora

Apresentamos, a seguir, uma circunscrição sobre os pescadores e o apicultor entrevistados na cidade de Babaçulândia (TO), durante as duas visitas realizadas ao campo de pesquisa. A primeira ocorreu em 7 de julho de 2024, no período das 9 às 16 horas, e a segunda, em 24 de julho de 2024, das 9 às 15 horas. As entrevistas foram conduzidas nas residências dos participantes, mediante articulação e agendamento realizados pelo agente local Gilzomar Pereira Barros e por Islana Barbosa.

Cabe ressaltar que as entrevistas foram registradas em áudio por meio do gravador de voz digital da marca Kapbom; e, para uma maior garantia dos dados, foram feitas gravações com gravador de aparelho celular modelo iphone 12 e, posteriormente, os áudios foram transcritos de acordo com a tabela de notação (Anexo 1) do Projeto da Norma Urbana Oral Culta (NURC/RS).

No dia 07 de julho de 2024, iniciamos a primeira entrevista na varanda da casa do Sr. Zé do Cantão, tendo por base o roteiro semiestruturado da entrevista (Apêndice C). Ele relatou que possui 64 anos e que sempre morou na cidade de Babaçulândia. No entanto, o seu endereço foi alterado dada a implantação da UHE. Anteriormente, ele morava próximo ao rio (Rua Huberto de Campos) e atualmente mora no centro da cidade (Rua Santos Dumont, nº 750, centro). Acerca do seu núcleo familiar, ele informou que antes da construção da usina era composta por dez pessoas e, após, os filhos foram saindo de sua casa, residindo, no momento da entrevista, apenas com sua esposa.

O senhor Antônio Jalapoeiro, segundo entrevistado do dia, informou que mora atualmente na rua Novo Milênio II, no entanto não se recordava do seu endereço antigo, sabendo apenas a direção da residência que era próxima ao palco que foi instalado atualmente pela Prefeitura Municipal de Babaçulândia. Ele relatou que está chegando à idade de 50 anos, estando em uma união estável com sua mulher. Ao tempo que morava na localidade que hoje é a praia, sua família era composta por quatorze pessoas e que atualmente a família é composta por cinco pessoas.

O terceiro entrevistado, o senhor Manoel do Tocantins, relatou-nos que atualmente reside na rua VL2, lote 2, quadra 9, no bairro Novo Milênio II e, que anteriormente à construção da usina residia na rua Humberto de Campos. Atualmente, possui 58 anos de idade e é casado. No antigo endereço, residia com seu pai, sua mãe e oitos irmãos. Nos dias de hoje reside apenas com sua esposa e sua mãe.

Pedro Araguaia, quarto entrevistado, expôs que, com a implantação da usina, ele, juntamente com sua família, teve de ser reassentado. No passado, antes da usina, eles residiam na rua Castelo Branco e hoje residem na Rua Amélio Leite, 215 novo milênio I. O referido entrevistado afirma que é casado e possui 52 anos. Seu núcleo familiar era composto por quatro pessoas, e, após a barragem, os seus dois filhos saíram de Babaçulândia para morar, respectivamente, em Campinas/SP e em Araguaína/TO, restando apenas ele e a sua mulher. Cumpre ressaltar que o Sr. Pedro Araguaia é natural da cidade de Campinas/SP.

Na quinta e última entrevista do dia, encontramos o senhor João Mumbuca na Orla de Babaçulândia. Assim como os demais, ele nos informou que o seu endereço foi alterado após a construção da usina, residindo no passado na rua Humberto de Campos e atualmente na rua Santos Dumont, nº 582. Ele nos informou que está com 57 anos e que é casado no religioso. Antes da usina, sua família era composta por quatro pessoas e atualmente aumentou, já que mais dois netos passaram a residir no mesmo local que o avô.

No segundo dia de entrevista, dia 24 de julho de 2024, iniciamos as entrevistas as 9 horas com o senhor Lourenço Brejinho; de início, ele informou que sua antiga residência era na rua Conego João Lima e após a construção da usina passou a residir na Rua Getúlio Vargas. Ele possui sessenta anos de idade

e é casado; a sua família é composta por três pessoas, mantendo-se inalterada desde o início.

O senhor Raimundo Jalapa foi o segundo entrevistado do dia; ele nos disse que seu endereço atual é na Avenida Enedina Carneiro Aguiar, nº 98, e antigamente morava na Rua Tocantins, s/n, no setor Novo Milênio I. Atualmente, possui 51 anos e é casado no religioso; sua família era composta por três pessoas e, após a barragem, ele teve mais um filho.

A terceira entrevista foi realizada com o senhor Neco Veloso, que nos indicou que seu atual endereço é na rua Luiz Martinha Aguiar, no Bairro Barro de Areia, nº 2887 e que o seu endereço sempre foi este, não sendo, portanto, reassentado. Ele possui sessenta e cinco anos de idade e é casado no religioso. Antes da implantação da usina, a sua família era composta por três pessoas e, atualmente, estão em cinco pessoas.

A última entrevista do dia foi realizada com o senhor Bastião, que nos informou que o seu endereço atual é na Rua Manuel Braga, 29, centro de Babaçulândia. No entanto, anteriormente, ele residia na rua Humberto de Campos, nº 142 na Beira Rio. Antes da construção da usina, sua família era composta por cinco pessoas. Atualmente, ele declarou que mora apenas com sua esposa.

2.5 Visualidades e saberes da resistência: cotidiano da pesca e da apicultura local

Apresentamos, a seguir, alguns registros fotográficos que evidenciam aspectos das práticas produtivas dos pescadores e do apicultor de Babaçulândia/TO. A proposta desses registros é documentar, de forma descritiva e imagética, o modo como essas atividades se desenvolvem na materialidade do cotidiano. Por meio de um esforço de aproximação com os trabalhadores, construímos, conjuntamente, um roteiro que acompanha as etapas práticas desde a preparação dos materiais até a comercialização do produto final, com o objetivo de valorizar os saberes locais e tornar visível aquilo que, muitas vezes, é silenciado nos discursos institucionais.

Essa catalogação se propõe, portanto, a apresentar os modos de fazer que sustentam a permanência dos arranjos produtivos mesmo após os impactos

provocados pela instalação da UHE Estreito. Com base na observação direta, nas entrevistas e nos registros compartilhados pelos próprios trabalhadores, descreveremos o passo a passo de cada processo produtivo com a indicação de imagens que serviram como complemento visual e documental deste capítulo.

Neste ponto, cabe fundamentar que nos valem dos registros fotográficos, como objeto científico capaz de nos permitir uma visada qualitativa. Na esteira de Rios, Costa e Mendes (2016), podemos considerar que esses registros põem em relação outros sistemas de significação dos modos de vida e de fazer dos trabalhadores entrevistados. Essa técnica possibilita captar as visualidades da resistência, tendo por base os movimentos de sobrevivência e de adaptação, os quais não se descolam do que temos chamado de “prática socioespacial da resistência” (Ribeiro, 2018).

2.5.1 O Cotidiano da Pesca Artesanal

A atividade pesqueira, em Babaçulândia/TO, começa muito antes da ida dos pescadores ao lago. É no quintal de casa que os pescadores realizam a manutenção das ferramentas essenciais. Redes de pesca, boias, linhas e anzóis são organizados com cuidado. Muitos pescadores ainda costuram suas próprias redes, utilizando técnicas passadas de geração em geração. Vejamos a Figura 2 a seguir:

Figura 2 – Pescador costurando rede artesanal em casa.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Com os materiais reunidos, o pescador realiza a preparação da embarcação, utilizando canoas de madeira construídas artesanalmente e adaptadas para facilitar o deslocamento no lago. Muitas dessas embarcações contam com motores reaproveitados, permitindo a navegação em áreas mais distantes e de difícil acesso, essenciais para a atividade pesqueira.

As imagens registram as etapas desse processo: redes de pesca sendo organizadas, motores e equipamentos dispostos para utilização, embarcações em fase de construção e já em operação. Os registros fotográficos que se seguem evidenciam a relação direta entre o pescador e os instrumentos de trabalho, bem como a adaptação necessária para a continuidade da pesca artesanal após a formação do lago. Consideremos, a seguir, o compilado de fotos por meio da Figura 3:

Figura 3 – Preparação e adaptação das embarcações e dos instrumentos de pesca artesanal em Babaçulândia/TO, evidenciando as práticas produtivas desenvolvidas após a formação do lago.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A prática da pesca ocorre em diferentes períodos do dia, variando entre madrugada, amanhecer e entardecer, conforme a espécie a ser capturada. Com a formação do lago, os pontos de pesca tornaram-se mais profundos e afastados, exigindo maior planejamento, adaptação e saberes sobre o ambiente. Nas fotografias, observamos um grupo de pescadores utilizando a técnica do giral, uma prática tradicional que envolve o lançamento de uma rede circular e sua recolha por meio de uma manivela. Essa técnica exige grande destreza e, apesar de ser uma das mais antigas, foi adaptada para o novo ambiente de pesca.

Com a mudança do ecossistema, as águas mais calmas do lago alteraram a dinâmica da pesca, tornando as técnicas mais desafiadoras. O giral, que era amplamente utilizado em águas mais rasas, foi ajustado à nova configuração territorial, sendo usado de forma estratégica em pontos onde a profundidade e a dispersão dos peixes exigem maior esforço físico e planejamento. As redes fixas, por exemplo, também se tornaram mais comuns, permanecendo armadas por mais tempo em locais estratégicos.

A dinâmica da pesca, no lago, passou a depender não apenas do conhecimento das correntezas e das profundidades, mas também da quantidade e do tamanho das redes, que aumentaram significativamente devido à dispersão dos peixes no ambiente alagado. Os pescadores agora utilizam uma variedade de recursos, como malhadeiras, tarrafas e caixas térmicas, além de dependerem de maior planejamento para alcançar bons resultados. As imagens, expostas a partir da Figura 4 que se segue, registram pescadores em atividade tanto nas primeiras horas da manhã quanto no entardecer, refletindo a adaptação das técnicas tradicionais, como o giral, ao novo contexto territorial e às novas exigências da pesca no lago. Eis a Figura 4:

Figura 4 - Pescadores em atividade no lago, durante o amanhecer e o fim da tarde, com redes posicionadas para a captura



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Após a retirada das redes, os peixes são organizados diretamente nas canoas e, em seguida, armazenados em caixas térmicas com gelo, assegurando a conservação adequada até a etapa de comercialização. Embora adaptado às exigências contemporâneas, esse procedimento mantém uma lógica própria de organização, revelando o cuidado com a qualidade do pescado e reafirmando a pesca como prática social fundamentada na experiência, no domínio técnico e no sentimento de pertencimento ao território. Tomemos mais um compilado de registros fotográficos por meio da Figura 5:

Figura 5 – Retirada das redes do lago e armazenamento dos peixes em caixa térmica.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Ao retornarem à margem, os pescadores organizam os peixes e se preparam para a comercialização, etapa que também passou por transformações significativas ao longo do tempo. Antes da formação do lago, a venda era mais espontânea e descentralizada: muitos comercializavam diretamente com moradores locais, saindo pelas ruas com carrinhos de mão. O reconhecimento dos pescadores pelos compradores reforçava uma dinâmica baseada na confiança e na tradição local.

Com a formação do lago, esse processo se tornou mais desafiador. Atualmente, muitos pescadores dependem de atravessadores e de compradores fixos vindos de outras cidades, como Carolina, Wanderlândia e, sobretudo, Araguaína. Embora alguns ainda realizem vendas diretas em casa, nas ruas em motocicletas ou por entregas a pequenos restaurantes, observamos a crescente dificuldade em encontrar compradores regulares, especialmente para espécies de menor valor comercial, tais como: . Muitos relatam que vendem por preços impostos pelos compradores, sem margem para negociação.

O peixe é separado por espécie e por qualidade, sendo acondicionado em isopores. As entregas ocorrem de forma variada: alguns comercializam na

porta de suas casas, para consumidores locais, enquanto outros atendem pedidos por encomenda, entregando a estabelecimentos comerciais.

2.5.2 Os saberes da apicultura local

A prática da apicultura, em Babaçulândia/TO, é representada, pela experiência de um apicultor local que atua de forma independente e com foco no atendimento à demanda da própria comunidade. Sua produção é voltada exclusivamente para o município, e todo o arranjo produtivo é realizado com recursos próprios e técnicas desenvolvidas com base na observação e no manejo direto das colmeias.

O apiário está instalado em uma área com vegetação nativa, o que favorece a produção de mel em quantidade expressiva. Em um dos ciclos de produção, foi possível extrair mais de uma tonelada de mel, resultado que demonstra o domínio técnico e a adaptação às flores da região. Vejamos, a seguir, a Figura 6:

Figura 6 – Apiário instalado com colmeias



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Durante determinado período, a produção foi fortemente impactada pela morte de plantas nativas às margens do rio, utilizadas pelas abelhas como fonte principal de alimento. A devastação dessa vegetação é resultante da instalação da UHE e resultou na diminuição das colmeias ativas.

O processo de extração do mel é manual e realizado em estrutura adaptada. O produto é colhido, filtrado, decantado e envasado em frascos plásticos simples. A venda é feita diretamente à população. Segue a Figura 7:

Figura 7 – Frascos de mel prontos para venda local.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Mesmo com estrutura reduzida, o apicultor mantém a atividade produtiva com dedicação e cuidado. Sua prática revela uma relação de respeito com o ambiente, resistência diante das dificuldades e primando pela continuidade de saberes que se entrelaçam com o território e com a história local.

As imagens e as descrições apresentadas, neste capítulo, vão além do registro técnico. Elas revelam práticas que, embora ameaçadas por transformações ambientais e socioeconômicas, persistem pela força dos saberes locais.

A pesca e a apicultura, em Babaçulândia/TO, não são apenas atividades produtivas: são práticas identitárias, modos de existir, formas de resistência inscritas no e pelo território, expressando a prática socioespacial da resistência. Essa prática não está desarticulada dos movimentos de sobrevivência e de adaptação, como é possível de percebermos a partir dos registros fotográficos mobilizados anteriormente.

A presença dessas imagens na pesquisa não tem apenas função ilustrativa, mas política e epistemológica: tornam visível aquilo que, no discurso dominante, é frequentemente invisibilizado. Reforçam o compromisso deste trabalho em dar centralidade aos sujeitos e seus modos de fazer, reconhecendo que suas práticas carregam saberes próprios da escala do cotidiano que resiste, adapta-se e recria o mundo em meio às adversidades.

3. DAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DA RESISTÊNCIA DOS PESCADORES E DO APICULTOR EM BABAÇULÂNDIA/TO NO E PELO DISCURSO

Neste capítulo, apresentamos as análises construídas por nós em torno das práticas socioespaciais de resistência dos pescadores e do apicultor em Babaçulândia/TO, considerando a transformação de seus modos de vida a partir da construção da UHE. Sendo assim, o roteiro semiestruturado que guiou as entrevistas foi formulado, com o intuito de levar os entrevistados a enunciarem sobre seus modos de vida antes e depois da construção da UHE. Não podemos perder de vista o fato de que essas práticas socioespaciais de resistência perpassam os limites da sobrevivência, mas avançam nos modos de vida transformados na escala do cotidiano.

Vejamos, a seguir, o Quadro 2 em que apresentamos as sequências discursivas (SD) recortadas das respostas dadas à primeira questão feitas a eles. A pergunta endereçada foi: “Qual sua principal fonte de renda antes e depois da construção da UHE?”. Eis o Quadro 2:

:

Quadro 2 – Discursividades sobre a renda

Nome do pescador	Antes da Usina	Depois da Usina
Zé do Cantão	SD1 “Da renda..., era uns... três salários mínimo” SD2 “às vezes aqui em Babaçulândia, quando era, as veis no ano, chegava o mês de julho, aí a nossa renda ((gestos	SD3 “Depois... aí já diminuiu porque os filhos foram saindo, aí a renda aí, como eu parei, como eu disse, eu parei de trabalhar e aí não dei conta não”

	com a mão dizendo que a renda aumentava)), porque parava..., fim de semana era travessando gente pra praia”	
Antônio Jalapoeiro	SD4 “É... era a renda era melhor, ganhava mais. No tempo de plantia, era coisa boa demais, milho e tudo... Você tinha... concorrência muito aqui na cidade”	SD5 “O valor de uns quinhento reais... seiscientos reais (bocejo)... essa base...”
Manoel do Tocantins	SD5 “porque naquela época... assim... naquela época existia... acho que naquela época era mais... por causa da qualidade do peixe... assim... antigamente você tinha pacu-manteiga... piabanha... piau...”	SD6 “a renda de pescador em si... ela é... ela é avaliada em um salário mínimo... só que varea né? na verdade... varea...”
Pedro Araguaia	SD7 “quando era o lago, quando era o rio, aqui era, era melhor para ganhar assim, no peixe, por causa que tinha vários tipos de peixe né, que depois que formou o lago, os peixes não gostavam da água, a água parada né, foram embora”	
João Mumbuca	SD8 “era faixa de dois salário e meio... três por aí assim”	SD9 “hoje está a faixa de um salário... salário e meio... tem mês que a gente... quando arocha pega... consegue dois... mas a renda mesmo fixa é um e meio mais ou menos.”
Lourenço Brejinho	SD10 “O que eu tinha antes? Olha, antes da barragem, a minha renda de pesca, ela dava em torno de 3 mil, 3 e pouco por mês. Mas a outra renda que eu tinha fora parte, que era da barraqueira, essa chegava em torno de, durante a temporada, ela chegava em torno de 20 mil reais.”	SD11 “Depois da usina? Depois da usina, só pancada. Tem mês que você consegue fazer 2 mil, tem mês que é 1.500, porque mudou a qualidade do peixe e acabou com os compradores.”
Raimundo Jalapa	SD12 “Não... porque teve grandes mudanças, né? Mas... era em torno aí...uns três salários mais ou menos. Isso.”	SD13 “Teve. Aumentou um pouco. Por um para quatro, quatro e pouco, mais ou menos.”
Bastião	SD14 “Não... assim, a renda mesmo era essa renda de lavrador mesmo. Só trabalhava e assim... trabalhava e queria o alimento mesmo. Vindia para comprar uma coisa.	SD15 “É não. Porque assim, é um salário, né? A minha renda é um salário.”

	Trabalhava, ganhar uma coisa, produzia uma coisa e vendia para comprar outra coisa.”	
Nome do apicultor	Antes da Usina	Depois da Usina
Neco Veloso	SD16 “Não... lembro não... Mas naquela época, a renda era um salário, um salário que era 600, sei lá, era bem baratin, era um salário.”	SD17 “A mesma questão, quando passou a trabalhar com a apicultura, aí melhorou. Aí já eram dois, era a apicultura e a roça, a apicultura e a roça, né?”

Fonte: Elaboração da Autora.

O referido quadro apresenta SD importantes em relação às repostas dadas pelos entrevistados à questão da renda, tendo como parâmetro o período antes e depois da construção da UHE. Endereçar essa pergunta se mostrou relevante, pois a questão da renda deixa entrever aspectos da vida cotidiana deles em termos de atividades econômicas realizadas por eles nesses períodos. E se trata de atividades econômicas muito constituídas e relacionadas com a água e com a terra. Daí o fato de assumirmos a ideia de que os modos de vida deles perpassam a prática socioespacial do território. Logo, estamos interessados nos modos de produção que gerava e que gera renda para os entrevistados, tendo como centralidade as suas enunciações, que significam seus modos de vida.

As formulações dadas pelos seis primeiros entrevistados deixam entrever que houve mudança na renda, após a construção da UHE. E, no caso, essa mudança é considerada para pior, já que, segundo eles, houve uma diminuição no rendimento da renda. Nas enunciações de Zé do Cantão, aparece um aspecto importante de sua prática socioespacial na época do período de praias, que é a prática dos barqueiros. A demanda pela travessia da margem do rio Tocantins até a praia acaba figurando como uma complementação dos rendimentos de muitos pescadores. Isso porque muitos deles já possuíam as embarcações para a atividade do arranjo produtivo local de pescador. Já, por meio das formulações de Antônio Jalapoeiro, percebemos a tematização de outra prática socioespacial, que é a plantação de alimentos em áreas próximas às margens do rio. Nesse caso, trata-se de sua condição, também, como vazanteiro. Essa prática contribuía com os rendimentos dele, conforme ele próprio verbaliza em suas formulações.

Nesse movimento de se tematizar sobre a renda, podemos notar que tanto Manoel do Tocantins quanto Pedro Araguaia abordam a qualidade e a variedade dos tipos de peixes que havia na época em que eles pescavam no rio. Chama-nos a atenção a discursividade que aparece em funcionamento na enunciação de Pedro Araguaia sobre a diferença da água. Uma coisa é a “água parada” (SD7), para usarmos o dizeres do referido entrevistado, outra coisa é a água corrente. A vida cotidiana deles é afetada pela transformação da paisagem: de rio para lago, tendo implicações materiais na qualidade das relações espaciais.

Por meio das formulações de João Mumbuca, compreendemos também que houve uma mudança em sua renda, representando uma diminuição de seu rendimento. Ele tematiza a diferença entre um rendimento que varia e um rendimento que é fixo. Nesse momento de sua formulação, por meio do enunciado: “quando arocha pega... consegue dois...”, ele passa a abordar o esforço a mais que ele precisa fazer para se ter um pouco mais de rendimento. Isso porque, como ainda veremos neste capítulo, é dito por eles sobre a dificuldade do que é pescar no lago. A pesca no lago pressupõe um tipo de embarcação, um modo de navegação, um tipo de ferramentas, um tipo de lugar no lago, uma preparação, em termos de levar água, mantimentos, já que não se tem as praias, como ponto de apoio e de parada. Nessas praias, eles podiam permanecer por alguns dias para se pescar. Com o lago, essa permanência foi interrompida.

Ao considerarmos os dizeres produzidos por Lourenço Brejinho, notamos que ele faz menção aos rendimentos obtidos pela prática da pesca, que foram impactados pela formação do lago, e, na sequência, ele ressalta a sua complementação de renda a partir da prática de barraqueiro. Essa prática se dava, na época das temporadas de praia, no meio do rio em que se montavam barracas para se vender bebidas e alimentos para as pessoas que visitam ou acampavam na praia. De uma renda de em torno de R\$ 23 mil nesse período de temporada, ele ressalta que, após a UHE, ele passou a ganhar em torno de R\$ 2 mil, podendo chegar a depender do mês, a R\$ 1.500 mil. Chama-nos a atenção, do ponto de vista discursivo, o modo como ele nomeia essa situação vivida após a formação do lago; a formulação é “Depois da usina, só *pancada*”. Essa nomeação deixa flagrar efeitos de sentido de violência, que é intensificado

pela ocorrência do advérbio “só”. Esse advérbio produz o sentido de que tudo o que veio depois da formação do lago é violento, porque tira deles o modo de vida no e pelo rio.

Ainda nos chama a atenção, a pergunta que o referido entrevistado faz, ao retomar a indagação endereçada a ele. Ele formula o seguinte questionamento: “O que eu tinha antes?”. A renda é ali perspectivada pelo viés do que se tinha antes e o que não se tem mais. Nessa medida, o verbo “ter”, no passado, produz ali o efeito de sentido de duas temporalidades; a época em que ele tinha um modo de vida constituído no e pelo rio e a época em que ele é expropriado desse modo de vida. A segunda temporalidade é marcada pela mudança na qualidade dos peixes e pela redução dos compradores, fazendo com que ele tenha de se dedicar mais tempo à pesca e à comercialização, quando se quiser ter um pouco mais de rendimento.

As formulações produzidas por Raimundo Jalapa tematizam a perspectiva de que houve mudança na renda, e, de seu ponto de vista, houve um aumento no rendimento após a formação do lago. Haja vista o fato de ele ser professor concursado da rede pública. Já, para Bastião, a representação do que é renda está atrelada à prática da lavoura. Em sua enunciação, aparece o advérbio “só”, em “[...] a renda mesmo era essa renda de lavrador mesmo [...]”, produzindo o efeito de sentido de absolutização de onde vem os seus rendimentos. Por meio da SD14, notamos que ele discursiviza a relações comerciais em torno da prática da lavoura; produz-se um produto e, dada a necessidade, comercializa-o por outro alimento. Eis aí um modo de vida muito marcado pela relação com a terra; e, no caso, uma terra produtiva. E a formação do lago acabou o forçando a ter um outro tipo de relação com a terra.

A partir dos dizeres de Neco Veloso, organizados nas SD16 e SD17, notamos que a renda dele é significada como “baratinha”, para usarmos seus termos, antes da formação do lago. A prática da apicultura e da lavoura na roça, segundo ele, representou uma melhora em seus rendimentos. A prática da apicultura no Estado do Tocantins, desde 2006, vem contando com ações governamentais que tem oportunizado a profissionalização do arranjo produtivo da apicultura. A Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Tocantins, por ações da Diretoria de Produção Animal e de instituições parceiras do setor, produziu uma regionalização dessa prática no Estado. Babaçulândia

integra a sub-região agrícola 2, contando com a estruturação de uma casa do mel. Por essa razão, notamos os efeitos na produção, no beneficiamento e na comercialização do mel em Babaçulândia e, logo, a representação de melhora no rendimento.

Até este ponto, pudemos perceber que os modos de vida dos entrevistados, naquilo que a questão da renda deixa entrever, sofreu mudanças, já que a relação com a água e com a terra foi forçada a mudar. Conforme notamos, trata-se de modos de vida em que diferentes ocupações se superpõem, como forma de complementação da renda. Por se tratar de um município à beira do rio, o período de praia se mostrava importante financeiramente para a maioria dos entrevistados. Além disso, a cheia e a seca do rio abriam vias para a prática da plantação na vazante do rio. Com a formação do lago, essa prática foi interrompida, pois o lago inundou essas áreas. O tempo como se marca a vida cotidiana, nesse período, é de outra ordem, já que ele passa a ser contado e administrado pelo tempo do rio, pela formação das praias, pelo tempo dos turistas e pelas vazantes. A formação do lago (inter)rompe esse tempo, implicando a constituição de outras práticas socioespaciais desses trabalhadores.

No fluxo de nossas análises, consideramos o Quadro 3 em que apresentamos as respostas dos entrevistados sobre a composição familiar deles antes e depois da formação do lago. A pergunta feita foi esta: “Sua família é composta por quantas pessoas antes e depois da construção da UHE?”. Segue o Quadro 3:

Quadro 3 – Discursividades sobre composição do núcleo familiar

Nome do pescador	Antes da Usina	Depois da Usina
Zé do Cantão	SD18 “é... diminuiu, porque... Não, eu tô olhando.... Era... Dez pessoa... Quando... porque tem... era sete filho, só da mulher. Aí depois veio mais três... Isso antes, da usina, da barragem, né? Veio mais três, completou dez.”	SD 19 “Era dez. aí era por isso, e depois nós saímos um pra quê. outro pra li, e aí hoje.”
Antônio Jalapoeiro	SD20 “nós somo... deixa eu ver... meu pai, minha mãe (pausa) e doze irmão...”	SD21 “Hoje nós tem cinco pessoa em casa.”

Manoel Tocantins	do	SD22 “Assim bem antes... meu pai era oito filhos... só que antes da construção muito da barragem... ele já tinha saído então assim... quando a barragem veio... praticamente só tava eu e minha mãe... tinha meu filho... tinha um período antes... mas bem antes mesmo... nois era oito... mas quando veio a barragem... só já estava eu e minha mãe na casa e na outra casa tinha a minha irmã e dois. e três filhos dela.”	SD24 “eu minha esposa... e seis menino... seis crianças.”
Pedro Araguaia		SD 25 “Quatro pessoas, eu, uma mulher e dois filhos.”	SD26 “E aqui em casa só eu e a mulher.”
João Mumbuca		SD 27 “era quatro... eu a esposa e dois filhos.”	SD 28 “aumentou os netos... dois netos agora.”
Lourenço Brejinho		SD 29 “A mesma da agora, três pessoas.”	SD 30 “Três pessoas.”
Raimundo Jalapa		SD31 “Três.”	SD32 “São quatro.”
Bastião		SD33 “Era... cinco pessoas. Três filho e uma esposa.”	SD 34 “Só eu e a mulher. Os filhos não.”
Nome do apicultor		Antes da Usina	Depois da Usina
Neco Veloso		SD35 “Era só... Nós era quatro. Três, aliás. Eu a mulher e o filho.”	SD36 “Cinco.”

Fonte: Elaboração da Autora.

O quadro disposto anteriormente destaca SD relativas às respostas dos entrevistados quando questionados acerca do seu núcleo familiar, levando em consideração o período antes e depois da construção da usina. A pertinência da pergunta acerca do núcleo familiar se mostra no fato de que a construção de uma usina hidrelétrica provoca mudanças não só no espaço físico e econômico, mas também nas estruturas sociais e familiares das comunidades afetadas.

Cinco dos nove entrevistados afirmaram que houve uma redução de pessoas na composição do seu núcleo familiar, levando em consideração o interstício temporal da construção da UHE, sendo eles Zé do Cantão, Antônio Jalapoeiro, Manoel do Tocantins, Pedro Araguaia e Bastião. Podemos considerar que os motivos para essa diminuição são reflexos da necessidade de

realocação e a busca por melhores condições de vida, após a construção da UHE.

O entrevistado João Mumbuca afirmou que houve um aumento na quantidade de netos em sua família após a construção da UHE. Esse aumento reflete não apenas o crescimento natural da família, mas também evidencia uma coabitação de várias gerações no mesmo lar. Diante dos desafios impostos pelas mudanças socioeconômicas na região, essa convivência tem se mostrado essencial, proporcionando um ambiente de apoio mútuo e fortalecendo os laços familiares.

Raimundo Jalapa e Neco Veloso foram os únicos entrevistados que relataram um aumento na quantidade de pessoas em seus núcleos familiares após a construção da usina. Esse crescimento sugere que, apesar das transformações provocadas pela existência da UHE, essas famílias continuaram a se expandir. O aumento no número de membros pode indicar uma continuidade e adaptação das famílias.

Observamos que a estrutura dos núcleos familiares dos entrevistados passou por transformações notáveis devido à construção da usina. A dinâmica das famílias teve que se ajustar às novas condições impostas, refletindo uma mudança na organização social. O ritmo da vida familiar, que antes era marcado por práticas e atividades tradicionais, foi reordenado pela influência da usina que modificou a configuração temporal e estrutural das famílias, levando à criação de novas práticas e à reorganização das dinâmicas familiares. Além disso, famílias foram realocadas, inclusive, em outros municípios próximos à Babaçulândia/TO, o que pode explicar a mudança no número de pessoas em cada núcleo familiar. Outra explicação é o fato de Babaçulândia/TO ser uma cidade pequena, implicando a migração de sua população para busca de trabalho, de saúde e de educação, por exemplo, em outros locais.

A seguir, apresentamos o Quadro 4, que reúne as respostas dos entrevistados sobre a quantidade e a diversidade dos produtos antes e depois da formação do lago. A pergunta formulada foi esta: “Como estão as condições da pesca? Houve mudança na quantidade e na variedade de peixes?”. Eis o Quadro 4:

Quadro 4 – Discursividades sobre quantidade e diversidade do produto

Nome do pescador	Antes da Usina	Depois da Usina
Zé do Cantão	SD37 “curumatá, tambaqui... aquele outro... Caranha... tudo...”	SD38 “Não, sempre o peixe que mais pega. curimatã, quase a gente não vê. Às vezes o mandi moela, o manpará. E aí o que mais pega é o manpará” SD 39 “Só que agora, do jeito que está, não... a pessoa vai e não pega mais (...)”
Antônio Jalapoeiro	SD40 “Rapaz...o peixe que era mais pescado... lá que nós pescava... era o curumatá... aquelas pacú manteiga... que tinha naquele tempo era... caranha... era o... um monte de peixe que subia né essas coisas... a piabanha que subia... hoje você não vê mais... a pacu manteiga você não vê mais...” SD41 “() a matrixan... o piau... acabou...” SD42 “ a quantidade pra você pegar mais pra comer quase não era pra tá estragando igual estraga hoje.” SD43 “Antes tinha qualidade, mas não tinha quantidade.”	SD44 “Hoje já tem um peixe que não presta.” SD 45 “A quantidade ai é isso, pegamos o tanto aí, pegamos... porque não tem a medida ai () Você pega um peixe com 15 minutos, bota na canoa, 15 minutos ele tá, podi podi... o peixe... por causa da agua... ela é quente entendeu? Aí você bota... tem que correr mais rápido e botar no rio, tratou, tirou o fato e bota no gelo cabou...” SD 46 “Não... hoje tá queto... o peixe vai pescar não tá igual a qualidade de peixe boa... entendeu? O peixe tá tudo baitolado, que eles entra dentro desses pau ninguém encontra () mas tá bom...”
Manoel Tocantins	SD 47 “antes de formar o lago... a gente tinha várias opções de pesca... por exemplo... a gente tinha pescaria de mandi-moela... que você soltava a rede de relo... que chamava relo... aí você descia... você pegava... muito mandimuela... sabe... é aquela... como é nome rapaz? Matrinchã... um peixe muito rendável... a matrinchã é um peixe tão rendável que ela tem tipo assim... ela já é meio vermelhada... quando você cozinha você assa... ela parece que já tem um tempero da	

	<p>própria natureza mesmo dela sabe? e hoje não tem esses peixes né? tinha a matrinchã... piau... até por o próprio curumatá... naquela época a pessoa gostava de assar muito... hoje assim... o sabor é diferente né? ele sempre diz que não tem aquele mesmo gosto.”</p> <p>SD48 “o peixe que tem mais hoje é manpará e corvina... tucunaré... tem tucunaré... mas não tem essa quantidade de tucunaré que é o que a pessoa imagina... vocês vão pescar tucunaré no lago... o peixe que mais tem hoje é manpará e corvina.”</p>	
Pedro Araguaia	<p>SD49 “Aí antigamente tinha piabanha, pacú-manteiga, que eram os peixinhos que dava um valor enorme.”</p> <p>SD50 “Rapaz aumentou viu, estou falando mudou foi o peixe né... que antigamente ele era muito mais procurado, a qualidade de peixe né.”</p> <p>SD60 “deu peixe a piapanha, que é um peixe muito bom a Matrinchã, a pacú-manteiga, a pacu Branca os peixes de couro, o Surubim”</p>	<p>SD61 “que agora os peixes que tem no lado é mampará, corvina, cará, piranha, que são os que mais tem.”</p> <p>SD62 “agora eu pego bem mais peixe, mas para você comercializar ele é bem mais difícil, tem que tirar ele para fora, aqui não vende.”</p> <p>SD63 “só ficou os peixes que se adaptaram ao lago pirarucu né que o povo adora, jáú... agora os outros peixes subiram....”</p>
João Mumbuca	<p>SD64 “... é a pacu manteiga... era o surubim... era a caranha... era a matrinxã... piabanha... tudo a gente vendia como peixe de primeiro”</p>	<p>SD 65 “houve... até que melhorou mais a quantidade do peixe... só que a qualidade... que na época nós tinha um peixe que gente vendia aqui... peixe de primeira”</p> <p>SD 66 “hoje só ficou tucunaré... tucunaré... e é difícil, né? aí o peixe que tem mais não tem... não agrega valor... que é o mampará... que a gente vende aqui é três quatro reais...”</p>
Lourenço Brejinho	<p>SD67 “Era Pacu-Mantega, piabanha, piau, matrinchã,</p>	<p>Essa questão dessas peixes desapareceu todas, essas</p>

	<p>curumatá, surubim e a principal quantidade que tinha é a curumatá.”</p> <p>SD68 “Olha, quando eu era rio, tinha a semana de eu levar para a Araguaína 15, 20 caixas de peixe por semana.”</p> <p>SD69 “E naquela época era outro... era caranha, piabanha, pacú-manteiga, Matrinchá, piau, surubim, tudo era peixe de primeira, peixe de qualidade.”</p>	<p>qualidades que eu falei. O único peixe que tem hoje no lago com fartura é o manpará e a pescada.</p> <p>SD 70 “Hoje, se eu pegar cinco caixas de peixe aqui e não tiver contrato, ele fica perdido, porque é uma qualidade.”</p>
Raimundo Jalapa	<p>SD71 “A gente pegava a pacú-manteiga, que era dos peixes mais cobiçados pela toda a população. A gente pegava o pintado, que é o surubi na nossa região conhecida... curimatá, Matrinchá, piabanha, caranha e cachorra, que são peixes... de água corrente.”</p> <p>SD 72 “Mudou... o sabor do peixe mudou. As pessoas falam isso no sabor mesmo. Quando você vai comer um peixe nos restaurantes, a gente consegue identificar o sabor do peixe da água quando era a água corrente para essa de hoje. É totalmente diferente.”</p>	SD 73 “Hoje tem mais peixe do que antes, só que espécie é diferente”
Bastião	SD74 “naquele tempo era pacú-manteiga, piar, Matrinchá, curumatá né? Caranha, né?”	SD 75 “Hoje é mampará, é curvina né? E o piau se vareia, tem uns meses que você pega, né? É mês de março e mês de outubro, né? Mas depois de soma, né? Mas o peixe que pega mais hoje é a curvina e o mampará.”
Nome do apicultor	Antes da Usina	Depois da Usina
Neco Veloso	SD 76 “teve uma época quando bem na usina mesmo, né? caiu a produção porque caiu porque matou muita as nossas abelha, abelha-rio, chama-se assa peixe Beira Rio, baixada toda baixada da beira do rio. Matou tudo... as bixinha.”	SD77 “As vezes uma caixa nossa da até dez rainha. Então de uma caixa sai dez exame... cada um sai com um pouco de abelha, eai, a intenção é crescer. E aí então... aí melhorou, melhorou com esse equipamento que o pessoal

		<p>deram aí e aí produção... subiu”</p> <p>SD 79 “Uhummm...Eu produzo agora porque rende, as abelha rende né.”</p>
--	--	--

Fonte: Elaboração da Autora.

Por meio do Quadro 4, apresentamos as respostas dos trabalhadores quando indagados sobre a quantidade e diversidade dos produtos (peixe e mel), revelando suas tomadas de posição, como sujeitos, e comparações entre o período anterior à construção da usina e a realidade atual. Esse questionamento foi essencial para compreendermos as transformações ocorridas na biodiversidade, ajudando a identificar quais espécies eram predominantes antes da construção da usina e quais são encontradas atualmente, além de compreendermos os impactos socioeconômicos e como os trabalhadores se adaptaram, ou não, às condições impostas pelos impactos da usina.

Os relatos dos pescadores indicam que, antes da construção da usina, havia uma abundância de diferentes espécies de peixes, como matrinchã, curumatá e pacú-manteiga, todas de alta qualidade. No entanto, após a formação do lago, essas espécies se tornaram menos frequentes, sendo substituídas principalmente por peixes como manpará e corvina, considerados de menor valor comercial e nutritivo. Zé do Cantão, o primeiro entrevistado, tematizou, como dá a perceber a SD39, não apenas sua experiência individual, mas também a experiência vivida pela coletividade de pescadores, que perdeu o acesso à diversidade de peixes existente antes da UHE.

As descrições produzidas por Antônio Jalapoeiro, apresentadas na SD44, refletem um descontentamento com a qualidade atual dos peixes, indicando uma perda significativa em relação ao passado. Na SD45, a ocorrência da formulação "podi podi" evidenciou as dificuldades na captura e na conservação dos peixes, destacando a rápida deterioração causada pela temperatura da água e pela falta de condições adequadas de armazenamento. Por meio da SD46, notamos que o entrevistado mencionou não apenas a degradação da qualidade dos peixes, mas também a degradação do habitat, ao afirmar que "eles entram dentro desses paus e ninguém encontra", o que faz com que os peixes se escondam e se tornem ainda menos acessíveis. Eis aí

uma descrição de como a formação do lago fez com que muitas árvores fossem cobertas por águas, alterando as condições socioambiental de existência dos peixes.

Por meio da formulação de Manoel do Tocantins, na SD47, entendemos que o entrevistado, ao mencionar que "a matrinchã é um peixe tão rendável que... parece que já tem um tempero da própria natureza", evoca sentidos que expressam a qualidade desse peixe, fazendo trabalhar efeitos da memória discursiva das práticas tradicionais ligadas ao arranjo produtivo, contrapondo a riqueza do passado à pobreza do presente. Essa comparação reflete negativamente na qualidade do peixe, que não é mais encontrada nos dias de hoje.

Pedro Araguaia e João Mumbuca discorrem sobre a quantidade de peixes, afirmando que, embora a quantidade tenha aumentado, a comercialização se tornou mais difícil. A expressão "peixe de primeira" (SD 65), usada por João Mumbuca, refere-se a peixes de alta qualidade que eram vendidos anteriormente, sugerindo que o padrão de qualidade dos peixes diminuiu em comparação com o passado. João Mumbuca enfatizou que o peixe mais comum atualmente é o mampará, que possui baixo valor comercial, sendo vendido a um preço muito baixo ("três, quatro reais"). A expressão "não agrega valor" (SD 66) expressa a tomada de posição de que o mampará, ao contrário dos peixes valorizados do passado, não possui o mesmo apelo econômico ou qualidade.

A alta produtividade da pesca no passado é, também, atestada pelas formulações produzidas por Lourenço Brejinho, que mencionou a capacidade de enviar 15 a 20 caixas de peixe por semana para Araguaína. Isso demonstra que a abundância de peixes era significativa, permitindo a comercialização até em municípios vizinhos. No entanto, tal feito só era possível quando as condições para a pesca eram mais favoráveis, como ele mencionou na expressão "quando eu era rio" (SD68). Eis aí a temporalidade sendo marcada pela menção ao rio. A partir da SD70, notamos que o entrevistado afirmou que "Hoje, se eu pegar cinco caixas de peixe aqui e não tiver contrato, ele fica perdido, porque é uma qualidade", indicando que, mesmo em grande quantidade, o peixe disponível atualmente não tem a qualidade necessária para ser comercializado de forma eficaz.

Inscrito na mesma discursividade de Lourenço Brejinho sobre a qualidade do peixe, Raimundo Jalapa destacou, como dá a perceber a SD72, uma mudança perceptível no sabor dos peixes, refletindo as alterações no ambiente de pesca. O entrevistado apontou que o sabor dos peixes capturados atualmente é diferente daquele dos peixes de água corrente do passado. Essa mudança é notada até mesmo nos restaurantes, onde consumidores e profissionais percebem a diferença no sabor.

Bastião, também, destacou a mudança na diversidade de peixes disponíveis ao longo do tempo. No passado, a pesca era marcada por uma variedade de espécies valorizadas, como pacú-manteiga, piabanha, matrinhã, curumatá e caranha. Atualmente, a situação mudou significativamente, com a diversidade de espécies sendo substituída pela predominância de mampará e de curvina. O piau, que antes era comum, agora só aparece esporadicamente, em meses específicos do ano, o que evidenciaria uma diminuição na sua abundância.

Por meio das últimas SD, Neco Veloso mencionou um período de declínio na produção de mel, atribuindo-o ao impacto ambiental causado pela usina. Ele destaca a morte de muitas abelhas, especialmente as "abelhas-rio," conhecidas como "assa peixe Beira Rio," sugerindo que as alterações ambientais decorrentes da construção da usina afetaram negativamente o ecossistema local. A formulação "matou tudo... as bixinha" evidencia um sentimento de perda e de frustração diante da destruição de um componente vital do meio ambiente. Em relação às mudanças ocorridas após a construção da barragem, no que diz respeito à quantidade e qualidade do produto, o entrevistado descreve uma melhoria na produção após a introdução de novos equipamentos. A menção de "uma caixa nossa dá até dez rainhas" indica que a produção de abelhas está aumentando. Em resumo, ele relata que, durante a construção da usina, houve uma redução na produção de mel devido à morte das abelhas. No entanto, após a implementação de novos equipamentos, a produção de mel voltou a crescer. Eis aí elementos para pensarmos nos movimentos de sobrevivência e de adaptação constitutivos da prática socioespacial de resistência. Neste ponto, cabe destacarmos o caráter da contradição do Estado e de suas instituições: os cursos de atualização e de fomento de introdução de outros equipamentos acabam mitigando os impactos

da construção da UHE, que, também, só existe pelo funcionamento do Estado e de suas instituições.

Por um lado, no estágio atual, constatamos que a construção da usina resultou em alterações significativas tanto na qualidade quanto na quantidade dos produtos. A perda da diversidade de peixes e a mudança no sabor indicam um impacto ambiental profundo que afetou não apenas o ecossistema aquático, mas também a economia local, resultando na diminuição das espécies de peixes valorizadas, substituídas por peixes como manpará e corvina, considerados de menor valor comercial e nutricional. Por outro lado, a recuperação parcial na produção de mel demonstra a capacidade de adaptação dos trabalhadores, não perdendo de vista aí o funcionamento do Estado e de suas instituições marcados pela contradição.

Vamos para o Quadro 5, que reúne as formulações dos entrevistados sobre suas relações sociais antes e depois da formação do lago. A pergunta feita a eles foi a seguinte: “Como era a vida antes da barragem? Você gostava do convívio com seus vizinhos? Após a mudança perdeu o contato com eles?”. Segue o Quadro 5:

Quadro 5 – Discursividades sobre a vida social

Nome do pescador	Antes da Usina	Depois da Usina
Zé do Cantão	SD80 “Não. Tudo. Normal, tudo tranquilo.”	SD81 “Eu senti, porque as vezes quem era vizinho, quem era irmão, quem era... aí ficou tudo... Todo mundo... SD82 “Saiu, todo mundo espalhou, todo mundo... Às vezes tem... Mas mudou pra cá. Tão vizinho, mas não era igual... era antes.” SD83 “Às vezes... Não. Porque... Um irmão não anda aqui. E eu também não... ando assim na casa dele que a gente. Que a gente é dependioso, tem uns irmão que moram mais na Merindiba, irmão, irmão, tem outros que mora aqui na Vila Corrente”

Antônio Jalapoeiro		SD84 "... agora mudou tudo... o povo que tinha você não conhece mais não, o povo.. sumiu aquele povo antigo entendeu? Morreu muita gente, desapareceu, outros foram embora, outros morreram..."
Manoel do Tocantins	<p>SD85 "não... era muito bom... até hoje assim... questão de social... era bom... fazia uma falta grande né? todo mundo se espalha... ninguém vai ver mais aquele povo todo mundo junto."</p> <p>SD86 "é... era bom... quando nois morava ali era bom demais antes era o melhor... tinha um período da ((choro))... tinha uma temporada de praia né... sempre vinham os parentes da gente... pra casa... ((choro e angustia))... a (última) é difícil... as pessoas vinham... acampavam né?... família e tudo... ((choro))... tá diferente... tá diferente muito."</p>	
Pedro Araguaia	<p>SD87 "Ah, dona, se ligar para a senhora, eu, se você me perguntasse, o que eu preferia mais quando era o Rio? Você está entendendo? Que era diferente, né?"</p> <p>SD88 "Eu mesmo já cheguei até querer pensar em mudar daqui. Subir com essa água corrente, ir para cima. Mas eu gosto de pescar em água corrente, né? Já imaginei, mas aí tem parente, amigos, aquela coisa. Mudar, né?"</p>	
João Mumbuca		
Lourenço Brejinho		
Raimundo Jalapa		SD89 "Distanciou tanto das comunidades ribeirinhas como de algumas outras pessoas... famílias... conhecidos. Hoje nós temos conhecido nosso que fica aqui a 80 quilômetros, depois

		de Araguaína, 20 quilômetros. Outros ficaram em Araguaína, outros ficaram próximo, mas no povoado cebola por exemplo. Se distanciou muito.”
Bastião		
Nome do apicultor	Antes da Usina	Depois da Usina
Neco Veloso		

Fonte: Elaboração da Autora.

No Quadro 5, reunimos os depoimentos dos trabalhadores sobre suas relações sociais e o convívio com os vizinhos. Eles foram questionados sobre como esses aspectos se desenrolavam antes da construção da usina e como se apresentam nos dias de hoje. As respostas fornecem uma visão detalhada das mudanças percebidas, permitindo uma comparação entre o passado e o presente. A partir dessas respostas, foi possível identificar como as transformações ocorridas com a construção da usina impactaram a dinâmica social da comunidade, alterando tanto as interações cotidianas quanto o sentido de coletividade que existia anteriormente.

Zé do Cantão menciona que antes da construção da usina a vida seguia uma tranquilidade ("Não, tudo normal, tudo tranquilo") (SD80), sugerindo uma aceitação resignada da vida como era, sem grandes conflitos ou mudanças, especialmente nas relações com outros membros da comunidade. No entanto, à medida que evoluía entrevista avança, especialmente como dá a perceber as SD81 e SD82, torna-se claro que houve uma separação significativa entre pessoas que antes mantinham laços estreitos, como vizinhos e familiares. A repetição de "todo mundo", em "todo mundo espalhou, todo mundo...", expressou a ideia de dispersão e de fragmentação da comunidade, sinalizando uma ruptura nas conexões sociais que existiam anteriormente.

Na SD82, a verbalização “Tão vizinha, mas não era igual... era antes” destacou uma transformação na qualidade das relações sociais. Embora as pessoas ainda residam fisicamente próximas, o tipo de interação e a profundidade do convívio não são mais os mesmos. Há uma perda de proximidade e de convivência intensa, sugerindo que as mudanças no ambiente físico levaram a alterações nas relações sociais. A partir da SD83, percebemos que o entrevistado revela um distanciamento tanto emocional quanto físico em

relação aos seus familiares. As formulações “um irmão não anda aqui” e “eu também não... ando assim na casa dele” apontam para um afastamento que pode ser resultado tanto da nova organização espacial quanto das mudanças nas dinâmicas sociais impostas pela usina.

Ao ser indagado, Antônio Jalapoeiro não discursivizou sobre como era sua vida social antes da usina. Por meio da SD84, compreendemos que o entrevistado refletiu sobre as grandes mudanças ocorridas na comunidade após a construção da usina, sem fazer referência ao período anterior, mas focando nas consequências visíveis. A expressão "mudou tudo" (SD84) faz funcionar sentidos de uma transformação completa e talvez irreversível no ambiente social. A ocorrência da verbalização "o povo que tinha você não conhece mais não" faz funcionar, discursivamente, um sentimento de desconexão e de estranhamento em relação à comunidade que o entrevistado agora vive. O enunciado "sumiu aquele povo antigo" (SD84) apontou para uma perda significativa de identificação coletiva, em que as pessoas que antes formavam a base da comunidade, seja por laços afetivos, seja por convivência cotidiana, já não estão presentes. A afirmação de que "morreu muita gente, desapareceu, outros foram embora, outros morreram" reforçou a ideia de que as pessoas se espalharam ou sumiram, indicando que a comunidade perdeu não só moradores, mas também parte de sua história e identidade.

Manoel do Tocantins expressou, em suas verbalizações, uma profunda nostalgia e tristeza pela perda de um tempo e de um modo de vida que claramente valorizava e valoriza. Na SD85, a repetição de "era muito bom" em referência ao passado indicou um forte contraste com o presente. A ocorrência do enunciado "fazia uma falta grande" sugeriu que a perda do convívio social que existia anteriormente foi muito significativa, tanto a nível individual quanto coletivo. A formulação "todo mundo se espalha... ninguém vai ver mais aquele povo todo mundo junto" expressou que a comunidade está dividida e que as interações que antes eram normais quase não ocorrem mais. Isso demonstra que as pessoas estão se distanciando tanto fisicamente quanto emocionalmente.

Por meio da SD86, o referido entrevistado expressou a perda de maneira ainda mais emocional, com choro e com uma clara expressão de angústia. A repetição de "era bom... era bom demais" reforçou o quanto o passado é idealizado e presente em sua memória. A formulação "antes era o melhor" faz

trabalhar, discursivamente, sentidos de que o período anterior é visto como um tempo de ouro, insuperável, em que a vida social e os laços familiares eram mais fortes e significativos. O choro e a angústia mencionados são sinais claros da dor e da saudade que o entrevistado sente por esse tempo perdido. A ocorrência da palavra "difícil", após um momento de choro, intensifica a sensação de luto por essa mudança. A repetição de "tá diferente... tá diferente muito", no final de suas verbalizações, sublinhou a magnitude da transformação vivida e a dificuldade em aceitar essa nova realidade, indicando que a mudança foi profundamente dolorosa e difícil de superar, refletindo uma saudade intensa e um luto pela comunidade e pelo estilo de vida que se foi.

Raimundo Jalapa discursivizou sobre o grande afastamento entre comunidades e pessoas após a construção da usina. O entrevistado explicou como as relações sociais se enfraqueceram, mencionando distâncias específicas, como "80 quilômetros", e lugares como Araguaína e o povoado Cebola. Essas referências espaciais ajudam a mostrar como o distanciamento aconteceu. A ocorrência da palavra "distanciou" e a citação de vários locais revelam a sensação de separação social. Essa discursividade evidenciou como as pessoas perderam a proximidade e como foi difícil manter as relações por causa das mudanças provocadas pela construção da usina.

João Mumbuca, Lourenço Brejinho, Bastião e Neco Veloso não forneceram respostas, quando questionados sobre suas relações sociais antes e depois da construção da usina. Eis aí um silenciamento que, do ponto de vista do discurso, significa. A ausência de respostas pode estar relacionada às dificuldades que esses indivíduos enfrentam em significar e em verbalizar as mudanças em suas relações sociais. Além disso, a construção da usina trouxe transformações significativas e perturbadoras, gerando desconforto ao refletir sobre a perda e/ou modificação das conexões sociais. Assim, esse silenciamento pode refletir não apenas a complexidade da situação, mas também o desconforto pessoal ao lidar com o impacto das mudanças sociais provocadas pela usina.

Com essas verbalizações, observamos que a construção da usina trouxe mudanças profundas nas relações sociais da comunidade. Antes da construção, as interações entre os moradores eram caracterizadas pela proximidade e pela coesão, com vínculos fortes entre vizinhos e familiares. No entanto, a construção

da usina resultou em um afastamento significativo, tanto físico quanto emocional. O aumento das distâncias entre as pessoas e a fragmentação das redes evidenciam uma perda acentuada de conexão e coesão social, alterando não só a convivência diária, mas também o sentido de coletividade.

Neste ponto, dando continuidade a nosso de análise, passamos a fazer menção ao Quadro 6, que reúne as formulações dos entrevistados sobre a quantidade e a qualidade da água antes e depois da formação do lago. A pergunta endereçada a ele foi nestes termos: “Como ocorre o acesso à água antes e depois da construção da UHE?”. Tomemos o Quadro 6 a seguir:

Quadro 6 – Discursividades sobre a quantidade e a qualidade da água

Nome pescador	do	Antes da Usina	Depois da Usina
Zé do Cantão		SD90 “Eu para mim era melhor.”	SD91 “Entrevistadora: Era melhor, depois então ficou ruim, depois da construção da usina, o acesso à água. Dificultou? Zé do Cantão: Sim.”
Antônio Jalapoeiro		SD92 “A água de primeira nós pegávamos do rio para beber. Nós tínhamos um galão de água pegando as costas, pega aqui pega ai, balde de um lado e do outro... coloca aqui pra carregar.”	SD93 “Aí depois da barragem acabou, ninguém pego mais água... a água vem mais ruim agora.” SD94 “É... a qualidade eu não achei muito boa não. () sei lá... ...de vez enquanto ela vem com problema na agua... de vez enquanto... dá aqueles problemas na agua”
Manoel Tocantins	do	SD95 “Não... naquela época já tinha água... a gente morava ali... mas antes não tinha... bem antes... a gente vivia mesmo do rio...” SD96 “antigamente a água mesmo do rio... a gente podia banhar... tinha as praias... a gente banhava dia e noite... não tinha problema... pelo menos eu... não tinha problema nenhum né?”	SD97 “hoje a gente não tem condição de beber... na verdade a gente não bebe... sempre que você sai pro rio... você vai pescar... você vai pra qualquer lugar... você tem que levar sua água né?” SD98 “na verdade... eu mesmo... assim... nem banhar no lago eu não banho... eu acho que eu falei pra ele na outra entrevista que... ((choro)) a água dá uma coceira sabe ((choro))...”

		<p>não sei se é por causa dessas águas... eu acho que está na água... antigamente não tinha isso... a gente vai e pesca... a hora que chegar tem que tomar banho em casa... eu evito... na verdade... evito... só a gente entra tendo água quando você vai chegando na beira do rio... pra molhar as pernas... mas pra tomar banho mesmo não é... agora... quem... turista que vem... toma banho... vai embora... não... é diferente né? mas quem vive mesmo..."</p> <p>SD99 "hoje assim... igual eu falo... não sei se é porque devido muito tempo... quando eu vou... que a água pegue assim em cima da minha perna... porque eu tenho jeito de banhar... tipo assim ((choro))... começa coceira... cria caroço assim... ((choro)) acho que é diferente demais... pra mim é muito diferente..."</p>
Pedro Araguaia	SD 100 "Rapaz, aqui toda a vida teve, né?"	
João Mumbuca		SD 101 "Não... eu acho que até melhorou mais porque... na época no inverno ela sujava rápido... e agora ela demora mais... não suja igual era no inverno..."
Lourenço Brejinho	SD102 "É, encanada. Tinha água encanada que a gente já tinha do rio, mas eu digo que a gente tinha uma água mais de qualidade. Porque você podia beber água do rio em qualquer lugar, na pescaria, em qualquer coisa."	SD103 "Hoje nós não podemos consumir a água do lago do jeito que ela está. A gente consome aqui porque diz que tem um tratamento. Mas nós pescadores temos que levar água para tomar no rio. Porque se nós começarmos a tomar água do rio do jeito que ela está, é dor de barriga, com certeza."
Raimundo Jalapa		SD104 "Na qualidade da água, não. Piorou a qualidade. Apesar de melhorar um pouco a questão turística, mas a qualidade da

		água está muito mais ruim que naquela época”
Bastião	SD105 “Antes, melhor. Assim no caso de usar né...melhor.”	SD106 “Não... aumentou a água porque o lago cresceu, mas a qualidade não está como era antes não, antes era melhor.” SD107 “Não é água de qualidade, eles diz que trata a água, mas não é de qualidade, a água represada né? ()”
Nome do apicultor	Antes da Usina	Depois da Usina
Neco Veloso	SD108 “O acesso da água antes era... Da casa nossa para o corgo, era 30, 40 metros de distância.” SD109 “A qualidade era a água cristalina. Antes... porque era um corgo muito bom.” SD110 “Então, aquilo lá pra nós ali foi a vida da gente, aquela metade que acabou, com aquela água lá que acabou.”	SD111 “Não tem qualidade, não. E foi comprovado que a água do lago, ela tá mantendo uma doença que tá dando canso, nas pessoas, inclusive, tem uma amiga minha lá, que é vizinha nossa lá, e já adoeceu (...).”

Fonte: Elaboração da Autora.

A partir do Quadro 6, apresentamos as respostas dos trabalhadores centradas na quantidade e qualidade da água, destacando como eles comparam, discursivamente, o período antes da construção da usina com a situação atual. Entender a qualidade e a quantidade da água foi essencial para compreender as mudanças no meio ambiente e como elas afetam diretamente o dia a dia das comunidades ribeirinhas. Essas alterações impactam a saúde, a subsistência e o bem-estar das pessoas, que dependem da água para atividades como pesca, agricultura e uso doméstico. Ao analisar essas respostas, podemos identificar os desafios surgidos após a construção da usina, como a piora na qualidade da água, a menor disponibilidade e os efeitos sociais, econômicos e culturais na vida dos trabalhadores e suas famílias.

De acordo com as verbalizações de todos os trabalhadores, com exceção do Senhor Pedro Araguaia, houve uma grande mudança na quantidade e na qualidade da água após a construção da UHE. Antes, a água do rio era

utilizada para beber, cozinhar e tomar banho. As formulações produzidas por Antônio Jalapoeiro fornecem uma visão clara da deterioração da qualidade e da acessibilidade da água após a construção da barragem.

Inicialmente, como dá a perceber a SD 92, Jalapoeiro afirmou que, antes da construção, a comunidade tinha acesso fácil e direto à água do rio, que era utilizada para beber. Após a construção da barragem, essa realidade mudou drasticamente. Na SD 93, ele mencionou que "ninguém pega mais água", indicando que a comunidade perdeu o acesso direto à água potável do rio.

Pedro Araguaia expressou uma tomada de posição discursiva diferente ao não comentar sobre a qualidade ou acerca da quantidade da água. Em vez disso, ele resume sua formulação em "aqui toda a vida teve" (SD 100) água, indicando que, para ele, a presença de água na região é algo constante. Isso sugere uma visão mais ampla, sem abordar as transformações relatadas pelos outros trabalhadores.

Enquanto todos os outros entrevistados afirmaram que a qualidade e o acesso à água pioraram com a construção da Usina, o pescador João Mumbucatem evidenciou uma perspectiva oposta. Por meio da SD 101, ele afirmou que a qualidade da água "melhorou", pois demora mais para sujar durante o inverno.

Neco Veloso verbalizou que, antes da construção da usina, havia um acesso mais fácil à água, pois sua casa ficava situada a menos de 40 metros do córrego, que era de qualidade e cristalina. Como notamos a partir da SD 110, ele afirmou que este córrego era a representação da vida dos moradores, que se perdeu junto com a qualidade da água. Ele destacou, ainda, por meio da SD 111, que a água causa câncer, relatando que sua vizinha adoeceu por causa do consumo da água do lago.

Observamos, com base nas discursivizações em tela, que a construção da UHE afetou não só a quantidade de água, mas também sua acessibilidade e qualidade. Antes da usina, o rio oferecia água de qualidade e em grande quantidade, utilizada pelos moradores para beber, cozinhar e tomar banho. Após a construção, embora a quantidade de água tenha aumentado com o lago, a qualidade caiu. A água, que antes era considerada uma fonte de vida, agora é vista como causadora de doenças e imprópria para o uso.

O Quadro 7, apresentado a seguir, evidencia as verbalizações sobre os efeitos da construção da usina hidrelétrica no que se refere ao acesso e à qualidade da energia, comparando as condições anteriores e posteriores ao projeto. A pergunta feita a eles foi esta: “A comunidade tem energia antes e depois da construção da UHE? De que forma?”. Eis o Quadro 7:

Quadro 7 – Discursividades sobre o acesso e a qualidade da energia

Nome do pescador	Antes da Usina	Depois da Usina
Zé do Cantão	SD112 “E no outro, tempo que eu morava lá, sempre faltava, passava...”	SD113 “A energia... só que mudou porque agora está vindo mais caro. Está vindo mais caro.” SD 114 “Não, agora não, quase não ainda faltando, não.”
Antônio Jalapoeiro	SD115 “Energia tinha”	SD116 “Também.” SD117 “agora a energia... tem dia que ela tá boa, tem dia que tá ruim. Ontem ela apagou, não sei de quê. não sei o que foi. Não sei o que foi que viu. Da hora pra outra ((gesto de velocidade)) Parou 15 minutos e... Sumiu... apareceu denovo. Deve ser algum probleminha na rede talvez, né?”
Manoel do Tocantins	SD118 “já tinha.”	SD119 “não... o fornecimento de energia é bom.”
Pedro Araguaia		SD120 “A energia, como quem diz, né? Eu pensava que poderia até ficar mais barata, mas continuou o valor o mesmo.”
João Mumbuca	SD121 “tinha... já tinha energia.”	
Lourenço Brejinho	SD122 “Eu conseguia, na época de tudo, eu fazia tudo para eu conseguir 90 reais de energia por mês.”	SD123 “Mudou para mais caro, porque produz energia, porque nós somos o maior produtor de energia que é do Estado, e são o Estado que paga energia mais caro.” SD124 “Se eu usar qualquer outra coisa fora ante o que eu

		já tinha, minha conta subiu um mês atrasada eu paguei 750, mês passado eu paguei 700, esse mês eu já não sei porque já não chegou.”
Raimundo Jalapa		SD125 “Melhorou...depois”
Bastião	SD126 “tinha. “	SD127“tinha.”
Nome do apicultor	Antes da Usina	Depois da Usina
Neco Veloso	SD128 “Não. Aqui sempre teve. Antes da energisa era o motor de luz”	

Fonte: Elaboração da Autora.

No quadro anterior, são apresentadas as respostas dos trabalhadores sobre o acesso e a qualidade da energia, destacando a comparação entre o período anterior à construção da usina e a situação atual. É fundamental entender o impacto da energia para avaliar como as mudanças na infraestrutura afetam o cotidiano desta comunidade. As transformações decorrentes da construção da usina incluem desafios relacionados à instabilidade no fornecimento de energia e ao aumento dos custos.

Zé do Cantão, o primeiro entrevistado, relatou que houve uma melhoria na estabilidade do fornecimento de energia. Por meio da SD 112, ele afirma que “no outro tempo que eu morava lá, sempre faltava, passava...”, demonstrando que antigamente as interrupções eram frequentes e prolongadas. Atualmente, ele observou que as quedas de energia são menos frequentes e mais curtas (SD 114). Apesar de notar uma melhora na estabilidade, o entrevistado relata que o preço da energia subiu (SD 113), o que afeta diretamente sua renda. Pedro Araguaia reforçou a mesma tomada de posição de Zé do Cantão em relação aos custos elevados do fornecimento de energia, revelando, por meio da SD 120, que havia uma expectativa de redução desses custos, o que não se concretizou.

Antônio Jalapoeiro, diferentemente de Zé do Cantão, percebeu a situação do fornecimento de energia de forma distinta. Ele comentou que “agora a energia... tem dia que ela tá boa, tem dia que tá ruim. Ontem ela apagou, não sei de quê. Da hora pra outra... Parou 15 minutos e... Sumiu... apareceu de novo.

Deve ser algum probleminha na rede, talvez, né?” (SD 117). Essa formulação revelou que ele enfrenta uma certa instabilidade no serviço, com quedas de

energia inesperadas e frequentes. No entanto, Antônio pareceu encarar essas falhas como algo normal e corriqueiro.

Manoel do Tocantins (SD 118 e 119), João Mumbuca (SD121) e Bastião (SD126 e 127) e Neco Veloso (SD127) apresentam tomadas de posição semelhantes, no sentido de que anteriormente à construção da UHE já havia fornecimento de energia. Eles não demonstram descontentamento com a estabilidade do serviço ou com os custos.

Lourenço Brejinho compartilha da mesma perspectiva que Zé do Cantão e Pedro Araguaia. Ele declarou que, antigamente, tinha que fazer um esforço para sua conta de energia chegar a 90 reais por mês (SD122). No entanto, atualmente, há uma frustração quanto aos preços, que, apesar de o Estado do Tocantins ser o maior produtor de energia, os consumidores estão pagando mais caro. João expressou preocupação com o uso de aparelhos que consomem mais energia: “Se eu usar qualquer outra coisa fora ante o que eu já tinha, minha conta subiu um mês atrasada eu paguei 750, mês passado eu paguei 700, esse mês eu já não sei porque já não chegou.” (SD124), demonstrando que o aumento de energia gera impactos negativos na sua renda.

Com base nas discursivizações anteriormente em jogo, verificamos que a construção da UHE trouxe mudanças notáveis também no fornecimento de energia. Embora tenha havido uma melhoria na estabilidade do serviço, com menos interrupções e quedas de energia, os custos ficaram muito elevados, refletindo diretamente na renda dos consumidores.

O Quadro 8, mobilizado na sequência, examina como a construção da UHE impactou o acesso e a qualidade da educação, fazendo uma comparação entre as condições antes e depois da construção. Vejamos, a seguir, o Quadro 8:

Quadro 8 – Discursividades sobre o acesso e a qualidade da educação

Nome do pescador	Antes da Usina	Depois da Usina
Zé do Cantão	SD 129 “Não era muito boa não.”	SD130 “Agora, do jeito está, agora para mim está melhor.”
Antônio Jalapoeiro	SD131 “tinha... nós viemo do sertão, nós morava no sertão também... mora né ai como é que fazia... nós vinha de pé...	SD132 “Era, agora depois, tomaram de conta que quer quebrar até os pais quais daqui uns tempo. As coisas

	atravessa a rio () e vinha de pé... do lado de casa tinha o chama corrente né? ()”	mudou demais. As crianças ficam tudo assim... é... as crianças ficou tudo assim...de... coração ruim, parece que ficou ()...sei lá. Aqui acula você vê ai nessa rua... você vê () o nêgico é fei viu... não dá certo não esse negocio.”
Manoel do Tocantins	SD133 “tinha... não era tão longe não... a nossa casa era próximo do colégio... na verdade era até mais perto do que hoje... está perto hoje aqui... mas é assim... mais ou menos igual.”	SD134 “eu acho que talvez esteja melhor... acho que esteja melhor.”
Pedro Araguaia	SD135 “É uma coisa que era mais precária naquele tempo lá, mas já vem evoluindo, não só por causa da barragem, né? Que evolui mesmo, né? Aqui, o Norte aqui, não tinha nada, né, agora que vem crescendo.”	SD 136 “Rapaz, eu acho que o Ceste, assim, não, a educação melhorou, né? Assim, que o Ceste ele dá suporte, né? Assim, na cidade, eles dão suporte, essa logística”
João Mumbuca	SD137 “tinha... mas continuou perto...”	SD138 “tinha... mas continuou perto...”
Lourenço Brejinho	SD139 “As escolas, antes dessa barragem aqui, era a quantidade de alunos.”	SD140 “Só pra você ver, depois da barragem. Fechou três... escolas que fechou, se eu não estiver enganado.” SD141 “E depois da barragem, teve esse baque que desapareceu. De gente para fechar as escolas.”
Raimundo Jalapa Bastião		Melhor um pouco.
	SD142 “antes da barragem é assim... eu acho que. Com o Gilsomar era mais difícil assim, se formar, né? É como aquela história, é os filhos de papais em que se formava.”	SD143 “Assim... eu acredito que hoje eu acho que está melhor.”
Nome do apicultor	Antes da Usina	Depois da Usina
Neco Veloso		SD 144 “Melhorou...”

Fonte: Elaboração da Autora.

No quadro anterior, foram apresentadas as verbalizações dos entrevistados sobre o acesso e a qualidade da educação, comparando a situação antes e depois da construção da usina hidrelétrica. A pertinência do

presente questionamento se mostra fundamental para avaliar como a construção da usina afetou o sistema educacional da comunidade, buscando pensar na (im)possibilidade de investimentos da prefeitura.

Zé do Cantão, Manoel do Tocantins, Raimundo Jalapa, Bastião e Neco Veloso afirmaram que houve uma melhora na qualidade da educação desde a implantação da usina. No entanto, eles, no fluxo da entrevista, não produzem desdobramentos sobre essas mudanças. Podemos observar que, na SD 132, produzida por Antônio Jalapoeiro, não há uma descrição sobre as mudanças relativas à infraestrutura, ao acesso ou à qualidade da educação, mas uma preocupação no comportamento das crianças, que nos dias atuais se tornaram “maldosas”.

Analisando as verbalizações formuladas por Pedro Araguaia, notamos que ele expressou que, nos tempos mais remotos, a situação educacional de Babaçulândia era precária. Atualmente, há uma evolução da educação, mas esse fator não está diretamente ligado à construção da usina, mas como um progresso inevitável, visto que a região Norte vem apresentando avanços educacionais. Ainda pelas verbalizações do referido entrevistado, podemos considerar, a partir da SD 136, que ele mencionou que há um suporte por parte do Ceste, mas não especifica qual tipo de suporte é oferecido.

As formulações produzidas por Lourenço Brejinho são pautadas na tomada de posição de o município passou a ter ausência de alunos após a implantação da usina. Por meio da SD 140, percebemos que ele destaca a quantidade de escolas que fecharam, a saber: “fechou três... escolas que fechou, se eu não estiver enganado.” Conforme já mencionamos a partir da tabela 9, que compara o IDEB dos anos iniciais das escolas públicas de Babaçulândia com os índices nacional e estadual, o município conta, atualmente, com 09 escolas públicas, sendo 07 municipais e 2 estaduais.

Em 2011, uma escola de ensino fundamental (do 1º ao 5º ano) foi fechada devido à baixa matrícula. Em 2018, outra escola que oferecia o ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) também teve as atividades encerradas pelo mesmo motivo. Além dessas, outras instituições de ensino, como a Escola “Valdino Paixão” na Ilha de São José, a Escola Municipal José Bonifácio, a Escola Municipal Santa Paz e a escola do Poção, também foram fechadas.

Como evidenciado com base nas formulações de Lourenço Brejinho e pelos dados apresentados na tabela 9, o fechamento de escolas em Babaçulândia está diretamente associado à construção da usina hidrelétrica, que culminou com o deslocamento da comunidade. O fechamento de diversas escolas e a redução no número de alunos evidenciaram um problema crescente, agravado pela construção da usina. Essas mudanças prejudicaram a qualidade e o acesso à educação na comunidade. Assim, a análise mostra que as mudanças trazidas pela usina afetaram não só o dia a dia dos moradores, mas também tiveram um impacto negativo na educação da região.

Passamos, neste ponto, à análise com base no Quadro 9, que apresenta as verbalizações dos entrevistados sobre o acesso e a qualidade da saúde, comparando a situação antes e depois da construção da usina. As perguntas endereçadas a eles foram assim formuladas: “Há posto de saúde próximo antes e depois da construção da UHE? Como é o trabalho dos profissionais e dos agentes de saúde antes e depois da construção da UHE?”. Tomemos, na sequência, o Quadro 9:

Quadro 9 – Discursividades sobre o acesso e a qualidade da saúde.

Nome do pescador	Antes da Usina	Depois da Usina
Zé do Cantão	SD145 “iiii bem fraco.”	
Antônio Jalapoeiro	SD146 “Antes era mais devagar (...)”	SD147 “(...)agora está mais devolvido mais um poquin.”
Manoel do Tocantins	SD148 “iiihhh... a saúde era muito difícil... a experiência era mais difícil... o posto de saúde que tinha era pouco... algumas ambulâncias que tinha não dava suporte...”	SD149 “hoje não... a saúde está bem melhor.”
Pedro Araguaia	SD150 “Não, sempre teve, que nem agora mesmo, tem um bem aqui na rua mesmo, né? Isso daí...nessa parte...”	SD151 “se mudou rapaz, eu te falo vem melhorando sabe, mas eu acredito não só por conta do Ceste assim, do que era rio não, porque está melhorando mesmo assim aqui no norte vem melhorando, crescendo as coisas né”
João Mumbuca		SD152 “A saúde tá até melhor... porque naquela época não tinha um postinho ingual tem agora né?”

Lourenço Brejinho		
Raimundo Jalapa	SD153 “porque aquela época tinha que pegar um barco, andar 60 quilômetros para ter acesso à saúde”	SD154 “Também está melhor hoje.” SD155 “Então o acesso à saúde hoje está mais fácil. Às vezes a saúde não avançou muito, mas o acesso sim.”
Bastião		SD156 “Não, hoje está melhor.”
Nome do apicultor	Antes da Usina	Depois da Usina
Neco Veloso	SD157 “antes da usina não tinha né?! Antes da usina tinha uns médicos mas um médico assim... acho que eles ficavam nas casa deles... só que na casa deles eles tinham todos medicina era tipo uma farmácia... era tipo uma farmácia... e as pessoas as vezes adoecia lá na roça vinha lá numa troca de animal pra poder vim pra cá, porque não tinha carro () e chegava até lá... ()dizer assim qual a doença aí da pessoa? quando tava doente eles já levavam remédio... daqui pra pessoa... se tivesse muito ruim tinha que dar um jeito até se não morresse a pessoa chegar.”	SD158 “Hoje facilitou... Hoje os médicos, tem muitos médicos, muito essa parte do médico aqui, que não... Assim, muito médicos mesmo, tem muitos médicos, tem... Tem um para cá, tem um médico lá pra baixo ().”

Fonte: Elaboração da Autora.

O quadro em questão evidencia, no formato SD, as respostas dos entrevistados sobre o acesso e a qualidade da saúde, considerando os períodos antes e após a construção da UHE, como tem sido a tônica desta dissertação. A inclusão dessa pergunta é importante, pois a saúde é um direito fundamental e inerente a todos. Assim, é necessário analisar e entender as transformações em termos de disponibilidade e de qualidade dos serviços antes e depois da implantação da usina.

Os entrevistados Zé do Cantão (SD 145), Antônio Jalapoeiro (SD 146, SD 147), João Mumbuca (SD 152) e Bastião (SD 156) reconheceram que houve melhorias na saúde, como indicado por Antônio, em SD 147: “agora está mais devolvido mais um pouquinho”. No entanto, suas formulações não apresentam

desdobramentos que expliquem quais foram as mudanças específicas e, também, não estabelecem uma ligação direta desse fator ao projeto da UHE.

Por meio da SD 148, podemos notar que Manoel do Tocantins refletiu sobre as dificuldades relacionadas à saúde enfrentadas antes da construção da usina, afirmando que “iiihh... a saúde era muito difícil... a experiência era mais difícil... o posto de saúde que tinha era pouco... algumas ambulâncias que tinha não dava suporte...”. A interjeição “iiihh...” e as formulações pausadas do entrevistado podem revelar um sentimento de frustração e de desconforto com as experiências vividas no passado. Em contraste, ao tematizar sobre a situação atual, ele reconheceu que houve uma melhora, dizendo que “hoje não... a saúde está bem melhor”. Contudo, ele não fornece maiores detalhes sobre quais aspectos melhoraram e quem foi o agente dessas melhorias.

As formulações de Pedro Araguaia evidenciam que sempre houve acesso à saúde, como fica perceptível a partir da SD 150: "sempre teve, que nem agora mesmo, tem um bem aqui na rua mesmo". Ele também reconheceu que houve melhorias na saúde, mas, como dá a perceber a SD 151, deixa claro que essas melhorias não estão relacionadas ao consórcio CESTE, mas, sim, a um desenvolvimento regional que vem ocorrendo no Norte em todas as esferas.

Raimundo Jalapa, como nos permite notar a SD 153, descreveu as dificuldades passadas para acessar a saúde, mencionando que precisava pegar um barco e percorrer 60 km para receber atendimento. Ele observou que, atualmente, o acesso à saúde está melhor e mais fácil, mas que a qualidade dos serviços em si talvez não tenha avançado tanto quanto poderia.

As formulações produzidas por Neco Veloso, como estruturamos a partir da SD 157, descreveram que, antes da construção da usina, não havia acesso adequado à saúde. Embora houvesse médicos, eles atendiam em suas casas, que funcionavam quase como farmácias. A falta de transporte dificultava ainda mais o acesso aos atendimentos. Já, por meio da SD 158, percebemos que o entrevistado reconheceu que houve uma melhora na saúde e na quantidade de médicos disponíveis para os atendimentos. Apesar de fazer um comparativo entre a situação anterior e a atual, ele não indicou que essas melhorias estão ligadas ao projeto do CESTE, sugerindo, assim como Pedro Araguaia, que as melhorias fazem parte de um desenvolvimento regional.

Observamos, por meio das referidas formulações, que as condições de saúde da população de Babaçulândia passaram por grandes mudanças. Inicialmente, os desafios eram consideráveis, marcados pela falta de acesso, de profissionais e, conseqüentemente, pela baixa qualidade dos serviços. Com o passar do tempo, houve uma melhoria no aparato geral da saúde, refletida pelo desenvolvimento da região.

Na sequência, apresentamos o Quadro 10, que mobiliza as verbalizações dos entrevistados sobre as técnicas e os instrumentos de pesca antes e depois da formação do lago. As perguntas endereçadas a eles foram nestes termos: “Como era feita a pesca? Quais instrumentos e técnicas eram utilizados?”. Eis o Quadro 10:

Quadro 10 – Discursividades sobre as técnicas e os instrumentos de pesca

Nome do pescador	Antes da Usina	Depois da Usina
Zé do Cantão	SD159 “Colocava rede lá aí isca de anzol, vara carretilha...”	SD160 “Não. Mesmo jeito.”
Manoel do Tocantins	SD161 “A gente pescava com rede de arrasto. Rede de arrasto. Ia pro mei do rio, entrava no mei do rio saia distabacando () na chuva ou no sol quente nós tava lá dentro.”	
Manoel do Tocantins	SD162 “... a gente pegava muito peixe com a rede armada né? a gente pegava muito peixe... também... como eu falei no relo... você tinha a praia... soltava a rede né? e descia... chamava de relo... eu chamava de relo...”	
Pedro Araguaia		SD163 “Mas as traias são as mesmas, né? Redes, essas coisas, tarrafas, essas coisas. Só o modo de pescar que é diferente. Porque a corrente é água parada, né? É diferente o modo de pescar.”
João Mumbuca	SD164 “Era a rede... só que era a redinha pequena né? ...na época a gente tinha um remancim... aí a gente colocava... a rede maior a 50 metros...”	SD 165 “hoje tem que... mudou né?... porque hoje a rede tem que ser muita... na época a gente a rede maior era 50 metros... hoje você botar 50 metros cê não pega

		nada não... é mil metros hoje... é mil e quinhentos metros... os pescador que pega mais peixe aí...”
Lourenço Brejinho	SD166 “Eu comecei do giral e da vara de caniço e depois que eu sai do girau eu continuei a pesca era com rede e até hoje permanece. Só que naquela época era diferente porque tinha rede de arrasto e rede de engancho.”	SD167 “Hoje não, só é rede de engancho... que é aquela rede que você coloca e ela fica parada”
Raimundo Jalapa	SD168 “A gente usava rede de malha... tarrafa... e num período quando a água ficava mais limpa peixe não mais se aproximava da rede... época de julho e agosto a gente pescava de uma forma chamada de cerco. A gente ficava na praia fazer um cerco no cardume, que era uma rede maior. No anzol era mais complicado.”	
Bastião	SD169 “porque naquele tempo as tralha de pesca era menor, sabe? Com pouca rede você pescava. porque aquele tempo a gente lançava a rede, fechava o peixe.”	SD 170 “Hoje pra você pegar um peixe precisa ter um, quer dizer, 500 metros, 600 metros de rede pra poder ser pescava, poder pegar algum peixe.” SD171 “E hoje não, hoje não a gente tira a rede e a gente tá aí fechando”
Nome do apicultor		
Neco Veloso	Não se aplica.	Não se aplica.

Fonte: Elaboração da Autora.

O Quadro 10 apresenta SD que expressam as respostas dos entrevistados sobre as técnicas e os instrumentos de pesca empregados antes e após a transformação do rio em lago. A formulação desse questionamento mostrou-se relevante, dado que a construção da UHE trouxe uma série de impactos profundos para a sociedade local, como vimos abordando ao longo desta dissertação. Os pescadores, que são o foco central desta dissertação, assim como o apicultor, foram forçados a se adaptar às novas condições impostas pelo lago, resultando no abandono de seus métodos tradicionais de

pesca. Por meio dessas respostas, buscamos compreender as consequências sociais e econômicas que foram abruptamente impostas aos modos de vida e de fazer desses arranjos produtivos, revelando as transformações que a usina hidrelétrica trouxe para o cotidiano dessas pessoas.

Por meio da SD159, perceber que Zé do Cantão revelou que fazia uso de métodos tradicionais de pesca, como rede, isca de anzol e vara carretilha. Já, com base na SD160, notamos que ele afirmou, de forma mais sucinta, que, apesar das mudanças impostas pela formação do lago, as técnicas de pesca permaneceram inalteradas.

Antônio Jalapoeiro discursivizou que, antes da construção da usina, o instrumento de pesca usado era a “rede de arrasto” e que, independentemente das condições climáticas, era possível realizar a pesca. A rede de arrasto mencionada pelo pescador é uma rede que é arrastada pela água para a captura dos peixes e que era manuseada pelos pescadores ao longo do extenso e caldoso rio. O entrevistado não forneceu nenhuma informação sobre as técnicas usadas atualmente, uma vez que não trabalha mais como pescador, mas, sim, vendendo espetinhos no período da noite em Babaçulândia/TO.

Como notamos a partir da SD 162, Manoel do Tocantins descreveu que, antigamente, usava a técnica da rede armada, enfatizando que, com esse método, era possível capturar grandes quantidades de peixe. Ele detalhou, ainda, o processo, dizendo que “soltava a rede” e “descia”. Manoel do Tocantins não mencionou como essa técnica foi adaptada ou se ainda é usada no novo ambiente do lago, deixando entrever que a rede armada pode ter se tornado menos usual e eficaz por causa das condições do lago.

As formulações produzidas por Pedro Araguaia discursivizaram a perspectiva de que não houve mudança nos instrumentos de pesca, mas, sim, no modo de se pescar. De acordo com a SD 163, ele explicou que a diferença na pesca é provocada pela mudança de água corrente para água parada, dizendo: “Porque a corrente é água parada, né? É diferente o modo de pescar.” Essa mudança, de rio para lago, não trouxe apenas uma transformação estrutural, mas também impôs aos pescadores a necessidade de se adaptarem a novas condições.

Os dizeres de João Mumbuca, organizados nas sequências discursivas SD 164 e 165, abordam a mudança no quantitativo de rede utilizado antes e

depois da formação do lago. Como dá a perceber a SD 164, ele descreveu que, anteriormente, usavam-se redes pequenas que eram colocadas a uma distância de 50 metros do remanso. No entanto, houve uma alteração drástica, sendo atualmente necessário o uso de grandes redes, variando de 1.000 a 1.500 metros. Essa mudança não só alterou as técnicas de pesca, mas também teve um impacto financeiro, uma vez que o custo e a complexidade do equipamento aumentaram, refletindo um ajuste necessário para lidar com as novas condições do lago.

Por meio das formulações de Lourenço Brejinho, compreendemos, também, que houve mudanças nos instrumentos de pesca. João mencionou, conforme percebemos a partir da SD 166, que, no início de sua profissão, utilizava girau e vara de caniço, que foram sendo substituídas por redes, como as de arrasto e de engancho. Após a construção da usina, a prática da pesca se restringiu ao uso apenas da rede de engancho, que fica fixa na água esperando que os peixes se enredem em suas malhas.

Raimundo Jalapa descreveu que, antes, os instrumentos de pesca eram usados de acordo com a turbidez da água. Quando as águas estavam mais turvas, utilizavam-se malhas e tarrafas. Já no período de julho e agosto, quando as águas estavam mais limpas e os peixes se afastavam das redes, os pescadores adotavam uma técnica conhecida como “cerco”, a partir da qual se formava um cercado na praia com redes maiores para a captura de cardumes.

Assim como João Mumbuca, Bastião, também, indicou que, no passado, os equipamentos de pesca eram menores e utilizavam menos rede. Ele ponderou que, naqueles tempos, a técnica consistia em lançar a rede e fechá-la ao redor dos peixes. No entanto, na SD 170, o entrevistado destacou a necessidade do uso de redes maiores para conseguir pescar algum peixe e que, mesmo com o uso de redes extensas, a captura de peixe continua sendo desafiadora.

Os depoimentos dos pescadores mostram como a mudança do rio para o lago transformou suas práticas de pesca. No passado, eles utilizavam redes menores e técnicas específicas adequadas para água corrente. Com a criação do lago, precisaram adotar redes muito maiores e novos métodos. No entanto, mesmo com essas adaptações, a pesca se tornou mais difícil e menos produtiva.

Vamos analisar, a seguir, considerando o Quadro 11, as discursividades apresentadas pelos trabalhadores sobre as outras atividades produtivas além da pesca e da apicultura, tendo em vista, respectivamente, os arranjos produtivos em foco. A pergunta feita foi a seguinte: “O que mais se produzia antes e depois da construção da UHE?”. Eis o Quadro 11:

Quadro 11 – Discursividades sobre outras produções

Nome do pescador	Antes da Usina	Depois da Usina
Zé do Cantão	SD172 “abóbora, melancia, arroz, feijão...”	SD173 “Dois anos. Aí, depois eu... (não mexeu mais)”
Antônio Jalapoeiro	SD174 “É... tudo! De tudo que era pra comer você produzia lá”	
Manoel do Tocantins	SD175 “na beira do rio mesmo na verdade sim... a gente criava muita galinha... muita galinha sabe?”	
Pedro Araguaia	SD176 “não, só com a pesca mesmo.”	SD 177 “não, só com a pesca mesmo.”
João Mumbuca	SD178 “produzia... que eu tenho uma chacinha ali a gente plantava vazante quando era época de vazante... a gente plantava abóbora... melancia... era mandioca... aí tudo.”	SD179 “não... porque acabou né? as vazantes mesmo... porque sumiu tudo né? nois fiquemo... a chacrazinha hoje é só o chapadão né? eu nem plantei mais nada não... que é a terra boa mesmo que foi embora tudo...”
Lourenço Brejinho	SD180 “Eu produzia melancia, abóbora e o feijão.”	
Raimundo Jalapa		
Bastião	SD180 “Farinha, mandioca, arroz e feijão.”	SD181 “Só com a pesca”
Nome do apicultor	Antes da Usina	Depois da Usina
Neco Veloso	SD181 “É, com plantação, com mandioca, arroz... com roça” SD182 “Não... era só mesmo o babaçu... a gente vive mais do babaçu, que era perto do Rio, né? E a apicultura era isso, que a gente produzia o arroz, a mandioca, a farinha, tudo a gente vendia. E fazia e comprava o rancho, né?”	SD183 “Mesma coisa, eu não deixei de plantar nada.”

Fonte: Elaboração da Autora.

O quadro apresentado destaca as sequências discursivas (SD) que revelam as respostas dos entrevistados sobre outras atividades produtivas além da pesca e da apicultura, realizadas antes e depois da construção da UHE. Analisar essa questão foi fundamental, pois nos permitiu identificar as formas de subsistência e de geração de renda que integravam o cotidiano deles, evidenciando a diversidade de suas práticas econômicas. Muitas dessas atividades estavam ligadas ao uso da terra e de recursos naturais, e compreender como a UHE influenciou e, em alguns casos, transformou essas dinâmicas socioeconômicas foi essencial. Nosso objetivo foi entender de que maneira essas práticas foram modificadas ou mantidas e como refletem as estratégias construídas pelos entrevistados para enfrentar as mudanças provocadas pela UHE. Neste ponto, não estamos perdendo de vista o fato de que essas estratégias integram a prática socioespacial da resistência.

As formulações apresentadas por todos os entrevistados, exceto Pedro Araguaia, indicam que antes da construção da usina era possível realizar grandes plantações tanto para venda quanto para a própria subsistência. Os pescadores Zé do Cantão e Bastião mencionaram uma diversidade de culturas agrícolas, como abóbora, melancia, arroz, feijão, farinha e mandioca. No entanto, após a construção da UHE, essas práticas agrícolas foram interrompidas, evidenciando uma ruptura significativa nos modos de produção desses trabalhadores. Essa mudança reflete um impacto na maneira como essas famílias garantiam sua subsistência e contribuíam para a economia local, forçando-as a adaptar suas estratégias de sobrevivência diante do novo contexto imposto pela usina.

Nesse processo, no que se refere às formulações sobre as produções que eram possíveis com o rio, Antônio Jalapoeiro (SD 174) e Lourenço Brejinho (SD 180) salientaram que tudo o que era necessário para a subsistência, como melancia, abóbora e feijão, era produzido anteriormente. Manoel do Tocantins, por sua vez, detalhou que, ao longo do rio, havia uma criação abundante de galinhas, sugerindo que, além dos produtos agrícolas, a criação de aves também era significativa na região. No entanto, os depoimentos não abordam as práticas produtivas após a construção da usina.

João Mumbuca discursivizou que, antes da construção da usina, sua produção era realizada em sua “chacrinha”, onde cultivava abóbora, melancia e

mandioca (SD 178) durante o período de vazante, caracterizado pela baixa do rio, que tornava a terra mais fértil devido aos nutrientes trazidos pela água. Cabe salientar que o período da vazante era de junho a novembro. Por meio da SD 179, notamos que João Mumbuca afirmou que essas práticas agrícolas foram interrompidas após a construção da usina. As mudanças nas vazantes, resultantes da formação do lago, fizeram com que as terras férteis desaparecessem. O trecho “eu nem plantei mais nada não... que é a terra boa mesmo que foi embora tudo...” indicou que a terra fértil que ele utilizava foi submersa, e sua "chacra" se transformou em um chapadão, tornando impossível cultivar os mesmos produtos.

O apicultor Neco Veloso ponderou que, antes da construção da usina, ele realizava plantações de mandioca, de arroz e, também, produzia, com a mandioca, farinha, além de outras produções. Como dá a perceber a SD 182, ele, também, mencionou a produção de babaçu, que era uma importante fonte de subsistência. Com base na SD 183, notamos que Neco afirmou que, apesar das mudanças provocadas pela usina, não deixou de plantar nada, indicando uma continuidade em suas práticas agrícolas. É importante destacar que a roça do senhor Neco não foi atingida pela barragem, o que explica o porquê de suas práticas agrícolas permanecerem inalteradas.

Até este ponto de nosso trabalho de análise, vimos que a construção da UHE provocou mudanças nas formas de organização cotidiana dos entrevistados, afetando suas práticas produtivas e a interação com a terra e com a água. Antes da usina, os moradores cultivavam mandioca, arroz, babaçu, e produziam farinha, além de criarem galinhas, atividades que estavam integradas ao ciclo natural das águas. Com a construção da UHE, houve a perda de terras férteis e alterações nos ciclos de vazante, forçando os moradores a ajustar suas formas de subsistência. Esses relatos demonstraram como a usina alterou tanto o ambiente físico quanto a estrutura socioeconômica da comunidade, marcando uma transformação na maneira como os residentes sustentavam suas vidas.

No andamento de nossas análises, na sequência, exploramos o Quadro 12, que detalha as respostas dos entrevistados sobre os métodos de venda dos produtos. As perguntas endereçadas a eles foram nestes termos: “Para quem eram vendidos os peixes antes e depois da construção da UHE? Qual a

quantidade média de pescado antes e depois da construção da UHE?”. Vejamos, a seguir, o Quadro 12:

Quadro 12 – Discursividades sobre outras produções

Nome pescador	do	Antes da Usina	Depois da Usina
Zé do Cantão		<p>SD184 “Então às vezes vendia aqui pra esse senhor Lourenço Brejinho, aqui que fica na beira da orla, quando não vendia pra eles, pra ele Lourenço Brejinho”</p> <p>SD185 “Não, aí antes... as vezes a gente, quando tinha mais novo, um carrinho de mão saía vendendo na rua.”</p>	<p>SD186 “Quando pegava tucunaré, levava ali pro sabor do lago. Às vezes deu vender...”</p> <p>SD187 “Sim, o saco de fibra chein de tucunaré, costurado na boca. Leva pra lá, vendia. Mas só que os outros peixes não vendiam.”</p>
Antônio Jalapoeiro		SD189 “iih todo mundo queria né? Peixe bom... o peixe de qualidade boa né?”	SD190 “Aí, hoje fornece pra...Hoje fornece diretamente pra o pessoal que vem de lá... do comercio lá”
Manoel Tocantins	do	SD191 “não... antes assim... antes todo mundo comprava... aqui na cidade todo mundo gostava... a população gostava... e a gente vendia para para araguaina né? lá... antigamente... a gente vendia mais peixe na feirinha né? seu Tunico... tinha dona Chica né? eu não sei se eles mexe com peixe hoje né?”	<p>SD192 “hoje tem só um rapaz... hoje tem ele... tem outras pessoas... como eu não tenho um carro... eu tento vender para o que aparece... aí a gente tem... é o preço que o cara dá né? por isso que ele diz assim “eu só pago o tanto” e você tem que vender.”</p> <p>SD193 “que nem eu tô falando... tem o Brejinho que tá comprando... nesse valor de 3 reais... um quilo de peixe né? e tem vez que faltam... que falta esse comprador... tem vez que ele não tá comprando.”</p>
Pedro Araguaia		SD194 “os meus peixes antes eu vendo até como eu vendo hoje. Eu vendo meu peixe na rua. Eu tenho uma moto, aí eu pego vendo na rua. E vendo aqui em casa, como aqui eu comercializo o peixe do lado.”	<p>SD195 “os meus peixes antes eu vendo até como eu vendo hoje. Eu vendo meu peixe na rua. Eu tenho uma moto, aí eu pego vendo na rua. E vendo aqui em casa, como aqui eu comercializo o peixe do lado”</p> <p>SD196 “Eu vendo para os dois, para os dois, dois são de</p>

		<p>Araguaína e os outros são daqui.”</p> <p>SD197 “Não, eu vendo direto, eu já vendo direto para passar o negócio diretamente com a dona do restaurante. Em Araguaína também, com o dono do restaurante, não, esse peixe não.”</p>
João Mumbuca	SD198 “a gente vendia para Araguaína... sempre... é igual agora né?... de Araguaína... vende... Vem outros pessoal de Carolina também... aqui mesmo na cidade... Wanderlândia tem uns compradores sempre eles vêm...”	SD199 “a gente vendia para Araguaína... sempre... é igual agora né?... de Araguaína... vende... Vem outros pessoal de Carolina também... aqui mesmo na cidade... Wanderlândia tem uns compradores sempre eles vêm...”
Lourenço Brejinho	SD200 “Antes a gente vendia em Araguaína, na feira de Araguaína e vendia aqui mesmo na cidade.”	<p>SD201 “Hoje a dificuldade é achar as pessoas para comprar. Porque só tem, tem muito que é o mampará, mas está igual a época que o pessoal chega, quando o pessoal chega eu até brinco com o pessoal. Ah, tem peixe? Eu falei, tem não, tem mampará.”</p> <p>SD 202 “Hoje, eu entrego para um restaurante em Araguaína, 100 quilos por semana. E... tinha muito comprador aqui pro lado do Maranhão que a gente faz entrega, também esse ano foi uma negação.”</p>
Raimundo Jalapa	SD203 “A gente vendia pra população local e quando era a quantidade maior, levava pra Araguaína.”	
Bastião	SD204 “Eu vendia para a cidade mesmo. “	SD205 “Não, aqui as pessoas compra para tirar fora. Os compradores tem aqui mesmo.”
Nome do apicultor	Antes da Usina	Depois da Usina
Neco Veloso	SD206 “Pro Município, pra população”	“É só local, o ano passado eu tirei uma tonelada, mais de tonelada...”

Fonte: Elaboração da Autora.

A partir do Quadro 12, apresentamos as verbalizações produzidas pelos trabalhadores quando indagados acerca da venda dos produtos (peixe e mel) concernentes aos respectivos arranjos produtivos, revelando como e para quem se dava a venda tendo como parâmetro o período anterior à usina e após a construção desta. Entendemos que a UHE pode ter alterado as dinâmicas comerciais e de destino dos produtos. Dessa forma, fez-se necessário compreender os impactos causados e as adaptações necessárias para a continuação das atividades.

Zé do Cantão elucidou grandes mudanças na comercialização dos peixes após a construção da usina. Antes da construção, ele vendia seus produtos diretamente para a população local ou os passava para o atravessador senhor Lourenço Brejinho, que intermediava a venda para outros compradores. Com a construção da usina, a dinâmica de venda mudou. Conforme indicado a partir da SD186, ele começou a vender peixes no restaurante "Sabor do Lago", situado à beira do lago em Babaçulândia/TO. Além disso, como notamos com base na SD187, Zé mencionou que está enfrentando dificuldades para vender peixes que não sejam tucunaré. Essas alterações indicam que a oferta e a demanda pelos seus produtos foram consideravelmente impactadas pela construção da usina.

Antônio Jalapoeiro, também, relata mudanças significativas na venda de peixes ao longo do tempo. Na SD189, ele lembrou que, antigamente, o peixe era bastante procurado, mencionando que "todo mundo queria", pois era de boa qualidade. Na SD190, Antônio explicou que atualmente fornece diretamente para comerciantes de fora, mostrando que a comercialização, antes concentrada no mercado local, voltou-se para o comércio externo. Essa mudança ocorreu por causa da queda na procura pelos moradores, que já conheciam a qualidade do peixe, mas cuja demanda diminuiu em função das transformações geradas pela usina.

Por meio da SD191, percebemos que Manoel do Tocantins ponderou que, antigamente, quase todo mundo na cidade comprava peixe, e a população local gostava muito do produto. Ele afirmou que, também, vendia para Araguaína, principalmente na "feirinha". Ocorre que nos dias atuais, por falta de locomoção, ele acaba vendendo para quem aparece, aceitando o preço que oferecem, sem flexibilidade de negociação. Conforme percebemos a partir da

SD193, ele contou que vende para o senhor Brejinho, que paga R\$ 3,00 por quilo de peixe, mas ressalta que, às vezes, Brejinho não aparece para comprar, ficando na incerteza da venda dos produtos.

Pedro Araguaia afirmou, nas SD 194 e SD195, que vende seus peixes da mesma forma que antes: “Eu tenho uma moto, aí eu pego vendo na rua. E vendo aqui em casa, como aqui eu comercializo o peixe do lado”. Diferente dos outros entrevistados, Araguaia salientou que negocia diretamente com os donos dos restaurantes, tanto de Babaçulândia como de Araguaína, sem a necessidade de atravessadores.

Lourenço Brejinho lembrou que, antes da construção da UHE, comercializava peixes tanto na feira de Araguaína quanto na cidade local. No entanto, atualmente, há uma dificuldade na comercialização, pautada na falta de qualidade e de diversidade do produto, o que fez a demanda cair drasticamente. Ele destacou, ainda, que, apesar de entregar 100 quilos de peixe semanalmente a um restaurante em Araguaína, no ano de 2023, ele tem enfrentado problemas com entregas no Maranhão.

Raimundo Jalapa e Bastião afirmaram que, antes da construção da usina, ambos vendiam peixes para a população local. Antônio mencionou que vendia para a comunidade e, quando tinha muitas unidades, levava para Araguaína. Eles não relataram como se dá a comercialização atualmente.

Neco Veloso informou, como notamos com base na SD206, que a comercialização de mel era exclusiva para a população, e que, no ano passado, ele vendeu mais de uma tonelada de mel para a comunidade. No entanto, ele não fez nenhuma menção de como é feita a comercialização nos dias atuais.

Após a análise construídas anteriormente, é evidente que os trabalhadores enfrentaram desafios significativos ao se adaptar às mudanças no mercado. Inicialmente, a venda dos produtos era realizada diretamente aos consumidores. Com o passar do tempo, foi necessário a intervenção de terceiros ou a venda para restaurantes. Essa transição trouxe uma dificuldade crescente em encontrar compradores, o que impactou diretamente o sustento desses trabalhadores.

A seguir, vamos analisar as formulações constantes do Quadro 13, que apresenta as respostas dos entrevistados sobre a qualidade do produto. A

pergunta feita a eles foi nestes termos: “A pesca continuou na mesma qualidade?”. Eis o Quadro 13:

Quadro 13 – Discursividades sobre a qualidade do produto

Nome do pescador	Antes da Usina	Depois da Usina
Zé do Cantão	Aí não vende... várias saem, mas não vende não	
Antônio Jalapoeiro		O pescado... o pescado ficou ruim assim... porque ficou... não tava vendendo igual era vendido, não tem? Hoje pega um peixe, que o peixe não tem qualidade para vender.
Manoel Tocantins	<p>antigamente você tinha pacu-manteiga... piabanha... piau... várias qualidades de peixe que é bem melhor do que hoje né?.</p> <p>pegava piau... mas igual eu falei pra você... o peixe que mais pegava mesmo era mandi-muela... matrinchã... pega piabanha... todas as qualidades de peixe.</p> <p>em termos de qualidade... antes era melhor muito né? agora... quantidade... por exemplo... hoje tem o mampará... o mampará é um peixe que dá bastante sabe? ele só não tem um valor... não tem um valor... assim alto... muito barato.</p> <p>eu acho que antes tinha... assim... antes... igual eu tô falando... tinha qualidade... hoje pode até ser que tenha mais quantidade... deve ter mais quantidade... mas que em seu lago você não tenha facilidade de pegar esse peixe igual antes... então assim... não dá pra dizer pra</p>	<p>Hoje... assim... o peixe mais é um peixe... parece que o sabor... o sabor não tem aquele sabor de antigamente né? na verdade</p> <p>assim na verdade o pessoal daqui passou muito tempo quase sem querer comer peixe né? por a questão do lago... de dizer que aquelas fossa naquela época foram... eles tamparam... na verdade... acho que no meu ponto de vista não teve tratamento... só jogaram um cal em cima e cobriram... e aí... assim... a gente que acompanha esse processo... todo mundo... ninguém queria comer peixe... ninguém queria comer peixe... e o sabor... na verdade... ficou diferente.</p> <p>eu vou pegar do Araguaia... do rio de lá... porque do lago tem um gosto ruim... eu sempre falava isso... tem um gosto ruim... o</p>

	<p>you that today has more... I believe that has more... can have more... only that in terms of quality of fish does not have... does not have...</p>	<p>person does not like much... I think that here the most profitable even is the tucunaré...</p> <p>all fish of quality... for example... piabanha... matranxama... pacu-manteiga... piau... all the fish of quality even does not have... like I said for you... does not have.</p>
Pedro Araguaia		
João Mumbuca		
Lourenço Brejinho		
Raimundo Jalapa		
Bastião	<p>Changed. The quality of the fish today is different, it is another.</p> <p>It is. It was a fish of quality. In that era, that people caught the fish in that season, the fish was of quality. That was a fat fish</p>	<p>Today is worse ()</p> <p>today is difficult to see this fish does not exist anymore when you catch it does not have the flavor that it used to have... is different, it is more fished... is difficult to find fat fish like this, because of the lake</p>
Nome do apicultor	Antes da Usina	Depois da Usina
Neco Veloso		

Fonte: Elaboração da Autora.

A partir do Quadro 13, mostramos as formulações dos trabalhadores sobre a qualidade dos produtos, considerando a construção da UHE. Vamos notar como a usina afetou o modo como eles significam a qualidade desses produtos e as mudanças no mercado desde então. É importante entender como a UHE impactou a qualidade percebida e como os trabalhadores tiveram que se adaptar para continuar suas atividades, refletindo as mudanças nas dinâmicas comerciais e nas práticas produtivas.

As afirmações de Zé do Cantão (SD208) e de Antônio Jalapoeiro (SD209) evidenciaram os desafios enfrentados na comercialização do pescado após a construção da UHE. Zé do Cantão mencionou que, apesar de vários

peixes serem capturados, não há sucesso na venda (SD208), reiterando dificuldades em encontrar compradores. Antônio Jalapoeiro salientou que a qualidade do pescado deteriorou-se, o que impactou diretamente a capacidade de venda, já que os peixes não têm mais a mesma qualidade de antes (SD09).

Os pescadores Manoel do Tocantins e Bastião apresentaram informações mais detalhadas acerca da qualidade do pescado. Eles afirmaram que, anteriormente à UHE, havia uma variedade de peixes de alta qualidade, como pacu-manteiga, piabanha e piau, que eram muito melhores do que os peixes disponíveis atualmente (SD214). Atualmente, há maior quantidade de peixes, como o manpará, no entanto, esses peixes são de menor valor e não têm a mesma qualidade. Notamos que, com base na SD214, Manoel do Tocantins mencionou que o gosto do peixe mudou por causa de problemas no lago, que não teve um tratamento de forma correta, deixando entrever que os peixes que antes era pescado no Rio Tocantins tinha qualidade.

Pedro Araguaia, João Mumbuca e Lourenço Brejinho e Neco Veloso não tematizaram acerca da qualidade do pescado em suas declarações.

Após a análise das formulações constantes do Quadro 13, é evidente que a qualidade dos pescados sofreu uma mudança após a construção da UHE. Os trabalhadores relataram que, antes da usina, os peixes eram de melhor qualidade e com maior sabor, conforme notamos em mais de um momento das entrevistas. Com a construção do lago, houve uma transformação drástica, resultando em peixes de menor valor e com sabor inferior, que não agradam o paladar dos consumidores. Trabalhamos com a perspectiva de que a perda da qualidade do produto impactou diretamente o sustento dos pescadores, que agora enfrentam dificuldades para vender o produto que não é bem aceito pela população.

Por fim, analisamos, a seguir, as verbalizações apresentadas por meio do Quadro 14 sobre a mortandade de peixes. As perguntas formuladas foram: “Houve mortandade dos peixes? Quais os tipos que foram mais afetados?”. Vejamos o Quadro 14:

Quadro 14 – Discursividades sobre a mortandade de peixe

Nome do pescador	Antes da Usina	Depois da Usina
------------------	----------------	-----------------

Zé do Cantão	Não, pra morrer muito peixe, mesmo aqui mesmo... não!	morria muito peixe depois do lago que ele enchendo, aí voltava e ficava os peixes. Lá perto do descanso aqui na estrada correndo pra cá. Muito peixe... muito...
Antônio Jalapoeiro		Não... aparecia difícil, de vez enquanto aparecia peixe morto... aquelas curumatá grande, elas se batia demais nas pedra... acho que elas se batia... porque era gorda demais... já peguei muita aqui no porto... entendeu? Acho que ela se batia demais com as outras, nas pedras, e batia ai depois aparecia na beira do rio e descia () bate num pau, bate numa coisa... bate num lugar que tem muita pedra
Manoel do Tocantins		aparecia peixe sim... mas eu acho que muita peixe que apareceu aí... eu não sei... tinha esse pessoal vinha muita gente de fora aí com um barco grande... aí o que que acontece? existia a rede própria que a gente pesca... e aí eles usavam uma rede mais pequena... por exemplo... de pescar mandimoela... que hoje é proibido né? a rede maia 7. eles pescavam rede maia 7... rede maia 6... aí o que acontece? essa rede você pega mandimoela... mas você pega muito peixe pequeno né? por exemplo... corvina é um peixe que você pega muito... e aí... esses peixes pequenos... provavelmente... eles descartavam eles... na

		<p>verdade... quando eles acampavam... em região que eles acampavam... eles cavavam buracos...a gente chamava até de sumitério né?</p>
Pedro Araguaia		<p>Rapaz, para mim morre mais peixe agora, quando eles secam o lago. Quando eles secam o lago, a água corta e fica muito peixe preso</p>
João Mumbuca		<p>agora morre mais...</p> <p>morre muito peixe... inclusive... nois tamos com uma briga aí com a empresa... que em 2000... parece que 2012... tiraram não sei quantas toneladas de espinha de peixe de lá da barragem... aí eles foram multados por causa disso aí... de lá pra cá vem rolando... tem que indenizar um monte de pescador e aí nunca saiu né? vem rolando... enrolando.</p>
Lourenço Brejinho		<p>porque morreu mais de 20 toneladas de peixe em um dia. Chegou que tinha peixe de chegar a 200 quilos.</p>
Raimundo Jalapa		<p>Eu vi uma reportagem falando que tiraram grandes, me parece, 12 ou 13 toneladas de peixes mortos e ossos lá nas turbinas, mas aqui na região para nós não teve, aquela questão de diminuir a oxigenação... o peixe morreu... não, isso não teve para a gente.</p>
Bastião		<p>Não, aqui as pessoas compra para tirar fora. Os</p>

		compradores tem aqui mesmo.
Nome do apicultor		
Neco Veloso		

Fonte: Elaboração da Autora.

Zé do Cantão relatou que antes da construção da usina não havia mortandade de peixes, mas que após essa construção ocorreu a morte de forma significativa. A formulação “muito peixe... muito” (SD222) produz o efeito de severidade do problema, sublinhando a grande quantidade de peixes mortos. Antônio Jalapoeiro atribuiu a mortandade dos peixes ao choque com as pedras ou paus que ficavam no curso do lago.

Diferente de Cantão e de Jalapoeiro, Manoel do Tocantins acredita que a morte dos peixes guarda relação com a pesca inadequada dos pescadores de fora, que pescavam com redes inadequadas e descartavam os peixes de menor tamanho e valor. É importante destacar que o descarte era feito com a cavação de buracos perto dos acampamentos que era conhecidos como “sumitério”. Já Pedro Araguaia expôs, como dá a perceber a SD 226, que o que causa a morte dos peixes é o secamento do lago, explicando que, quando o nível da água diminui, muitos peixes ficam presos.

João Mumbuca, Lourenço Brejinho e Raimundo Jalapa mencionaram a morte em grande escala de peixes associada à barragem com base em uma matéria divulgada na imprensa local, que relatou a descoberta de toneladas de peixes mortos em um único dia. Conforme expressa na SD229, notamos que João Mumbuca mencionou que a empresa responsável pela barragem foi multada por este evento. Lourenço Brejinho reforçou a gravidade da mortandade de peixes, ao relatar que mais de 20 toneladas de peixes morreram em um único dia, e Raimundo Jalapa demonstrou, em suas verbalizações, que essa quantidade de peixes encontrados mortos não foi na região de Babaçulândia/TO.

As formulações expressas no quadro anterior dão conta de que houve uma grande mortalidade de peixes associada à operação da barragem. Este evento continua a ter impactos significativos na vida dos pescadores locais, que enfrentam sérias dificuldades por causa da escassez e da perda de qualidade de peixes.. A redução na quantidade e na qualidade do pescado compromete

diretamente a renda desses trabalhadores, que têm que lidar com um mercado menos lucrativo e com grandes limitações.

Após a exposição global das verbalizações, cabe retomar a incursão teórica que fizemos sobre o campo de disputas de sentidos, significando a escala do cotidiano deles, não perdendo de vista o crivo do interdiscurso, isto é, dos sentidos (des)estabilizados, para eles, sendo habilitados na e pela historicidade. Na relação de dominância de sentidos sobre a construção da UHE, foi importante mostrar a coexistência de outros sentidos sobre os arranjos produtivos locais ressignificados.

Dessa forma, a escala do cotidiano passou e passa por verbalizar sobre a renda, sobre a constituição do núcleo familiar, sobre o acesso à água, à energia elétrica e à educação, bem como sobre a pesca e a apicultura, a qualidade e a quantidade de peixes e de abelhas. Passa e passou, também, por significar os espaços de concomitância das práticas produtivas, como na época da vazante.

À luz do fundamento de Lefebvre (2006), pudemos notar o jogo discursivo frente à produção do espaço. É no e pelo espaço que as contradições se materializam. Pudemos perceber pelas práticas e pelos discursos, como a apropriação do espaço se dá tanto pela via da construção da UHE, transformando as condições socioambientais de Babaçulândia/TO quanto pelos arranjos produtivos locais dos trabalhadores entrevistados.

A contradição em jogo, na realidade pesquisada, é que o mesmo espaço que parece comportar a (re)produção de desigualdades é aquele que possibilita os movimentos de sobrevivência e de adaptação, culminando com a prática socioespacial da resistência. Interessou-nos a forma material da (re)produção da vida cotidiana, como as entrevistas deixaram (entre)ver; isto é, ver pelas verbalizações e pelas visualidades dos registros fotográficos.

Ao longo da dissertação, estivemos às voltas com o construto “formação discursiva”, buscando pensar no modo como os sentidos sobre os arranjos produtivos podem e devem ser formulados na complexidade do parâmetro antes e depois da construção da UHE. Na institucionalidade de sentidos sobre Babaçulândia/TO, trabalhamos com a formação discursiva oficial, que faz funcionar sentidos sobre a realidade do município. No âmbito dessa formação discursiva, não podemos desconsiderar os sentidos postos em circulação pelo Ceste, por exemplo. Trata-se de sentidos que buscam, na lógica que lhes é

própria, significar a formação do lago como integrante do processo de desenvolvimento do país.

Em termos de disputa de sentidos, quando concebemos a realidade da população local, entre em jogo outra formação discursiva: a do cotidiano, engendrando posições-sujeito. Assim, os trabalhadores em foco são concernidos ideologicamente pelos sentidos da formação discursiva oficial, tendo de tomar posição na escala do cotidiano, conforme vimos a partir das verbalizações.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou compreender como os arranjos produtivos locais dos pescadores e do apicultor em Babaçulândia/TO foram reconfigurados diante dos impactos socioambientais provocados pela formação do lago da Usina Hidrelétrica de Estreito. Partindo da Análise de Discurso de base materialista, buscamos evidenciar como os sujeitos afetados pela construção da UHE ressignificaram suas práticas produtivas e identidades territoriais, articulando resistência e pertencimento em um cenário de profundas transformações.

Do ponto de vista do desenho de pesquisa, podemos considerar que conseguimos responder à pergunta de pesquisa (Como se configuravam e se configuram os arranjos produtivos locais dos pescadores e do apicultor antes e depois da formação do lago em Babaçulândia/Tocantins, não perdendo de vista os modos de vida e de fazer adaptados?), pois evidenciamos que esses trabalhadores, mesmo diante das profundas mudanças socioambientais impostas pela transformação do rio em lago, ressignificaram suas práticas, preservando elementos de suas atividades tradicionais e criando estratégias de adaptação que lhes permitiram manter seus arranjos produtivos locais como forma de sobrevivência, de resistência e de reafirmação de identidade territorial.

Também conseguimos alcançar os objetivos, geral e específicos. Em relação ao objetivo geral, podemos considerar que a pesquisa possibilitou compreender, de forma aprofundada, a reconfiguração dos arranjos produtivos locais dos pescadores e do apicultor em Babaçulândia/TO. As análises revelaram que, mesmo diante das transformações socioeconômicas e ambientais ocasionadas pela formação do lago da UHE, esses trabalhadores mobilizaram estratégias de sobrevivência e de adaptação que lhes permitiram não apenas manter suas atividades, mas também ressignificá-las no novo contexto. Isso evidencia que os arranjos produtivos locais não desapareceram, mas se reorganizaram de modo a reafirmar o vínculo com o território, traduzindo-se em práticas de resistência e na reconstrução de identidades coletivas.

Já sobre os objetivos específicos, cabe destacar que foi possível identificar e analisar os modos de vida dos pescadores e do apicultor antes e depois da constituição do lago, o que evidenciou mudanças significativas nos processos de produção e de comercialização, bem como na forma como esses

sujeitos reelaboraram suas práticas frente às limitações impostas pela nova configuração ambiental. Do mesmo modo, examinamos, a partir do funcionamento discursivo, como a organização socioespacial e as relações de poder atravessam esses arranjos produtivos locais, permitindo compreender os sentidos que sustentam a permanência dessas práticas. Nesse percurso, ficou claro que os discursos dos trabalhadores materializam não apenas a memória de um território vivido, mas também a luta simbólica, bem como a prática pela permanência e pelo reconhecimento de suas atividades produtivas.

As análises permitiram constatar que, embora as práticas da pesca e da apicultura tenham sido atingidas, seja pela perda de território, seja pela mudança do ecossistema e pelas dificuldades socioeconômicas, os trabalhadores envolvidos desenvolveram estratégias de adaptação, demonstrando não apenas resiliência, mas também agência diante das condições adversas impostas pelo capital e legitimadas pelo Estado. Esses sujeitos, longe de assumirem uma postura passiva, reivindicaram sua permanência por meio de práticas cotidianas que reafirmam seus vínculos com o território e sua capacidade de produzir sentidos sobre sua própria existência.

A partir do conceito de prática socioespacial da resistência, foi possível compreender que essas práticas não são apenas formas de sobrevivência, mas também formas de enfrentamento simbólico e político frente à lógica de invisibilização imposta pelos grandes empreendimentos, como é o caso da construção da UHE. Os relatos dos pescadores e do apicultor evidenciam a força das memórias, dos saberes tradicionais e da coletividade como elementos estruturantes da resistência local. As narrativas revelam, ainda, como o discurso se torna um espaço de confronto e de reexistência, em que os sujeitos constroem outras formas de significar o território e suas práticas, abrindo fissuras nas lógicas hegemônicas que naturalizam o progresso e o desenvolvimento como sinônimos de destruição ambiental e deslocamento populacional.

Essa constatação remete à importância de compreender o espaço não apenas como uma dimensão física, mas como uma produção social atravessada por relações de poder e por processos de significação. Em Babaçulândia, o território é o lugar onde se manifestam as contradições entre o capital e a vida, entre o discurso institucional e as práticas cotidianas de resistência. É nesse entremeio que os pescadores e o apicultor produzem novos modos de existir,

sustentados na memória coletiva e na reafirmação de pertencimento. Ao resistirem, eles também produzem saberes e sentidos que desestabilizam as formas de dominação e instauram novas possibilidades de leitura do espaço.

No âmbito teórico, esta dissertação reafirma a fecundidade do diálogo entre a Análise de Discurso e a Geografia, evidenciando como os discursos sobre o território e sobre o trabalho podem revelar as contradições estruturais que atravessam as práticas sociais. Ao articular linguagem, espaço e poder, foi possível mostrar que o discurso é um campo de luta, e que nele se materializam tanto as estratégias de dominação quanto as formas de resistência dos sujeitos historicamente marginalizados.

Do ponto de vista metodológico, o percurso trilhado nesta pesquisa demonstrou que o trabalho com material empírico discursivo requer sensibilidade analítica e ética interpretativa. A construção do arquivo, as entrevistas e o diálogo com os sujeitos pesquisados permitiram uma aproximação comprometida com a realidade local, respeitando as singularidades dos modos de vida e das narrativas produzidas por esses trabalhadores. O gesto de escuta foi, portanto, não apenas uma técnica, mas um posicionamento político diante da necessidade de reconhecer as vozes que habitam os territórios atingidos.

Concluimos que a análise das verbalizações desses trabalhadores, ancorada nas noções de sujeito, formação discursiva e interdiscurso, torna visível uma dinâmica complexa entre dominação e resistência, apagamento e ressignificação. Ao tensionar os sentidos dominantes que naturalizam o progresso em detrimento das populações tradicionais, esta dissertação reafirma a importância de se ouvir e considerar as vozes daqueles que historicamente foram silenciados nos processos decisórios sobre o uso e a transformação de seus territórios.

Esperamos que este trabalho contribua não apenas para o campo acadêmico, mas também para o fortalecimento das lutas por justiça social, territorial e ambiental, a partir da valorização das experiências e dos saberes locais. Que o registro dessas histórias possa inspirar políticas públicas mais sensíveis às realidades das populações atingidas por grandes obras de infraestrutura e, sobretudo, reforçar o direito à existência digna em seus próprios territórios. Além disso, espera-se que este estudo instigue novas pesquisas que ampliem o debate sobre os impactos das hidrelétricas na Amazônia Legal e no

cerrado tocantinense, explorando outras dimensões culturais, simbólicas e discursivas das práticas de resistência que emergem diante das desigualdades estruturais que persistem nas margens do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Rendimento domiciliar per capita no Brasil tem alta de 16,5% em 2023**. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2024-02/rendimento-domiciliar-capita-no-brasil-tem-alta-de-165-em-2023>>. Acesso em: 5 abr. 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA. **Saiba mais sobre Tocantins**. Disponível em: <<https://www.gov.br/ana/pt-br/sala-de-situacao/tocantins/saiba-mais-tocantins>>. Acesso em: 20 julho. 2024.

AMARAL, Márcia; FONTANA, M. do Socorro. **Análise de discurso: história, contradição e materialidade**. In: SILVA, Ezequiel Theodoro da et al. Práticas de leitura e produção de texto: diálogos interdisciplinares. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 49.

ANEEL. **Análise de riscos e incertezas para a modelagem tarifária**. Brasília, 2011. Disponível em: <<https://www2.aneel.gov.br/cedoc/areh20111182.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Governo do Estado de Tocantins. **Perfil Socioeconômico dos Municípios 2017- Babaçulândia**. Disponível em: <<https://central.to.gov.br/download/214208>>. Acesso em: 5 de abril. 2024.

BRASIL. Governo do Estado de Tocantins. **Perfil Socioeconômico Municipal 2021 - Babaçulândia**. Disponível em: <<https://central.to.gov.br/download/285336>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Municípios de Babaçulândia/TO**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/babaculandia/pesquisa/19/143491?ano=2006>. Acesso em: 08 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Economia. **Painel Mapa de Empresas**. Disponível em: <<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapadeempresas>>. Acesso em: 12 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Indicadores de desenvolvimento do Brasil - Total por unidade da federação**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2009/b08uf_tot.htm>. Acesso em: 13 de maio de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Indicadores de desenvolvimento humano - Brasil: taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos) por unidade da federação**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/a07b.htm>>. Acesso em: 13 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Indicadores de mortalidade infantil**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/gnito.def>>. Acesso em: 9 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Indicadores de renda do censo**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/rendato.def>>. Acesso em: 5 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Indicadores de renda do censo**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/rendadescr.htm>>. Acesso em: 5 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Fórum de competitividade da cadeia produtiva farmacêutica 2003-2006: O desafio de prosseguir** / Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. – Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **PIB por município e estado**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/pibmunto.def>>. Acesso em: 12 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **PIB por município e unidade da federação**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/pibmunuf.def>>. Acesso em: 12 maio 2024.

CAMPOS, N. S.; SILVA, J. C. **Desenvolvimento humano nas macrorregiões brasileiras. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015**. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6217/1/Desenvolvimento%20humano%20nas%20macrorregi%C3%B5es%20brasileiras.pdf>>. Acesso em: 16 de maio de 2024.

CASSIOLATO, José; LASTRES, Helena. (2003). **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. Pequena Empresa: Cooperação e Desenvolvimento Local**. 21-34.

CESTE - Consórcio Estreito Energia. **Histórico do empreendimento**. Disponível em: <http://www.uhe-estreiro.com.br/>. Acesso em 07 de maio de 2023.

CESTE - Consórcio Estreito Energia. **Histórico do empreendimento**. Disponível em: <http://www.uhe-estreiro.com.br/>. Acesso em 07 de maio de 2023.

EMBRAPA, Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento. **Pesca artesanal brasileira. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos**. Palmas-TO, 2014.

FERREIRA, Jurandy. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. XXXVI Volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS. **Análise do desenvolvimento socioeconômico**. Disponível em: <<https://central.to.gov.br/download/214236>>. Acesso em: 16 de maio de 2024.

IBGE CIDADES. **Cadastro Central de Empresas**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/19/29761>>. Acesso em: 15 maio 2024.

IBGE CIDADES. **Dados gerais dos municípios**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/40/30277>>. Acesso em: 5 abr. 2024.

IBGE CIDADES. **História Babaçulândia Tocantins - TO**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/babaculandia/historico>. Acesso em: 23 maio 2024.

IBGE CIDADES. **História Nazaré Tocantins - TO**. Rio de Janeiro, Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/nazare/historico>. Acesso em: 23 maio 2024.

IBGE CIDADES. **Indicadores de desenvolvimento de Babaçulândia (TO)**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/pesquisa/23/22787>>. Acesso em: 5 abr. 2024.

IBGE CIDADES. **Indicadores de desenvolvimento de Babaçulândia (TO) - 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/babaculandia/pesquisa/38/47001?ano=2010>>. Acesso em: 12 abr. 2024.

IBGE CIDADES. **Panorama das cidades do Brasil. Cidades e Estados**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>>. Acesso em: 10 maio 2024.

IBGE CIDADES. **Panorama de Babaçulândia (TO)**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>>. Acesso em: 5 abr. 2024.

IBGE CIDADES. **Perfil municipal de Babaçulândia (TO) - 2021**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/babaculandia/pesquisa/37/30255?ano=2021>>. Acesso em: 5 abr. 2024.

IBGE CIDADES. **Perfil municipal de Babaçulândia (TO) - 2021**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/babaculandia/pesquisa/39/30279?ano=2021>>. Acesso em: 17 mai. 2024.

IBGE CIDADES. **Ranking de indicadores de desenvolvimento - Babaçulândia (TO) - 1991**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/pesquisa/37/30255?tipo=ranking&ano=1991>>. Acesso em: 9 abr. 2024.

IBGE, **Censo 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html>. Acesso em 29 de junho de 2023.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, **Estimativas da população residente com data de referência 1ª de julho de 2020**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/babaculandia.html>. Acesso em 29 de abril de 2023.

IBGE. **Pecuária**. Rio de Janeiro, Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/babaculandia/pesquisa/18/0?ano=2004>. Acesso em: 13 junho 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Tocantins**: Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/pesquisa/19/143491?ano=2021>. Acesso em: 17 maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/pesquisa/39/30279?ano=2010>. Acesso em: 12 maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto (PIB)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 6 de maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto (PIB)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 17 maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Taxas brutas de natalidade**. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-brutas-de-natalidade.html>. Acesso em: 12 maio 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Ipeadata**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 25 abr. 2024.

LEANDRO, José J. **Babaçulândia: dos tempos de Coco aos dias de Agimiro Costa**. Goiânia: Kelps, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. 4ª ed. Tradução de Doralice Barros. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006

MAGALHÃES, B. MARIANI, B. **PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO: IDEOLOGIA E INCONSCIENTE**. *Linguagem em (Dis)curso*, Palhoça, SC, v. 10, n. 2, p. 391-408, maio/ago. 2010

MEDEIROS, E. A.; CORMINEIRO, O. M. M. **Barqueiros, navegação e cultura: narrativas e representações acerca da dominação e das resistências nas águas dos rios Araguaia e Tocantins entre os séculos XIX e XX**. História Revista, v. 19, n. 3, p. 151-187. Goiânia, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/30308/18887>. Acesso em 27 de abril de 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. **Nascimentos: Dados de Natalidade**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvbr.def>. Acesso em: 11 maio 2024.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA/ SCG/ANEEL. **Homologação dos percentuais das áreas dos municípios inundadas pelo reservatório da Usina Hidrelétrica**. Brasília, 2011 (<https://www2.aneel.gov.br/cedoc/areh20111182.pdf>)

Moura da Cunha Junior, Aldemar. (2024). **Mapa 1 – Localização de Babaçulândia em termos de Brasil, Tocantins e Amazonia Legal**. Criado para dissertação de mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

Moura da Cunha Junior, Aldemar. (2024). **Mapa 2 – Área de abrangência do lago formado pela UHE**. Criado para dissertação de mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

Moura da Cunha Junior, Aldemar. (2024). **Mapa 3 – Contraste de imagens de satélite do perímetro urbano de Babaçulândia antes e depois da formação do lago da UHE**. Criado para dissertação de mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. 10ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2016.

ORLANDI, E. P. **Língua e conhecimento lingüístico; para uma História das Idéias no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

ORLANDI, Eni. **Os sentidos de uma Estátua: Fernão Dias, individuação e identidade Pousoalegrense**. In: ORLANDI, E. P. (Org.). Discurso, espaço, memória: caminhos da identidade no Sul de Minas. Campinas. Editora RG, 2011b, p. 13-34.

PADUA, Rafael Faleiros de. **Pensando a noção da prática socioespacial**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto. Geografia Urbana Crítica – teoria e método. São Paulo: Contexto, 2018.

PRIMEIRA INFÂNCIA PRIMEIRO. **Babaçulândia (TO)**. Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/babaculandia-to/>. Acesso em: 14 de junho de 2024.

QEDU. **Censo Escolar de Babaçulândia (TO)**. Disponível em: <<https://qedu.org.br/municipio/1703008-babaculandia/censo-escolar>>. Acesso em: 14 de junho de 2024.

QEDU. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - Brasil**. Disponível em: <<https://qedu.org.br/brasil/ideb>>. Acesso em: 14 de junho de 2024.

QEDU. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - Tocantins**. Disponível em: <<https://qedu.org.br/uf/17-tocantins/ideb>>. Acesso em: 14 de junho de 2024.

QEDU. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de Babaçulândia (TO)**. Disponível em: <<https://qedu.org.br/municipio/1703008-babaculandia/ideb>>. Acesso em: 15 de junho de 2024.

QEDU. **Taxas de rendimento de Babaçulândia (TO)**. Disponível em: <<https://qedu.org.br/municipio/1703008-babaculandia/taxas-rendimento>>. Acesso em: 15 de junho de 2024.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. **A prática socioespacial da resistência**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto. Geografia Urbana Crítica – teoria e método. São Paulo: Contexto, 2018.

RIOS, S. O., COSTA, J. M. A., & MENDES, V. L. P. S. (2016). **A fotografia como técnica e objeto de estudo na pesquisa qualitativa. Discursos Fotográficos**, 12(20), 98–120. <https://doi.org/10.5433/1984-7939.2016v12n20p98>

RURALTINS. **Relatório de Produção Aquícola no Tocantins. 2020**. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/508166/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

SANTOS, M.. **Dinheiro e Território**. Universidade São Paulo, 1999.

SEBRAE NACIONAL. **O histórico da apicultura no Brasil**. 2015. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-o-historico-da-apicultura-no-brasil,c078fa2da4c72410VgnVCM100000b272010aRCRD>. acesso em: 13 jun. de 2024.

SEBRAE. DataMPE - **Babaçulândia: Perfil do município 2016**. Disponível em: <<https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/babaculandia?selector83id=year2016>>. Acesso em: 12 maio 2024.

SEBRAE. DataMPE - **Perfil do município de Babaçulândia**. Disponível em: <<https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/babaculandia>>. Acesso em: 11 maio 2024.

SIEBEN, Airton. **Estado e política energética: a desterritorialização da Comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito**. 2012. 204 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) -

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. DOI <https://doi.org/10.14393/ufu.te.2012.72>

Silva, S. F. S. **A reterritorialização dos barqueiros de Babaculândia (TO) atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA)**. Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins: Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Estudo de Cultura e Território, 2017.

TEIXEIRA DA CRUZ, Franciéli Katiuça; GIONGO, Carmem Regina; DA SILVA MARQUES, Gabriela; MENDES, Jussara Maria Rosa. **“Isso é tirar a vida das pessoas”: barragens e violação de direitos**. *Psicologia & Sociedade*, v. 32, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309363306008>. Acesso em: 17 mar. 2025.

TOCANTINS. FETOAPI: **Incentivo ao Desenvolvimento da Apicultura (FETOAPI)**. Central de Serviços, [S.l.], 2023. Disponível em: [https://central3.to.gov.br/arquivo/405122/#:~:text=Apicultura%20\(FETOAPI\),Figueir%C3%B3polis%20e%20Colinas%20do%20Tocantins](https://central3.to.gov.br/arquivo/405122/#:~:text=Apicultura%20(FETOAPI),Figueir%C3%B3polis%20e%20Colinas%20do%20Tocantins)). Acesso em: 02 de jul. 2024.

UHE ESTREITO. Disponível em: <<https://uhe-estreito.com.br/>>. Acesso em: 16 de agosto de 2024.

UHE ESTREITO. **Linha do tempo**. Disponível em: <<https://uhe-estreito.com.br/o-emprego/linha-do-tempo.html>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

ANEXOS

Anexo A

NORMAS PARA TRANSCRIÇÃO DE TEXTOS ORAIS

(Normas adotadas pelo Projeto NURC/RS)

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	saímos com o e dizia assim olha vai custar tanto... (mas os daqui) não há problema...
Truncamento	/	sim ahn é... mas tem ge/ tem... cara que às vezes vai num restaurante é bacana né?
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	bom mas eu acho que ginástica em () deve solucionar esse problema né?
Entonação	maiúsculas	já que o ginásio vai TANTA coisa boa...acho que não custa pôr uma banheira térmica ali
Alongamento de vogal e consoante (como s, r)	Poden::do muito sua::ve	acho bacana à beça a pantalona viu? né? calça com a boca bem larga... bem cintura::da entende?
Silabação	-	CAMpos... espetaculares não tinha deserto... mas uma COIsa assim fan-TÁs-ti-ca um negócio
Interrogação	?	e quanto a frutas verduras assim o que vocês preferem?
Qualquer pausa	...	leva todo o período de aula... só... subindo e descendo escada
Comentários descritivos do transcritor	((minúsculas))	aqui vai melhor assim... bom... eu te digo o seguinte... ((pigarro)) tu acharias que:: todas as nossas aulas...
Comentários que quebram a sequência temática da exposição; desvio temático	- -	também a comida vinha:: - era muita gente, né? muitos atletas - e a comida vinha de São Paulo
Superposição simultânea de vozes	[Ligando linhas	é difícil de explicar assim [porque tu queres ver uma coisa

Citações literais ou leitura de textos durante a gravação	“ ”	um cara... me atacou... “que que eu faço pra tirar a barriga?” eu digo pára de tomar chope...
---	-----	--

Anexo B

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: UM ESTUDO DISCURSIVO SOBRE OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS ALTERADOS EM BABAÇULÂNDIA/TOCANTINS

Pesquisador: Midian Ferreira dos Santos Silva

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 77344623.1.0000.0342

Instituição Proponente: Centro de Educação, Humanidades e Saúde

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.801.679

Apresentação do Projeto:

UM ESTUDO DISCURSIVO SOBRE OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS ALTERADOS EM BABAÇULÂNDIA/TOCANTINS

Objetivo da Pesquisa:

analisar a configuração das cadeias produtivas dos pescadores e do apicultor, em Babaçulândia/Tocantins, tendo por base o funcionamento discursivo de diferentes materialidades (registros fotográficos, entrevistas, documentos oficiais, atas da associação do apicultor), de modo a dimensionar o porquê de essas cadeias se manterem a despeito da formação do lago da Hidrelétrica de Estreito nesse município

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Avaliação dos Riscos e Benefícios: considerando que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos variados, descrevemos alguns dos possíveis riscos. Considerando as experiências vividas pela comunidade, com a

Implantação da UHE, haverá perguntas ligadas ao trauma emocional envolvido neste processo, podendo reavivar as emoções, causar desconfortos, nervosismo, vergonha, alterações de comportamentos, dentre outras.

A fim de minimizar a possibilidade dos riscos, serão adotadas medidas preventivas como realização de perguntas de forma objetiva, total liberdade do participante em interromper a sua participação, possibilidade de recusa a responder perguntas, garantir que as respostas serão confidenciais e utilizadas apenas com o propósito científico bem como o anonimato.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

não há

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- ¿ Folha de Rosto: Possui as informações obrigatórias.
- ¿ Projeto de pesquisa completo:
 - o Trata os voluntários da pesquisa como ¿Participantes da pesquisa¿, estando adequado.
 - o Apresenta critérios de inclusão e exclusão dos participantes, conforme Norma Operacional CNS nº001/2013.
- ¿ TCLE: Adequado
- ¿ TALE: não se apresenta necessário, pois, o projeto é apenas com adultos.
- ¿ Cronograma: apresenta o cronograma com ajuste de início da pesquisa, considerando o período de aprovação no CEP, e possui a data e assinatura da pesquisadora;
- ¿ Orçamento financeiro: Apresentado no projeto, com detalhamento das despesas sob responsabilidade da pesquisadora.
- ¿ Carta de apresentação ao CEP: apresentada.
- ¿ Declaração de fase inicial da pesquisa: apresentada.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Recomenda-se a aprovação do protocolo de pesquisa tendo em vista o atendimento a todas as exigências éticas.

Considerações Finais a critério do CEP:

O colegiado acatou o parecer de aprovado do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2234150.pdf	10/04/2024 15:56:24		Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	10/04/2024 15:56:00	Midian Ferreira dos Santos Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Cadeias_produtivas.docx	10/04/2024 15:55:51	Midian Ferreira dos Santos Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	10/04/2024 15:55:39	Midian Ferreira dos Santos Silva	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	10/04/2024 15:55:28	Midian Ferreira dos Santos Silva	Aceito
Declaração de Pesquisadores	carta_de_Declaracao.pdf	17/12/2023 09:14:50	Midian Ferreira dos Santos Silva	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_.pdf	17/12/2023 09:02:29	Midian Ferreira dos Santos Silva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARAGUAINA, 03 de maio de 2024

**Assinado por:
Gustavo Cunha de Araújo
(Coordenador(a))**

APÊNDICE

Apêndice A

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Data da entrevista:

Local da entrevista:

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Endereço (atual):

Endereço (antes da construção da UHE):

Idade:

Estado Civil:

Profissão:

Contato:

LOCALIDADE:

1. Você é natural de Babaçulândia? () Sim () Não
2. Em qual parte da cidade você residia antes e depois da construção da UHE?

RENDA:

3. Qual sua principal fonte de renda antes e depois da construção da UHE?
4. Sua família é composta por quantas pessoas antes e depois da construção da UHE?
5. Quantas pessoas de sua família possuíam/possuem renda antes e depois da construção da UHE?
6. Qual valor de cada renda antes e depois da construção da UHE?
7. Sua renda era/é suficiente para sustentar sua família?
8. O que mais se produzia antes e depois da construção da UHE?

SOCIAL:

9. Como era a vida antes da barragem?
10. Como foi a vida logo após a implantação da usina? Como está agora?
11. Você gostava do convívio com seus vizinhos? Após a mudança perdeu o contato com eles?
12. Como é a sua relação com a cidade antes e depois da construção da UHE?

INFRAESTRUTURA

13. Como ocorre o acesso à água antes e depois da construção da UHE? (qualidade, quantidade e fonte)
14. A comunidade tem energia antes e depois da construção da UHE? De que forma? (Avaliar a qualidade e fonte)
15. Tem acesso à rede ou sinal de telefonia antes e depois da construção da UHE? (Avaliar a qualidade e fonte)

POLÍTICAS SOCIAIS

16. Como é a educação das crianças e adolescentes antes e depois da construção da UHE? Há escolas próximas antes e depois da construção da UHE? Se não, como fazem para ir à escola antes e depois da construção da UHE? (Avaliar acesso e qualidade)
17. Há posto de saúde próximo antes e depois da construção da UHE? Como é o trabalho dos profissionais e dos agentes de saúde antes e depois da construção da UHE?

EMPREGO (aplica-se aos pescadores)

18. De que forma e quando começou a trabalhar como pescador/apicultor?
19. Como era feita a pesca? Quais instrumentos e técnicas eram utilizados?
20. Quais foram os impactos que ocorreram depois da construção da barragem?
21. O governo ou a empresa dá algum apoio para a produção?
22. Com a instalação da barragem, houve alguma mudança na forma de conseguir o sustento? Como ocorreu isso?

23. Havia produção e cultivo no local da sua moradia?
24. Como estão as condições da pesca? Houve mudança na quantidade e na variedade de peixes?
25. Quem participa das atividades produtivas antes e depois da construção da UHE? Qual o papel das mulheres antes e depois da construção da UHE?
26. Para quem eram vendidos os peixes antes e depois da construção da UHE? Qual a quantidade média de pescado antes e depois da construção da UHE?
27. Você recebeu auxílio defeso ou qualquer assistência no período em que não era permitido a pesca e/ou quando não foi possível pescar?

MEIO AMBIENTE

28. Houve alguma mudança na qualidade da água após a construção da UHE?
29. Houve mudanças na qualidade dos pescados após a construção da UHE?
30. A pesca continuou na mesma qualidade? Houve mortandade dos peixes? Quais os tipos que foram mais afetados?

Apêndice B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa **UM ESTUDO DISCURSIVO SOBRE OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS ALTERADOS EM BABAÇULÂNDIA/TOCANTINS**. Esta pesquisa será realizada pela pesquisadora **Midian Ferreira dos Santos Silva**, do Curso de Pós Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire, da Universidade Federal do Tocantins do Campus de Araguaína, sob orientação do **Prof. Dr. João de Deus Leite**. Nesta pesquisa, pretendemos analisar a configuração das cadeias produtivas dos pescadores e do apicultor, em Babaçulândia/Tocantins, tendo por base o funcionamento discursivo de diferentes materialidades, de modo a dimensionar o porquê de essas cadeias se manterem a despeito da formação do lago da Hidrelétrica de Estreito. O benefício da presente está caucionado na contribuição de pesquisas relacionadas aos impactos causados pela Usina Hidrelétrica de Estreito, na investigação das mudanças sociais, econômicas e políticas nas cadeias produtivas existentes, bem como na averiguação de o porquê de essas cadeias se manterem a despeito da formação do lago da Hidrelétrica de Estreito nesse município”. **A coleta de dados ocorrerá por meio de entrevistas, aplicação de questionários e gravação de áudio, todos realizados em locais e horários previamente acordados com os participantes**. É importante ressaltar que os resultados obtidos serão compartilhados com os participantes em uma sessão de devolutiva, garantindo total transparência e proporcionando a todos o acesso direto às conclusões da pesquisa. Para assegurar a confidencialidade e segurança dos dados, serão adotados protocolos rigorosos. **Depois da coleta, todas as informações pessoais que possam identificar os participantes serão removidas ou substituídas por códigos não relacionados. Além disso, serão mantidas cópias de backup dos dados em local seguro e restrito, prevenindo assim a perda de informações cruciais. Ressaltamos que a participação nesta pesquisa é voluntária e a qualquer momento, os participantes têm o direito de interromper sua colaboração sem qualquer prejuízo.**

Para participar deste estudo o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. Importante ressaltar acerca dos riscos que a pesquisa poderá acarretar. Considerando as experiências vividas pela comunidade, com a Implantação da UHE, haverá perguntas ligadas ao trauma emocional envolvido neste processo, podendo reavivar as emoções, causar desconfortos, nervosismo, vergonha, alterações de comportamentos, dentre outras. Porém caso não se sinta à vontade com alguma pergunta da entrevista, há a opção de não a responder. A sua

participação é voluntária, e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados obtidos pela pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou qualquer dado, material ou registro que indique sua participação no estudo não será liberado sem a sua permissão. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao Sr.(a). Os dados, materiais e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos na sala **do PPGDire do Curso de Pós Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais** da UFNT e, após esse tempo, serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções Nº 466/12; 441/11 e a Portaria 2.201 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, fui informado(a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa (**UM ESTUDO DISCURSIVO SOBRE OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS ALTERADOS EM BABAÇULÂNDIA/TOCANTINS**), de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

- () **Concordo que o meu registro fotográfico, sonoro e/ou audiovisual seja utilizado somente para esta pesquisa.**
- () **Concordo que o meu registro fotográfico, sonoro e/ou audiovisual possa ser utilizado em outras pesquisas, mas serei comunicado pelo pesquisador novamente e assinarei outro termo de consentimento livre e esclarecido que explique para que será utilizado o material.**

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante: _____

Declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido assinado por mim e pelo pesquisador, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Nome _____ do Data: _____

Participante: _____ –

–

ASSINATURA DO PARTICIPANTE

Nome do Pesquisador Responsável: Midian Ferreira dos Santos Silva

Endereço: Rua Brigadeiro Eduardo Gomes

Bairro: Ticoncá

CEP: 65980-000

Cidade: Carolina/MA

Telefone Fixo:

Telefone Celular: (99) 98430-8380

E-mail: midianfsantoss@gmail.com

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL**DATA**

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o CEP da Universidade Federal do Norte do Tocantins pelo telefone (63) 3416-5686/5696, pelo email: cep@ufnt.edu.br, ou Avenida Paraguai, s./n., esquina com a Rua Uxiramas, Sala do CEP, prédio do PPGLIT, sala 3 (piso superior) ou térreo, Centro de Ciências Integradas (CCI), Setor Cimba. O (A) Sr. (a) pode inclusive fazer a reclamação sem se identificar, se preferir. O horário de atendimento do CEP é de segunda à sexta-feira das 14 às 17.”